

**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE  
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA  
(ILAESP)**



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
INTEGRAÇÃO CONTEMPORÂNEA DA  
AMÉRICA LATINA (PPGICAL)**

**RESISTÊNCIA:**

**ATIVISMO E ARTICULAÇÃO DE MULHERES NEGRAS ATRAVÉS DE  
REDES SOCIAIS**

**SUZIELEN TAIANE DAS GRAÇAS**

Foz do Iguaçu  
2018



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE  
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA  
(ILAESP)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM INTEGRAÇÃO CONTEMPORÂNEA  
DA AMÉRICA LATINA (PPGICAL)**

**RESISTÊNCIA:**

**ATIVISMO E ARTICULAÇÃO DE MULHERES NEGRAS ATRAVÉS DE  
REDES SOCIAIS**

**SUZIELEN TAIANE DAS GRAÇAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Integração Latino-Americana, nas áreas de Relações Internacionais e Ciência Política.

Orientador: Profa. Dra. Senilde Alcantara Guanaes.

Foz do Iguaçu  
2018

Catálogo elaborado pela Biblioteca Latino-Americana  
Catálogo de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA

G729r

Graças, Suziellen Taiane Das.

Resistência: ativismo e articulação de mulheres negras através de redes sociais / Suziellen Taiane Das Graças. - Foz do Iguaçu, 2020.

101 f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política. Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina.

Orientador: Senilde Alcantara Guanaes.

1. Mulheres afro-latino-americanas. 2. Feminismos - América-Latina. 3. Redes sociais - feminismo. I. Guanaes, Senilde Alcantara, Orient. II. Título.

CDU 305-055.2

SUZIELEN TAIANE DAS GRAÇAS

**RESISTÊNCIA:**

ATIVISMO E ARTICULAÇÃO DE MULHERES NEGRAS ATRAVÉS DE  
REDES SOCIAIS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Integração Latino-Americana, nas áreas de Relações Internacionais e Ciência Política.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientador: Profa. Dra. SenildeAlcantara Guanaes  
UNILA

---

Profa. Dra.  
UNILA

---

Profa. Dra.  
UNILA

---

Profa. Dra.

Foz do Iguaçu, 04 de setembro de 2018.

## AGRADECIMENTOS

Na verdade sinto que devo começar me desculpando, peço as mais sinceras desculpas para todos que de alguma forma eu magoei, machuquei ou causei algum dano nesse processo de realização da pesquisa e do texto final, principalmente ao meu grande amor Higor Pinheiro (e ao transbordamento do nosso Amor Samuel Graças), à Paulinha Constatante e ao Bruno BrôdeOutraMãe Marcelino. Sou muito grata a vocês pelas forças, apoio e carinho que me dedicaram e me dedicam.

À minha Mãe que suou muito para que eu tivesse um destino diferente do dela, me permitindo chegar até aqui e na real só quem vem de famílias como a nossa sabe que o seu nome deveria vir em destaque no diploma, pois a conquista é nossa. À minha irmã e sobrinhos pelo amor, apoio e conforto nas horas difíceis.

Agradeço à minha orientadora Prof Sel por sua orientação neste trabalho e também pelos ensinamentos constantes que levarei para vida - inclusive sobre maternidade - e por me passar a força e conhecimentos de muitas outras mulheres maravilhosas com quem já cruzou.

À Profa. Tchella que muito me ajudou na conciliação de maternidade e vida acadêmica.

Aos membros das bancas, professoras maravilhosas, pelas orientações e contrições para o desenvolvimento e finalização desse trabalho.

Aos colegas de curso e da universidade por todo auxílio, contribuição e trocas nessa jornada.

A todas e todos trabalhadora(e)s e servidora(e)s da UNILA, em especial à Fernanda e ao Newton.

À UNILA e seu aporte financeiro para o desenvolvimento e conclusão desse trabalho.

E especialmente a todas as mulheres NEGRAS que guerrearam e de diferentes modos se doaram para que eu chegasse até aqui, muitíssimo obrigado e de coração espero poder retribuir e um dia fazer a diferença que vocês fizeram e fazem.

*[...] "De pronto unas voces en la calle me gritaron ¡Negra! "¿Soy acaso negra?"– me dije ¡SI! "¿Qué cosa es ser negra?" ¡Negra! Y yo no sabía la triste verdad que aquello escondía. ¡Negra! Y me sentí negra, ¡Negra! Como ellos decían ¡Negra! Y retrocedí ¡Negra! Como ellos querían ¡Negra! [...]*  
*Llaman a los negros gente de color ¡Y de qué color! NEGRO ¡Y qué lindo suena! NEGRO ¡Y qué ritmo tiene! NEGRO. Al fin. Al fin comprendí. AL FIN. Ya no retrocedo. AL FIN. Y avanzo segura. AL FIN. Avanzo y espero. AL FIN. Y bendigo al cielo porque quiso Dios que negro azabache fuese mi color. Y ya comprendí. AL FIN. Ya tengo la llave ¡Negra soy! (Me gritaron negra, de Victoria Santa Cruz)*

*"(...) a gente nasce preta, mulata, parda, marrom, roxinha dentre outras, mas tornar-se negra é uma conquista." (Lélia Gonzalez - Brasil)*

*Me niego rotundamente a negar mi voz, mi sangre y mi piel. (Shirley Campbell Barr - Costa Rica)*

## RESUMO

O objetivo da pesquisa é compreender como as articulações sociais latino-americanas, especificamente as organizações e movimentos de mulheres negras e/ou feminismo negro – que por vezes são acusadas de separatismo e de quebra e ruptura com o movimento feminista – em muito se assemelha e converge com os diversos feminismos fomentados na América Latina e Caribe, se configurando como uma dessas diversas correntes. Este projeto pretende abordar os caminhos e ações das mulheres negras frente aos novos e antigos desafios enfrentados por elas no decorrer de suas vidas. Mais precisamente abordaremos as questões e implicações do ativismo nas redes sociais - Facebook, Youtube e Blogs. Como o acesso a esses “espaços” aumentou laços e parceria entre as mulheres negras com histórias semelhantes ou não, que se unem em redes de apoio e ajuda por meio de fóruns e iniciativas virtuais, mas que extrapolam esses meios e se permitem cada vez mais encontros presenciais que fortalecem o movimento. Na maioria das vezes, as falas sobre racismo, sexismo e resistência entre essas mulheres são abertas e não superficiais, como boa parte das atividades virtuais, proporcionando uma significativa introdução as mulheres recém-chegadas nesses temas e abordagens. O conhecimento que essas mulheres estão produzindo no âmbito da comunicação e informação tecnológicas, somado ao resgate e facilitação de acesso das obras de intelectuais negras e negros possibilitam e contemplam outras formas de aprendizagem e lutas contra o racismo e as diferentes opressões sofridas no dia-a-dia. Evidenciando assim, que por meio desses espaços alternativos e sua produção de conhecimento é possível informar – e também formar – cidadãs e cidadãos sobre a consciência política e social necessárias para os seus enfrentamentos, tomando como foco os embates e trajetórias das mulheres negras.

**Palavras-chave:** Mulheres afro-latino-americanas; Feminismo Negro Interseccional; Feminismos Latino-americanos; Redes sociais.

## RESUMEN

El objetivo de la investigación es comprender cómo las articulaciones sociales latinoamericanas, específicamente las organizaciones y movimientos de mujeres negras y / o feminismo negro -que a veces son acusadas de separatismo y de quiebra y ruptura con el movimiento feminista- en mucho se asemeja y, converge con los diversos feminismos fomentados en América Latina y el Caribe, configurándose como una de esas diversas corrientes. Este proyecto pretende abordar los caminos y acciones de las mujeres negras frente a los nuevos y antiguos desafíos enfrentados por ellas en el transcurso de sus vidas. Más precisamente abordaremos las cuestiones e implicaciones del activismo en las redes sociales - Facebook, Youtube y Blogs. Como el acceso a estos espacios ha aumentado lazos y la asociación entre las mujeres negras con historias similares o no, que se unen en redes de apoyo y ayuda a través de foros e iniciativas virtuales, pero que extrapolan esos medios y se permiten cada vez más encuentros presenciales que fortalecen el movimiento. La mayoría de las veces, las conversaciones sobre el racismo, el sexismo y la resistencia entre estas mujeres son abiertas y no superficiales, como buena parte de las actividades virtuales, proporcionando una significativa introducción a las mujeres recién llegadas en estos temas y enfoques. El conocimiento que estas mujeres están produciendo en el ámbito de la comunicación e información tecnológica, sumado al rescate y facilitación de acceso de las obras de intelectuales negras y negros, posibilitan y contemplan otras formas de aprendizaje y luchas contra el racismo y las diferentes opresiones sufridas en el día a día -día. Evidenciando así, que por medio de esos espacios alternativos y su producción de conocimiento es posible informar - y también formar - ciudadanas y ciudadanos sobre la conciencia política y social necesarias para sus enfrentamientos, tomando como foco los embates y trayectorias de las mujeres negras.

**Palabras claves:** Mujeres afrolatinoamericanas; Femenino Negro Interseccional; Feminismos Latinoamericanos; Redes sociales.



## SUMÁRIO

<b><u>1 INTRODUÇÃO</u></b> .....	<b>9</b>
<b><u>2 DIVERSOS FEMINISMOS NA AMÉRICA LATINA E CARIBE</u></b> .....	<b>14</b>
<b><u>2.1 FEMINISMOS NA AMÉRICA LATINA E CARIBE E A PROPOSTA DECOLONIAL</u></b> .....	<b>16</b>
<b><u>2.2 FEMINISMOS AFROLATINOAMERICANOS</u></b> .....	<b>25</b>
<b><u>3 REDES SOCIAIS E SEUS USOS ENQUANTO MECANISMO DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA</u></b> .....	<b>36</b>
<b><u>3.1 PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E COMUNICAÇÃO POLÍTICA</u></b> .....	<b>36</b>
<b><u>3.2 REDES SOCIAIS COMO MECANISMO DE PARTICIPAÇÃO E COMUNICAÇÃO POLÍTICA</u></b> .....	<b>42</b>
<b><u>4 RESISTINDO E SE POSICIONANDO POLITICAMENTE EM ESPAÇOS ALTERNATIVOS</u></b> .....	<b>53</b>
<b><u>4.1 POTÊNCIA DAS MULHERES NEGRAS EM REDES</u></b> .....	<b>54</b>
<b><u>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</u></b> .....	<b>63</b>
<b><u>REFERÊNCIAS</u></b> .....	<b>67</b>
<b><u>ANEXOS</u></b> .....	<b>75</b>
<b>ANEXO A – PRIMER DE ENCUENTRO MUJERES NEGRAS LATINOAMERICANAS Y CARIBEÑAS REALIZADO EN REPÚBLICA DOMINICANA EL AÑO 1992 - CONTRA LA DISCRIMINACIÓN Y EL RACISMO</b> .....	<b>76</b>
<b>ANEXO B – MAIS DE 4 BILHÕES DE PESSOAS TERÃO ACESSO À INTERNET MÓVEL ATÉ O FIM DE 2017, DIZ RELATÓRIO DA ONU</b> .....	<b>90</b>
<b>ANEXO C – PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA (PNAD) TIC 2016: 94,2% DAS PESSOAS QUE UTILIZARAM A INTERNET O FIZERAM PARA TROCAR MENSAGENS</b> .....	<b>92</b>

## 1 INTRODUÇÃO

As redes de mulheres negras estão cada vez maiores no que diz respeito ao alcance, assertividade, força, produção e perpetuação de saberes. Em redes, essas mulheres trocam experiências e conhecimentos que as conectam e estimulam a dar continuidade na luta contra o sistema patriarcal racista e capitalista que aglutina diferentes opressões contra a base subjugada da nossa sociedade.

Com o desenvolvimento das tecnologias de informação, as possibilidades de interações virtuais permitem que grupos de mulheres em diferentes lugares do país e até do mundo se conectem e compartilhem em tempo, cada vez mais real, diferentes mensagens, ideias, propostas, iniciativas, empreendimentos, etc. Nesses espaços elas, depois de um tempo de conhecimento e participação, se sentem mais a vontade para falar e compartilhar suas vivências e percepções sobre seu dia-a-dia e tudo o que está a sua volta, suas lutas e enfrentamentos diários.

As interações virtuais têm, portanto, se tornado uma importante ferramenta de resistência para a população negra que por meio delas denunciam e expõem situações cotidianas de racismo e violações de direitos, cobram políticas públicas e ações mais eficazes dos governos para sanar problemas sociais.

A proposta da pesquisa consiste em averiguar o caso específico das mulheres negras articuladas em redes virtuais. As redes sociais são espaços alternativos para comunicação social política através dos quais as mulheres conseguem falar mais abertamente sobre as dificuldades que enfrentam. As mulheres negras falando sobre elas e para elas criam um sentimento de não estarem só diante desse sistema de opressões que invisibiliza e naturaliza os processos de discriminação e que desde tempos mais remotos silenciam e isolam os grupos sociais oprimidos para dar continuidade ao processo de apagamento histórico das inúmeras contribuições

que os mesmos produzem e a importância destas para a trajetória da humanidade.

A hipótese do trabalho consiste em verificar as possibilidades e caminhos de ‘ressignificação’ que as mulheres negras têm desenvolvido em suas vidas diante do processo constante de resistir e reescrever suas histórias na terra onde suas e seus ancestrais foram desumanizados e escravizados em nome do imperialismo. A ideia é compreender como através das redes virtuais essas mulheres estão dando novos significados à própria experiência, criando novos conhecimentos sem esquecerem do conhecimento ancestral, que vem sendo cultivado de geração em geração por meio de histórias, religiões, símbolos, pessoas, etc.

Um dos objetivos da pesquisa é mostrar o aumento da força e da organização das formas de resistência no processo de ‘ressignificação’ do termo negra. Especificamente, evidenciar como o ativismo e a ocupação das redes sociais possibilita espaços alternativos para discursos e falas sobre sexismo, racismo, opressão de classe, lesbofobia, gordofobia, transfobia, encarceramento em massa e diferentes opressões e preconceitos sofridos pelos grupos de pessoas marginalizadas. Mostrar que por meio desses espaços e da sua produção de conhecimento é possível informar – e também formar – cidadãos e cidadãs com consciência política e social.

A globalização<sup>1</sup> e a alta dinamização das interações sociais contribuíram para significativas transformações nas identidades étnicas, de gênero, etc. e nas articulações de diferentes movimentos sociais. Nesse contexto, emerge a transnacionalização desses movimentos que passaram a reivindicar e trabalhar suas pautas locais também em espaços globais. Diversas agendas são condensadas para tornar as demandas mais consistentes, amplas e visíveis, com esses deslocamentos algumas pautas centrais se fortalecem em detrimento de outras.

---

<sup>1</sup> No texto utiliza-se o termo globalização como “do mundo capitalista” (SANTOS, 2001, p. 12) escolhendo como marco temporal os acontecimentos na virada do século XX para o século XXI, pontuando aqui o aumento das interações e trocas por meio das redes globais, uma ampla abertura das fronteiras – sem a extinção das mesmas – para livre circulação de bens e capital resultante da pressão sobre os governos para tal abertura e dos avanços tecnológicos (WALLERSTEIN, 2005, p. 67 e 74).

Quando os resultados e encaminhamentos retornam aos espaços locais as agendas sofrem uma descaracterização que as distanciam das especificidades locais. Essa lógica de universalização de pautas e demandas é perversa com a(o)s subalternizada(o)s, principalmente com aquela(e)s mais marginalizada(o)s. Nesses espaços transnacionalizados um grupo cada vez menor e homogêneo toma conta da construção e do desenvolvimento das agendas, se distanciando assim da realidade e dos contextos específicos onde essas reivindicações são produzidas.

Seja na América Latina, seja em cada um de seus países, seja no relacionamento entre os mesmos ou em suas relações internacionais e/ou nas suas mais variadas formas de organização social, percebe-se o papel de destaque de grupos específicos e homogêneos em sua maioria dominados por homens, com exceção de algumas pautas e espaços, principalmente feministas. Essa realidade acaba por invisibilizar e descaracterizar a diversidade latino-americana.

Nas articulações de movimentos sociais essa centralização do protagonismo nos importantes espaços de tomada de decisão, dentro da lógica de universalização de demandas, prejudica enormemente a(o)s mais marginalizada(o)s da sociedade, resultando assim no aumento e na contínua invisibilização de suas necessidades. Desse modo, faz-se necessário o estudo desses espaços, bem como de sua construção e desenvolvimento para encontrar e superar as dificuldades e as brechas que reafirmam o sistema colonial de opressão, subordinação e marginalização, que muitas vezes se utiliza dos coletivos e movimentos sociais apenas como massa de manobra para dar peso ao movimento.

A pesquisa foi desenvolvida com base em análises que buscam interseccionar diferentes marcadores sociais como raça, etnia, gênero, classe, etc., de modo a contemplar as particularidades das mulheres negras em diferentes espaços na sociedade (educação, saúde, economia, por exemplo) para melhor atender as demandas e se aproximar da realidade dessas mulheres e da condição marginal imposta às mesmas. Deste modo, pretende-se alcançar um melhor entendimento das formas e expressões de

desigualdades que atingem e impactam essas mulheres e assim compreender efetivamente as alternativas de luta e resistência entendidas como solução para a superação dessas desigualdades.

Nesse sentido, a análise e compreensão dos espaços considerados como lugares de “empoderamento” dessas mulheres faz-se mais que necessário. Nesses espaços é que se efetuam trocas de conhecimentos importantíssimas para a luta contra os retrocessos e pela garantia da continuidade de supostos avanços. Mulheres latino-americanas precisam ser ouvidas em toda a sua diversidade e peculiaridades. Frente a isso, grupos cada vez mais diversos e marginalizados buscam meios para resistir e ocupar esses e outros espaços.

O presente trabalho pretende, desde a sua proposição até todo o percurso do seu desenvolvimento desviar-se da lógica teórico-acadêmica central que privilegia apenas o conhecimento acadêmico em detrimento dos saberes e práticas cotidianas. Além das referências acadêmicas mais teóricas, a pesquisa se baseia também nas minhas vivências e memórias pessoais como jovem, mulher negra e moradora de periferia; em experiências compartilhadas com outras mulheres negras; e na interação e análise dos diferentes sites, blogs e páginas virtuais que tive acesso.

Para além de intelectuais com maior trajetória acadêmica como Mara Viveros Vigoya (2008), Yuderlys E. Miñoso (2009), Ochy Curiel (2011, 2014), Lélia Gonzales (1984, 2011), Djamilla Ribeiro (2016), etc., a pesquisa é embasada também em intelectuais e trabalhos que se desenvolvem fora dos limites das instituições acadêmicas, partindo da suposição de que nem todo acadêmico é intelectual e de que nem todo intelectual é acadêmico. Alguns exemplos são: Blogueiras Negras, Feira Preta, Afroflix, Negritude Afrolatina, Leia Mulheres Negras, Odara Instituto da Mulher Negra, etc.<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> Espaços no quais a escrita é mas não só a mesma - e a produção de conhecimento se tornam mais uma ferramenta na luta contra as opressões que estruturam nossa sociedade. Construídos por mulheres negras, principalmente, para a população negra com conteúdo diverso, substancial e poderoso que nos estimula a pensar e contestar a ordem social vigente e que também nos acolhe nessa rede de apoio, na qual temos vez e voz ativa.

Sobre a estrutura do trabalho, o texto vem sendo organizado em três capítulos centrais: o primeiro aborda a diversidade dos feminismos latino-americanos e suas principais premissas, pretendendo ainda explanar sobre a aproximação com feminismos e movimentos de mulheres negras na América Latina. O segundo capítulo aborda as redes sociais e suas possibilidades de usos como supostos mecanismos de ação/participação política, problematizando se de fato essas tecnologias potencializam o ativismo político. No terceiro capítulo busca-se evidenciar como as afro-latino-americanas estão utilizando as redes sociais enquanto ferramentas para o desenvolvimento de suas práticas políticas, bem como em suas vivências coletivas e individuais e qual o real alcance, limites e questões vivenciadas pelas ativistas negras.

Nas considerações finais retomaremos os objetivos e a trajetória da pesquisa tomando como reflexão a atual conjuntura política da América Latina, mais especificamente a fragilidade dos estados nacionais e das políticas afirmativas empreendidas pelos mesmos, em relação às mulheres negras. Assim como as dificuldades e debilidades dos movimentos e organizações sociais hegemônicos e de maior expressividade em lidar com essas questões.

Gostaria de deixar explícito que o texto foi sendo construído durante toda a pesquisa e todas as suas partes estão intimamente relacionadas entre si e comigo mesma, sendo assim o texto vai e volta em alguns pontos dependendo da linha de pensamento e de minhas experiências.

## 2 DIVERSOS FEMINISMOS NA AMÉRICA LATINA E CARIBE

O primeiro capítulo aborda a diversidade dos feminismos latino-americanos e suas principais premissas, pretendendo ainda explanar sobre a aproximação com feminismos e movimentos de mulheres negras na América Latina.

Indagações e pesquisas sobre gênero e suas perspectivas ainda não possuem lugar de destaque ou importância nas discussões e espaços pós-coloniais e/ou decoloniais que criticam a invasão/dominação/colonização da América Latina e Caribe e almejam construir um projeto *decolonial* para este território. O grupo Modernidade/Colonialidade<sup>3</sup>, por exemplo, busca superar a colonialidade<sup>4</sup> do saber, poder, ser e em menor medida a da natureza e do gênero. Assim como nos espaços e discussões tradicionais – só que num espaço tido como alternativo – o gênero é tratado como uma subcategoria ou é tido como

---

<sup>3</sup> O grupo Modernidade/Colonialidade surgiu no século XX e possui como premissa a decolonização do saber, do ser, do poder, da natureza e de gênero, repensando criticamente o histórico e as histórias da América Latina, buscando evidenciar as marcas deixadas pelo colonialismo nos dias atuais. Formado por intelectuais como Walter D. Mignolo, Anibal Quijano, María Lugones, Catherine Walsh e Boaventura de Souza Santos, evidencia que a colonialidade é a parte obscura da modernidade.

<sup>4</sup> Resumida e simplificada a colonialidade é a herança da invasão e colonização do continente americano em 1492, sendo o sistema global estruturado e mantido por meio dessa herança, que criou um padrão mundial hierárquico e racializado sustentado pelas diferenças binárias - negro/branco, mulher/homem, emoção/razão, selvagem/civilizado, etc. (JARAMILLO, 2013). O ineditismo da separação conquistado/conquistador de acordo com a raça juntamente com a conquista das formas de controle do trabalho, seus recursos e produtos voltados para o capital e mercado mundial deu início a colonialidade do poder. A mesma produziu e matem as discriminações sociais, baseadas na raça, etnia, sexo, nacionalidade, etc. criando assim uma estrutura de poder que rege as relações sociais no continente, na qual seus atores disputam o controle de diferentes campos de sua existência, principalmente: o "sexo, trabajo, autoridad colectiva y subjetividad/intersubjetividad, sus recursos y productos [...]" (MARTÍN, 2014, p. 17. QUIJANO, 1992). Diante disso se assume que as colonialidades - do ser, saber, gênero e natureza - seguem a mesma dinâmica da do poder, na qual as relações e interações sociais ocorrem segundo a lógica e interesse colonial. Segundo seus teorizadores, a colonialidade do poder sustenta o capitalismo global Quijano (1992), já para Lugones (2008) a colonialidade do poder não pode ser tomada separadamente da "opresión de género racializada y capitalista" que conforma a colonialidade de gênero, uma vez que ambas são profundas e estruturantes nesse continente (LUGONES, 2011, p. 110), [...] "la imposición de este sistema de género fue tanto constitutiva de la colonialidad del poder, como la colonialidad del poder fue constitutiva de este sistema de género" (MARTÍN, 2014, p. 18).

assunto ‘relevante’ para ser tratado em espaços e ambientes ‘específicos’, pois nos espaços universais assuntos de primeira ordem/classe devem ser resolvidos, nesses casos as questões relacionadas à raça e/ou etnicidade também se configuram como subcategorias. Não sendo tratadas como parte de um todo que estrutura a matriz do poder colonial. Se, por exemplo,

[...] sometida a un escrutinio feminista esta nueva corriente de pensamiento latinoamericano revela aún grandes limitaciones en su comprensión del lugar que ocupa el género en su objeto de investigación. Es notoria a su vez una ausencia de referencias a escritos feministas procedentes de América Latina. Sabemos que las feministas latinoamericanas han hecho grandes contribuciones [...]. No obstante, la ausencia de referencias a autoras feministas latinoamericanas es notoria [...]. (MENDOZA, 2014, p. 92;100).

Nas teorias pós-coloniais e/ou decoloniais nota-se o enfrentamento a uma estrutura de poder – gerada por meio da colonização – que estabelece uma classificação de identidades sociais e a subjugação sistêmica de determinados grupos sobre outros: Colonialismo Interno (Silvia Rivera), Colonialidade do Poder (Anibal Quijano), Estrutura Social-colonial (Felix Patzi), etc. diferentes nomes que tentam enquadrar o mesmo sistema de dominação, subjugação e opressão. Em muito busca-se a construção de um projeto de descolonização a partir da América Latina, entretanto sem se atentar ‘criticamente’ as diferentes especificidades que conformam o continente.

É muito difícil pensar integração “total”<sup>5</sup> da América Latina e Caribe quando dentro dos territórios nacionais de cada país não existe integração e um bem viver de diferenças, nesses países a categoria raça, por exemplo, continua servindo muito bem aos interesses dos nossos exploradores – dividir para conquistar, unir para dominar. Os processos e projetos de integração desenvolvidos e geridos nesse continente seguem a risca a cartilha do sistema capitalista-racista-patriarcal-heterossexual, tentando barrar e apagar possibilidades de integração que começam *desde abjo* para além do Estado e suas instituições.

---

<sup>5</sup> Referente a esse projeto de integração total romantizado que muitos almejam, a criação de um projeto de integração que leve a IDENTIDADE latino-americana, quando na verdade sabemos que as integrações que acontecem aqui se dão pelo aval e interesses do capital e dos países Centro – utilizando assim a Teoria do Sistema-Mundo de Immanuel Wallerstein, por exemplo.



## 2.1 FEMINISMOS NA AMÉRICA LATINA<sup>6</sup> E CARIBE E A PROPOSTA *DECOLONIAL*

Em uma breve contextualização das fases dos feminismos latino-americanos em análises de Ciência Política, as mesmas ocorrem em três etapas e com possibilidade e direcionamentos para uma quarta etapa. A primeira onda foi marcada por lutas pela democratização e acesso igualitário a esfera política encabeçada pelo movimento sufragista no século XX; a segunda onda feminista se desenvolve por meio da resistência política e armada frente às ditaduras instaladas no continente, bem como pela não aceitação do sexismo, da violência e da privação do prazer, entretanto a pontuação da classe como o único caminho de superação da opressão acabou por limitar essas lutas; já a terceira onda “[...] emerge da participação das mulheres no processo de redemocratização e de reformas constitucionais, ampliando o espectro de participação política.” (ALCÂNTRA, 2016).

Nessa terceira fase houve uma tentativa de rompimento com a homogeneização do que se entendia por feminismo até então, por meio da ampliação e evidenciação de [outros] feminismos e identidades: seguindo assim a lógica colonial de marcar diferenças como oposto/outro – feminismo negro, indígena, popular, comunitário, lésbico, etc. Com a ampliação da terceira onda, novas configurações e mobilizações sociais políticas e tendências pós-neoliberais surge a possibilidade de uma quarta fase (ALCÂNTRA, 2016):

A emergência dessa “nova onda” partiria das mais diversas “arenas paralelas de atuação”, seja no âmbito da sociedade civil ou “no das fronteiras existentes entre ela e o Estado”, sem perder de vista as “fronteiras interseccionais, transversais e transdisciplinares entre gênero, raça, sexualidade, classe e geração” (ALCÂNTRA, 2016, p. 68). Essa fase teria

---

<sup>6</sup> “O Termo América Latina é uma representação ideológica, pois, se afirma na linha de constituição das sociedades nacionais e no avanço do processo pós-colonial na região, contudo é heterotópico na medida em que sua possibilidade como uma comunidade de destino significa a invenção de outro espaço que não está previsto na continuidade do projeto colonial, que era ontologicamente incapaz de fundar uma comunidade de origem” (Martins, 2012, p. 14. Tradução livre).

produzido consequências políticas e culturais, notadamente sobre as políticas estatais (no que tange a transversalidade e intersectorialidade) e também teria inaugurado um *frame* para a sua atuação, calcado na ideia trans ou pós-nacional, “em que são identificadas uma luta por radicalização anticapitalista e uma luta radicalizada pelo encontro de feminismos e outros movimentos sociais no âmbito das articulações globais de países na moldura Sul/Sul” (MATOS, 2010. In: ALCÂNTRA, 2016). Porém as transformações que ocorreram nas políticas estatais que se comprometeram com conferências e tratados internacionais sobre direitos da mulheres e igualdade de gênero foram superficiais (CASTILLO, 2008) e moldadas pelo interesse dos países do centro mundial, as mulheres em suas pluralidades e demandas não foram de fato consideradas.

Com as mudanças nas formas de comunicação e interações sociais que possibilitaram a comunicação em nível internacional para além das Instituições Públicas e/ou Privadas, novos atores passaram a fazer do jogo. Surgindo a oportunidade de comunicação em nível global de pessoas, movimentos sociais e causas totalmente desconsideradas nesse cenário, viabilizando assim a criação de demandas feministas a nível internacional, com diferentes problemáticas frente aos “[...] nuevos fenómenos planetarios: la migración, la trata; nuevos/viejos conflictos territoriales, la lógica del Imperio, los fundamentalismos crecientes, etc.” Os movimentos de mulheres passou a contar com mais seguidoras e maiores embates políticos, assim como com a volta da “radicalización de la mirada feminista en relación a las democracias realmente existentes, más allá de los sistemas políticos para extenderla a todas las relaciones sociales y la vida cotidiana.” (VARGAS, 2007, p. 1-2; CASTILLO, 2008).

O conhecimento que embasa as Relações Internacionais se fomenta, estrutura e se conclui no círculo acadêmico norte americano e/ou europeu, até mesmo o que é produzido fora desses países responde ou deve responder a essa lógica para se enquadrar na área, muitas vezes limitando a possibilidade de diferentes abordagens e análises das dinâmicas que ocorrem '*más alla*' do norte global. Desconsiderando e negando assim outras formas de produzir conhecimento, visando moldar a subjetividade dos estudiosos de fora

do centro mundial para manter e assegurar seus interesses. Nessa perspectiva até mesmo os estudos de gênero e/ou relacionados ao feminismo nesse campo foram denunciados como universalistas e excludentes, mais uma ferramenta de opressão colonial que possuía premissas reformistas, mostrando sua "violência epistêmica"<sup>7</sup> que desconsidera outras formas e modelos de conhecimento e visão de mundo, barrando as possibilidades de outras soluções para superar as opressões.

Los estudios que envuelven los temas de género y feminismos han sido excluidos y poco valorizados dentro del área de las RII. Inclusive, pese a existir diversos y variados feminismos latinoamericanos, estos no han sido incluidos como teoría o herramienta epistemológica en la disciplina. En los escasos estudios que han sido realizados sobre éste asunto, se han utilizado bibliografías de un feminismo escrito en otra época y que refleja a la mujer de clase media de Estados Unidos o de Europa, razón que ha colaborado con el ocultamiento de la mujer popular pobre en el estudio de las Relaciones Internacionales (BOMBÓN POZO, 2017, p. 45).

A perspectiva feminista chamada Pós-colonial nas Relações Internacionais trabalha por dar visibilidade e mudar temas ignorados pelas correntes tradicionais desse campo. As categorias de análise são pensadas e trabalhadas a partir da intersecção das mesmas, ou seja, raça, religião, classe, localização geográfica, cultura, sexualidade, etc. são levadas em consideração nos processos construtivos de alternativas para superação da colonialidade. Um tanto quanto distante do campo de conhecimento 'clássico', que se situa a disciplina de Relações Internacionais, existe uma proposta - que nasce baseando-se na diversidade das mulheres e suas formas de organização - na América Latina e Caribe de:

---

<sup>7</sup> Este colonialismo epistémico empezó a ser denunciado por las mujeres indígenas organizadas que, desde principios de la década de los noventa, empezaron a plantear la necesidad de reconocer sus derechos colectivos como parte de sus pueblos, como condición para el ejercicio pleno de sus derechos como mujeres [1] y a reivindicar su cosmovisión como una perspectiva fundamental para cuestionar el proyecto civilizatorio de occidente [2]. Estas voces fueron fundamentales en el surgimiento de nuevas teorizaciones en torno a la descolonización del feminismo. Bajo este título se publicaron por lo menos dos libros colectivos: *Descolonizando el Feminismo. Teorías y Prácticas desde los Márgenes* (Suárez y Hernández Castillo, 2008) y *Feminismos y Poscolonialidad. Descolonizando el Feminismos desde y en América Latina* (Bidaseca y Vázquez Laba, 2011) que han reunido las voces de feministas indígenas, chicanas, musulmanas, de distintas regiones de África y América Latina, quienes han venido a cuestionar los universalismos feministas y a reivindicar otras epistemologías para pensar la dominación y la emancipación CASTILLO, 2013).

“otro feminismo”, el decolonial, que realiza una severa crítica al feminismo de la segunda ola y en concreto al feminismo occidental por cuanto considera que se ha centrado en el patriarcado y el androcentrismo, como única vía de dominación hacia las mujeres, obviando otro tipo de relaciones y problemas estructurales, más complejos (el militarismo, la pobreza, la etnicidad, la ecología, etc.), que agudizan la opresión sufrida por diferentes grupos de mujeres y que “los feminismos tradicionales” no tienen en cuenta, pues, como señala Nathalia Jaramillo: “...se ha dejado la estructura social y política preponderante de la sociedad relativamente intacta. No se puede dismantelar el patriarcado con políticas reformistas solamente”.(GOMÉZ, 2013).

Diante da pluralização e diversificação dos movimentos e organizações coletivas o feminismo *decolonial* surge das experiências e lutas políticas e/ou ativistas das mulheres latino-americanas mesmo antes de ser utilizado como conceito teórico, não desconsiderando a teorização acadêmica, porém indo além dos moldes coloniais de produção de conhecimento engessados e individualizados hegemonicamente. Em suas premissas *decoloniais* as feministas pontuam o papel das experiências e mobilizações coletivas na geração de conhecimento e sua importância na superação da situação colonial iniciada em 1492.

A situação colonial, a colonialidade do poder se configura como a marca deixada pelo colonialismo nos chamados países de Terceiro Mundo/Subdesenvolvidos/Em desenvolvimento, onde as relações sociais respondem a um padrão de poder que domina, explora e hierarquiza (MENDOZA, 2014; CURIEL, 2014). A homogeneização empreendida pelos colonizadores era desenvolvida para enfraquecer a ligação dos povos tradicionais com seus ancestrais e memórias e assim dar espaço ao projeto civilizatório que mascarava a invasão e exploração do continente americano. O processo de aglutinação de diferentes povos com suas perspectivas e lógicas próprias em uma só categoria, o outro/índio serviu para a sistematização colonial que foi estruturante na formação dos Estados-Nacionais modernos.

Aunado a su concepto de la colonialidad del poder, Quijano introduce 'la idea de raza' que surge con la idea del 'descubrimiento' y que sirve para reclasificar socialmente y en forma estratificada a las gentes en las colonias según su relación con el cristianismo, la 'pureza de sangre' y las lenguas europeas. La idea de raza [...] reordena todas las áreas de existencia humana básicas que comportan en sí todas las luchas de poder por el control de recursos y los productos que de ellos se derivan: el sexo, el trabajo, la autoridad colectiva y la subjetividad/intersubjetividad. Desde esta perspectiva, la idea de raza reordena los regímenes de género pre existentes en las sociedades

colonizadas y antes de su colonización. El género queda así subordinado a la lógica de raza [...]. (MENDOZA, 2014, p. 92).

Em sua chegada invasiva ao continente os colonizadores fincaram suas bandeiras como símbolo da posse sobre tal território, mas a invasão e apropriação foram muito além das terras. Houve invasão, apropriação e violação dos corpos aqui encontrados. Os corpos masculinos em grande medida serviram a exploração da força de trabalho, para os corpos femininos [e/ou *feminilizados*]<sup>8</sup> sobram várias tarefas para além do uso laboral, dentre elas a satisfação sexual do colonizador por meio dos abusos e estupros. Tal prática de dominação e exploração relacionada aos corpos legitima a soberania sobre o território invadido e conquistado (SEGATO, 2013). A violação e dominação do território enquanto corpos acontecem no sentido de fragilizar e desmotivar qualquer tipo de insurgência ou contestação.

"La conquista y la colonización - de tierras, cuerpos y marcos de pensamiento - continúa afectando la identidad social, política, explotación capitalista y nuestra capacidad colectiva de entendimiento".(JARAMILLO, 2013). A Colonização não apenas racializou as mulheres das colônias, mas também forçadamente as colocou e moldou de acordo com os conceitos e princípios patriarcais de gênero do ocidente. As relações igualitárias<sup>9</sup> pré-existentes foram rompidas e numa falsa sensação de poder e controle - ainda que mínimo - os homens colonizados lançaram mão na subordinação de gênero vinda dos colonizadores (MENDOZA, 2014). Falar de raça na América Latina<sup>10</sup>, em uma perspectiva mais crítica, é delicado e requer alguns cuidados,

---

<sup>8</sup> Acredito se tratar de um neologismo, termo retirado do texto TERRITÓRIO, SOBERANÍA Y CRÍMENES DE SEGUNDO ESTADO: LA ESCRITURA EN EL CUERPO DE LAS MUJERES ASESINADAS EN CIUDAD JUÁREZ de Rita Laura Segato (2004).

<sup>9</sup> Ver Breny Mendoza (2014) e Silvia Rivera Cusicanqui (2010). Não se pontua que o convívio social era perfeito e as relações de poder não existiam, havia um tipo de patriarcado que no encontro com o colonialismo formou outro tipo, o patriarcado colonial que por meio de suas lógicas e ideais passa e molda todas as instituições no continente. (CURIEL, 2014)

<sup>10</sup> En América Latina, los estudios sobre raza, etnicidad, género y sexualidades eran nichos teóricos que trabajaban estos temas de forma relativamente autónoma. El tema de la "raza" ha sido abordado en sus nexos con las desigualdades sociales y muy poco en relación con las desigualdades de género y sexualidad. Como se ha mostrado en distintos trabajos, la historia de las desigualdades sociales en América Latina tiene, de maneras diversas, una dimensión racial que se ha constituido a lo largo del tiempo desde el período colonial. Igualmente, se ha advertido que en América Latina el orden socio-racial jerárquico de las desigualdades

a raça é um traço histórico no sujeito, que marca seu devido lugar, a escravização dos negros e exploração dos povos originários foram resultados de uma conquista territorial para extrair força de trabalho (SEGATO, 2007).

Como el sexismo, el racismo acude a la naturaleza con el fin de justificar y reproducir las relaciones de poder fundadas sobre las diferencias fenotípicas. [...] Como el sexismo, el racismo es una representación efectiva en la acción social, política y cultural (VIGOYA, 2008, p.172).

No encontro do colonialismo com o patriarcalismo frente à hierarquização racial nasce um poderoso e cruel sistema de dominação e subjugação de gênero ao qual as mulheres originárias do continente americano foram expostas, assim como as mulheres escravizadas trazidas da África. A hierarquização, vinda das sociedades 'evoluídas' entre homem e mulher foi expandida com a racialização colonial do(a) outro(a). Para a continuação da afirmação de superioridade o colonizador foi somando elementos que inferiorizavam o seu 'oposto', com isso as categorias de etnia, classe e gênero se constituíram como marcadores sociais fundamentais para uma 'aceitação' e 'respeito' social, bem como para ocupação dos espaços sociais.

Sexismo, racismo y explotación de clase constituyen sistemas interrelacionados de dominación que determinan la agencia femenina. Y permiten comprender la "retórica salvacionista" que construye el discurso imperialista o los pequeños imperialismos locales (BIDASECA, 2011, p. 63).

O feminismo hegemônico que é institucional e acadêmico por muito tempo esteve em um lugar de destaque e unicidade no que diz respeito às discussões de gênero e movimento feminista no continente, tal corrente utiliza uma categoria fixa de mulher e em muito se aproxima dos ideais individualistas do neoliberalismo, sendo bastante limitada, pois cai no essencialismo que em muito caracteriza essa corrente de pensamento, no qual a opressão da mulher se dá apenas por meio do patriarcalismo (JARAMILLO, 2013). Tal feminismo hegemônico não apenas deixava de incluir a pluralidade das mulheres do continente, o mesmo também trabalhava para apagar sua existência (CASTILLO, 2008). A naturalização da categoria mulher é prejudicial e limitante uma vez que torna a opressão sexista 'universal' sem se atentar as diferenças nas suas ocorrências em diferentes lugares, contextos históricos e sociedades. (BAIRROS, 2014).

---

interactúa con la etnicidad. Mientras el orden racial produce unas formas de clasificación social arbitrarias de las apariencias físicas, la etnicidad genera diferencias que conllevan marcas culturales también construidas socialmente (VIGOYA, 2008, p. 175).

[...] bell hooks destacada feminista afroamericana corretamente afirma que o que as mulheres compartilham não é a mesma opressão, mas a luta para acabar com o sexismo ou seja pelo fim das relações baseadas em diferenças de gênero socialmente construídas. (BAIRROS, 2014, p. 182).

Com as hierarquizações e classificações sociais os homens e mulheres latino-americanas experimentaram de modo desigual o colonialismo e as heranças coloniais. Os homens utilizam as diferenciações baseadas no gênero e na raça para reproduzir opressões, sendo inferior ao homem colonizador se agarra na diferenciação baseada no gênero/sexo para ter controle e exercer poder na colônia afirmando assim sua condição de macho e superior nessa escala de hierarquização de marcadores sociais<sup>11</sup>. Entretanto esta reprodução de opressões não fica apenas a cargo dos homens do continente, existe uma complexa dificuldade das mulheres brancas do Ocidente na compreensão de seu papel na situação colonial – como opressoras - bem como a necessidade em reconhecer a importância da interseccionalidade (MENDOZA, 2014). Deixar de lado as diferenças entre mulheres, mesmo no Terceiro Mundo, significa apagar o fato de que “El pacto social de género tuvo implicaciones políticas en la conformación de la ciudadanía y no solo económicas en la construcción de clase” (MENDOZA, 2014, p. 96), a cidadania e suas prerrogativas também são frutos das relações de poder coloniais.

Não se desconsidera as diferenças nas experimentações coloniais vividas por mulheres brancas e homens brancos no continente, contudo as mesmas em muito se beneficiaram do sistema democrático capitalista patriarcal das metrópoles quando aceitavam suas premissas racistas e heteronormativas. As mulheres do ocidente lutaram por direitos, porém, sem dúvida, muitas de suas conquistas se devem, e contem sangue e suor de mulheres negras, latinas e indígenas em seus países e das mulheres da periferia mundial, hoje tal exploração se expande as migrantes em contexto da economia global (MENDOZA, 2014). No que diz respeito a homens brancos e mulheres brancas na participação do desenvolvimento da opressão colonial, o papel destas foi sutil e secundário. Mas no que diz respeito a sua relação com

---

<sup>11</sup> Como já dito os homens racializados também experimentam e convivem de forma diferenciada no feito colonial, entretanto são reprodutores de opressões.

mulheres não brancas e/ou marginalizadas tiveram uma maior atuação na reprodução de opressões, mesmos nos espaços do feminismo [hegemônico], onde assumiam uma conduta paternalista e de liderança no que dizia respeito à libertação feminina.

En América Latina, en gran medida, las mujeres blancas han tenido con las indígenas y afrodescendientes una relación de matrona-sirvienta, de propietaria-esclava o de señora-muchacha. La historia nos ha hecho desiguales y sería muy desafortunado ocultar esas asimetrías bajo un argumento falaz de la universalidad de una forma de ser mujer, levantando una única bandera de liberación (CUMES, 2009 apud BOMBÓN POZO, 2017, p. 65).

O feminismo *decolonial* busca superar as limitações que o feminismo hegemônico impôs às mulheres da região, a universalização da categoria de mulher – branca, feminina, heterossexual, burguesa, etc. – é uma delas. Assim como a radicalização do separatismo que relegava a luta contra o sexismo apenas as mulheres, contundo novamente a pergunta “de que mulher(es) se está falando?” ecoa, essa homogeneização invisibilizadora tira a humanidade das mulheres racializadas e/ou que não se encaixam na categorização (CURIEL, 2014; MIÑOSO, 2009). Diante disso e tomando por base o feminismo negro as *decoloniais* questionam o separatismo e sua validade/aplicabilidade em seu contexto, no qual mulheres e homens do continente são afetados, ainda que de maneiras distintas, pela colonialidade. A sobreposição de opressões – racismo, sexismo, homofobia, lesbofobia, classismo, entre tanta outras – é evidente e cara, pois mostra a importância de pensar além de políticas de identidades fechadas e estáticas.

Outra problemática que a universalização da categoria mulher traz é a de divisão sexual do trabalho, questionada pelas decoloniais também se baseando no feminismo negro, feminismo indígena e no feminismo comunitário. Mais que uma divisão sexual, existe uma divisão racial sexual do trabalho o que de fato faz sentido para mulheres racializadas - que trabalhavam duro desde o período da invasão e escravização. Falar na divisão trabalhista somente pelo viés sexual e chamar as ruas mulheres para reivindicar espaço além do doméstico excluía mulheres que não possuíam privilégio de classe e quem em sua maioria eram as racializadas (CASTILLO, 2008; MIÑOSO, 2009; PAREDES, 2010; CURIEL, 2014; MIÑOSO, in BARROSO, 2014). As mulheres



mais exploradas no mercado de trabalho quem além de sofrerem com os abusos e violências sexuais tiveram a super estimada fragilidade feminina negada, impondo a elas os trabalhos mais pesados e desvalorizados. O não respeito à interseccionalidade de marcadores sociais fez com que este feminismo, importado e moldado aos padrões ocidentais, deixasse de lado as diferentes percepções, experiências e cosmo-visões dos povos colonizados, o que em muito complementaria e seria útil nas formulações de proposta para a superação dessas opressões.

Outro ponto importante para feministas *decoloniais* é o da normatização e naturalização da heteronormatividade que vai além das questões acerca da sexualidade e contesta, também como as feministas lésbicas, a instauração de um regime heterossexual que condiciona ações sociais de modo geral. Para Ochy Curiel (2011) os Estados-Nacionais tem como base a heterossexualidade e todas as instituições – leis, políticas públicas, etc. - que partem do mesmo são orientadas por esse regime. Estas instituições são geradas, desenvolvidas e burocratizadas no colonialismo, com as ricas contribuições do feminismo autônomo e suas críticas a institucionalização do feminismo com os processos de burocratização das práticas e organizações políticas evidenciou-se a entrada e ingerência tanto do Estado quanto de instituições internacionais nesses espaços e a perda de autonomia de suas/seus protagonistas.

O que hoje é visto e analisado por ambas correntes como práticas de controle neo-coloniais, com isso as feministas *decoloniais* dão maior atenção a ações coletivas e autônomas sem intervenção das instituições que perpetuam a colonialidade (CURIEL, 2014; MIÑOSO, 2009). E aqui se pontua a vitalidade da garantia de práticas políticas *decoloniais* para superação de tal lógica, como exemplo, podemos pensar no rompimento da hierarquização da escrita e produção de conhecimento, tal qual a muito tempo já fazem diferentes povos e grupos afros e indígenas.

Todo esse projeto colonialista embasado pelas ciências sociais, pontuando aqui mais especificamente a antropologia<sup>12</sup> com suas inúmeras expedições, debates e trabalhos sobre o 'outro', criando o termo cultura para enquadrar a diferença na perspectiva universal de civilização, os que estavam fora das possibilidades de se chegar à civilidade, os bárbaros, deveriam ser assimilados ou exterminados de qualquer maneira. A raça inferior precisava ser guiada pelo caminho da evolução e da razão que desembocaria na unidade do Estado-Nação. Para se chegar à unidade nacional – que era ligada a uma unidade racial – por meio da identidade a ideologia da mestiçagem foi fomentada e difundida no sentido de apagar memórias e assimilar histórias.

As diferentes correntes feministas que se desenvolvem na América Latina e no Caribe possuem como ponto de convergência o enfrentamento ao imperialismo e a colonialidade, as que aqui foram pontuadas questionam a naturalização de marcadores sociais e pontuam que elas estão intrinsecamente relacionadas e retroalimentam a mesma matriz de opressão colonial que sustenta o sistema capitalista mundial. E para se pensar soluções para superação da situação colonial é necessário levar em conta diferentes marcadores sociais e aqui o conceito de interseccionalidade entra e serve muito bem para expor a invisibilização e desumanização das pessoa que ficam de fora das categorias universais e essencializadas.

## 2.2. FEMINISMOS AFROLATINOAMERICANOS<sup>13</sup>

---

<sup>12</sup> Tal crítica não possui caráter generalizador, a mesma se refere ao uso da antropologia como ferramenta, umas das principais ferramentas para a dominação e subjugação colonial e sua perpetuação.

<sup>13</sup> Reivindico o uso do termo "afrolatinoamericanos" para pontuar a experiência histórica de um grupo de pessoas em específico definidos por meio de sua ancestralidade africana, em um território que nunca foi cego a cor. Tal termo enfatiza o papel das pessoas negras na formação do continente. Reflexão a partir de: (FUENTE, 2010, p. 17 In GONZÁLEZ; GONZÁLEZ, [s.d.], p. 2089) (ANEXO A).

Utilizando as noções de consciência e memória analisadas por Lélia Gonzales, percebe-se que os empreendimentos coloniais trabalham por controlar a consciência – enquanto espaço de não acesso ao conhecimento e ao saber – alienando e assim impedir o acesso das memórias – enquanto espaços de “de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade [...]” (GONZALES, 1984, p 226).

A globalização, como continuação da modernidade, busca voltar às relações de dominação e exploração do seu início, trabalha pela universalização de identidades, tendo como base particularidades e perspectivas de uma cultura – pretendida como universal (SEGATO, 2007). As diferenças nas visões e perspectivas de mundos e até mesmo na concepção dos mesmos, olhares diferentes também a respeito do “nós” como “outros” são invisibilizados. A ideologia da mestiçagem prega um discurso de respeito à diversidade que existe por direito, mas não de fato, seria uma diversidade realmente de rótulos que inclui de modo perverso no processo de universalização, como no caso da categoria universal de mulher – que pontua lugares inferiores, a margem, para indígenas, negras, trans, lésbicas, carcerárias, etc.

O processo colonial e as relações de poder têm, como um de seus matizes, o questionamento de identidades. Nesse processo de hierarquização e constituição de estruturas de poder, o colonialismo tem interseccionado e como imprescindível em si, a racialização de características físicas e aspectos culturais dos povos explorados. Ou seja, os discursos e estereótipos construídos sobre o corpo e as culturas foram cruciais para o êxito e aceitação do processo colonial. (BORGES, 2017).

A identidade globalizada inclui colocando o ‘outro’ no seu lugar, lugar de subserviência. Utiliza-se a palavra – subserviência - justamente para destacar o papel que tal ideologia mestiça tem sobre a consciência dos ‘subalternos’, muitas vezes a servidão não é contestada ou sofre resistência, o ‘outro’ acredita que esse é seu lugar ‘natural’.

A primeira coisa que a gente percebe, nesse papo de racismo é que todo mundo acha que é natural. Que negro tem mais é que viver na miséria. Por que? Ora, porque ele tem umas qualidades que não estão com nada: irresponsabilidade, incapacidade intelectual, criança, etc. e tal. Daí, é natural que seja perseguido pela polícia, pois não gosta de trabalho, sabe? Se não trabalha, é malandro e se é malandro é ladrão. Logo, tem que ser preso, naturalmente (GONZALES, 1984, p. 225-226).

A naturalização é tamanha que muitos acreditam veementemente na sentença “Todos são iguais perante a Lei”, igualdade que geralmente fica no papel (GONZALEZ, 2011). Como escreveu Rita Segato “o direito está muito distante da justiça” (2007)<sup>14</sup>. “Aqui todo mundo é misturado”, “Eu tenho uma Avó negra”, “Por aqui todos são mestiços”, os mestiços foram os sem lugares, a linha entre um povo e outro, pessoas sem lembranças para contar, os mais suscetíveis a dominação e exploração, possivelmente essa globalização de identidades esteja sendo trilhada nesse mesmo caminho de tentativa de abalar a consciência e dominar as memórias para dar continuidade na subjugação e exploração dos mais ‘fracos’. Diante disso é necessário pontuar que ainda que os mestiços sejam os ‘sem lugares’ nas sociedades hierarquizadas por opressões os mestiços possuem vantagens sociais de acordo com a aparência física por se acercarem ao ideal de beleza branca eurocêntrica<sup>15</sup>. “Cabe decir que el modelo de belleza negra se condensa en la proximidad al mulato, es decir, al modelo más claro y mestizo del espectro” (HERNÁNDEZ, 2008, p. 492). O acumulo de riqueza também em muito contribui para uma melhor aceitação, uma boa posição social pode relativizar, porém jamais apagar, a racialização. Assim como a “[...] clase social puede hacer más aceptable la diferencia sexual [...]” (HERNÁNDEZ, 2008, p. 499).

A utilização da interseccionalidade para analisar a realidade das mulheres no continente proporcionou o estudo do encontro das opressões raça, classe, gênero e sexualidade resultando no controle e uso das mulheres como ferramentas políticas sendo as reprodutoras e perpetuadoras da cultura nacional, bem como são objetos importantíssimos para delimitação das fronteiras do Estado. Dai o controle sexual, uma vez que visando o

---

<sup>14</sup> Tradução livre.

<sup>15</sup> Herdeiras históricas das ideologias de classificação social (racial e sexual), assim como das técnicas jurídicas e administrativas das metrópoles ibéricas, as sociedades latinoamericanas não podiam deixar de se caracterizarem como hierárquicas. Racialmente estratificadas, apresentam uma espécie de continuum de cor que se manifesta num verdadeiro arco-íris classificatório (no Brasil, por exemplo, existem mais de cem denominações para designar a cor das pessoas) (GONZALEZ, 2011, p. 15). [...] ese ordenamiento social dependía de asignar un estatus “racial” relacionado con el grado de pigmentación; de esta forma, en la base se encontraba la población india y negra, la población mestiza ocupaba una posición intermedia y la élite, “blanqueada” por supuesto, se encontraba en el estrato superior y privilegiado (GONZÁLEZ, [s.d.], p. 2086-2087).

branqueamento da população as mulheres não podem se relacionar com homens racialmente inferiores. De modo explícito mulheres brancas não podem ser relacionar com homens não brancos, já o 'encontro'<sup>16</sup> sexual de homens brancos com mulheres não brancas não é reprovado, primeiro porque são homens e segundo porque o ideal de sociedade é a européia, sendo assim todos os esforços devem ser voltados para se chegar à ela ou mais próximo possível (CASTILLO, 2008, VIGOYA, 2008; HERNÁNDEZ, 2008).

Os estudos e conceituações de cultura serviram para conhecer, catalogar, e dominar a diferença do outro, colocando-o a disposição do projeto civilizador moderno, atendendo, assim, plenamente as necessidades do capital e a manutenção de seus aparatos. Diante daqueles o início da disciplina antropologia estava a serviço do colonialismo pontuando e definindo o lugar do outro. Nos dias atuais a definições e marcações continuam, mas veladas por discursos mais fervorosos de igualdade, nacionalismo, meritocracia, etc.

Racismo? No Brasil? Quem foi que disse? Isso é coisa de americano. Aqui não tem diferença porque todo mundo é brasileiro acima de tudo, graças a Deus. Preto aqui é bem tratado, tem o mesmo direito que a gente tem. Tanto é que, quando se esforça, ele sobe na vida como qualquer um. Conheço um que é médico; educadíssimo, culto, elegante e com umas feições tão finas... Nem parece preto. Por aí se vê que o barato é domesticar mesmo. E se a gente detém o olhar em determinados aspectos da chamada cultura brasileira a gente saca que em suas manifestações mais ou menos conscientes ela oculta, revelando, as marcas da africanidade que a constituem. (Como é que pode?) Seguindo por aí, a gente também pode apontar pro lugar da mulher negra nesse processo de formação cultural, assim como os diferentes modos de rejeição/integração de seu papel (GONZALES, 1984, p 226).

Mulheres que sofrem pela classificação de gênero, raça, classe, sexualidade, localidade geográfica, ou seja, o encontro de rejeições/opressões, como expressa a fala de Gonzales “[...] nós mulheres e não brancas, fomos “faladas”, definidas e classificadas por um sistema

---

<sup>16</sup> [...] los encuentros sexuales interraciales no se dan amenudo en el respeto y la igualdad de los sexos, sino a partir de estereotipos sobre las mujeres negras como objetos de placer y presas fáciles para los hombres blancos, y de los varones negros como virilmente superiores a los blancos. A [...] representación y estereotipos de las personas “negras” como símbolos de la sexualidad “natural”. Desde esta perspectiva, se asume que las mujeres y los varones negros son evidentemente heterosexuales y vuelve imposible para ellos las prácticas sexuales que no se adhieren a estas suposiciones. En conclusión, la gente negra se enfrenta al dilema de no poder ser homosexual para poder seguir siendo “auténticamente” negra (VIGOYA, 2008, p. 180;181;184).

ideológico de dominação que nos infantiliza<sup>17</sup>” e que não nos deixam ser sujeitas nem de nós mesmas (GONZALES, 2011). Mulheres que, como disse Audre Lorde (1983), não podem escolher lutar apenas contra o machismo enquanto o racismo afeta sua família, não podem lutar apenas contra o racismo enquanto são atingidas diretamente pela lesbofobia, no caso das lésbicas, por exemplo. Para essas mulheres a sentença de “sexo frágil” nunca se fez valer, pois são fortes por obrigação e não por natureza. Enquanto mulheres brancas saíam às ruas para pedir direito ao trabalho, mulheres não brancas a muito já desempenhavam trabalhos pesados herdados da “época escravocrata”, os próprios trabalhos domésticos realizados na casa das brancas que faziam revolução na rua, como já mencionado na primeira parte do capítulo.

Nas sociedades que passaram pela colonização, dando maior atenção ao Brasil e Colômbia, por exemplo, com sua grande população de afrodescendentes, a hierarquização social ainda obedece às estruturas de poder coloniais de estruturação social, nas quais o outro racialmente inferiorizado deve ser domesticado e silenciado. O outro não branco deve permanecer a margem.

Nesse esquema, a mulher negra só pode ser o outro, e nunca si mesma. [...] *Mulheres brancas tem um oscilante status, enquanto si mesmas e enquanto o “outro” do homem branco, pois são brancas, mas não homens; homens negros exercem a função de oponentes dos homens brancos, por serem possíveis competidores na conquista das mulheres brancas, pois são homens, mas não brancos; mulheres negras, entretanto, não são nem brancas, nem homens, e exercem a função de o “outro” do outro.* **Grada Kilomba, Plantation Memories: Episodes of Everyday Racism. p.124 . (Kilomba in Ribero, 2016).**

Olhando para sociedades latino-americanas percebemos como essas camadas se fortalecem e vão se restabelecendo, os lugares ainda são fortemente marcados, os espaços sociais são divididos por raça, classe, gênero e diferentes outros marcadores sociais. Fica evidente aqui porquê a maioria das pessoas pobres e periféricas são mulheres negras e não brancas e em contrapartida a maioria das pessoas mais ricas são homens brancos e de ‘boas famílias’, para comprovação disto basta dar uma volta pelas metrópoles

---

<sup>17</sup> Exatamente porque temos sido falados, infantilizados (infans, é aquele que não tem fala própria, é a criança que se fala na terceira pessoa, porque falada pelos adultos), que neste trabalho assumimos nossa própria fala (GONZALEZ, 1984, p. 225).

latino-americanas (do continente), suas periferias, seus centros comerciais e financeiros.

O espaço do outro na colonialidade é a margem, enquanto a branquitude<sup>18</sup> se regozija em seus espaços hegemônicos conquistados pela sua superioridade. Aqui mais uma vez pode ser pontuada a limitação do feminismo hegemônico/ocidental e de outras correntes feministas frente a impossibilidade de enxergar as múltiplas opressões que não sentem na pele (MIÑOSO, 2014). A ordenação racial entre superior e inferior foi criada de forma a favorecer o branco em detrimento do não branco, cedendo a aquele privilégios e acesso irrestrito aos espaços hegemônicos do Estado, restando a estes o desalojamento de seus lugares e sua marginalização (SEGATO, 2007; VIGOYA, 2008). A branquitude tem que ser evidenciada, precisa de nome e sobrenome, para ser entendida como uma construção social que a coloca como superior - dando aval a sua dominação - e não como algo natural e que essa dinâmica produz privilégios para um determinado grupo de pessoas enquanto nega direitos para outros (VIGOYA, 2008; MARTÍN, 2014).

La ideología racista se crea, se difunde y se internaliza desde las instituciones de socialización (familia, escuela, trabajo, iglesia, medios de comunicación [...]) Otro tema que está presente en los relatos y es necesario analizar, son los estereotipos y los prejuicios raciales. La creación y la reproducción de estereotipos y prejuicios forman parte del sistema de opresión. En este, los opresores se apoderan de manera efectiva e integral de la vida social y personal de los subordinados porque su objetivo es lograr la sumisión. Los opresores asumen una actitud de dominación y de propiedad, por eso es común escuchar la frase 'nuestros indígenas'. Han creado la imagen estereotipada del indio de acuerdo a sus intereses y a su concepción ideológica. Los estereotipos responden a imágenes peyorativas, marcadas por rasgos negativos. El estereotipo es la concepción, la idea, la etiqueta que se le coloca a un grupo en función de la valoración negativa de una diferencia. El prejuicio se refiere a las actitudes afectivas que reflejan el estereotipo sobre un grupo y se concretan a través del trato de inferioridad que se da a la persona o al grupo social. (GARCÍA, 2014, p. 216-217).

---

<sup>18</sup> Para Fankenberg, la "blanquitud" (traducción de "whiteness") se compone de un conjunto de dimensiones relacionadas: es una ubicación de ventaja estructural en las sociedades estructuradas en la dominación racial. Es un punto de vista, a partir del cual la gente blanca se observa a si misma, a los otros y a la sociedad. Es un locus de elaboración de una gama de prácticas culturales usualmente no marcadas ni nombradas. En América Latina, la ideología del mestizaje no sólo ocultó las jerarquías internas dentro del orden socio-racial sino que invisibilizó la blanquitud de las élites detrás de denominaciones "normativas" o nacionales sin ninguna especificidad racial (FANKEMBERG, 2000 In VIGOYA, 2008, p. 192).

Trazendo essa discussão para os espaços acadêmicos e 'intelectualizados' fica visível a pontuação e marcação desses outros não brancos que desde sempre são tratados como objetos e temas e quando saem ou tentam sair dessa margem para se tornarem sujeitos sofrem diversas repressões e opressões. Voltando a questão das mulheres negras e não brancas, o silenciamento e a rejeição são ainda mais fortes, pois as mesmas têm que lutar contra o racismo nos espaços feministas ocidentalizados e ainda lutar contra o racismo e machismo nas salas de aula, por exemplo.

As mulheres negras são obrigadas a ser fortes, como já dito, não lhes é dada a escolha de fragilidade ou não, ou se é forte ou o sistema te massacra, muitas não vivem, sobrevivem às imposições que as subjuga, maltrata e as silencia. Tornando óbvio o grande incomodo com as interrupções e levantes diante da fala de mulheres negras, sendo elas feministas ou não, pois a fala das mesmas questiona e contesta todo o sistema colonial de dominação e opressão. Esse é um ponto que o feminismo negro interseccional levanta e fundamenta muito bem, não é viável lutar apenas contra um tipo de opressão, uma vez que fazendo isso se acaba alimentando outros tipos de opressões e assim todo esse sistema continua por perpetuar-se. Não existe possibilidade de ver uma única opressão para quem sofre mais de uma (MIÑOSO, 2014), isso quer dizer que não tem como analisar o fato do índice de feminicídio<sup>19</sup> de mulheres brancas ter diminuído e o de mulheres negras ter aumentado ou o fato de uma jovem negra ter duas vezes mais chances de ser assassinada do que uma jovem branca<sup>20</sup> pela categoria de gênero separada da categoria de raça - assim como a de classe e até mesmo a geopolítica.

---

<sup>19</sup> "O feminicídio é a instância última de controle da mulher pelo homem: o controle da vida e da morte. Ele se expressa como afirmação irrestrita de posse, igualando a mulher a um objeto, quando cometido por parceiro ou ex-parceiro; como subjugação da intimidade e da sexualidade da mulher, por meio da violência sexual associada ao assassinato; como destruição da identidade da mulher, pela mutilação ou desfiguração de seu corpo; como aviltamento da dignidade da mulher, submetendo-a a tortura ou a tratamento cruel ou degradante.", Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre Violência contra a Mulher (Relatório Final, CPMI-VCM, 2013).

<sup>20</sup> Ser mulher em uma sociedade patriarcal é extremamente perigoso e a coloca na posição de vítima em potencial apenas por ser mulher, mas com as hierarquizações de marcadores sociais se percebe que a mulheres negras no Brasil são as que mais correm risco no que diz respeito a violência e morte, seriam como vítimas legítimas (VIGOYA, 2008, p. 188). Números evidenciam isso: o assassinato de mulheres negras aumentou 54% de 2003 a 2013, enquanto



Conceitualmente, a categoria “raça” não é científica. As diferenças atribuíveis à “raça” numa mesma população são tão grandes quanto àquelas encontradas entre populações racialmente definidas. “Raça” é uma construção política e social. É a categoria discursiva em torno da qual se organiza um sistema de poder socioeconômico, de exploração e exclusão – ou seja, o racismo. Contudo, como prática discursiva, o racismo possui uma lógica própria. Tenta justificar as diferenças sociais e culturais que legitimam a exclusão racial em termos de distinções genéticas e biológicas, isto é, na natureza. Esse “efeito de naturalização” parece transformar a diferença racial em um “fato” fixo e científico, que não responde à mudança ou à engenharia social reformista (HALL, 2003, p. 68).

Assim como o gênero a raça foi construída – e naturalizada – com o objetivo de pontuar lugares para determinados indivíduos na sociedade. O colonizador para se colocar no lugar de referência e superioridade racializou a diferença e a categorizou como inferior para poder dominar, controlar e explorar o outro, os não brancos. A raça, o “racismo y racialización como estructuras cómplices del Estado y su carácter uninacional” (WALSH, 2009, p. 154) estão na base do sistema de opressão, formação e estruturação de poder social que buscar seguir padrões eurocêntricos. Voltando ao exemplo da representação política nos dias atuais percebemos que a lógica colonial ainda se faz presente, principalmente no que diz respeito às mulheres negras.

Uma análise dos dados de gênero e raça das eleições municipais de 2016 – elaborado pelo Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA) – mostrou que as mulheres negras serão o grupo social de menor representatividade no Legislativo municipal nos próximos quatro anos. De acordo com os dados divulgados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) apenas 2.866 pretas e pardas foram eleitas para um total de 57.592 cadeiras nas Câmaras de Vereadores. Isto é: 5%. A comparação do percentual de eleitas com o total da população brasileira, em que as mulheres negras são mais de 26%, revela a pior relação entre todos os grupos. Nas Câmaras de Vereadores, pretas e pardas terão representatividade cinco vezes menor do que têm no universo de cidadãos e cidadãs. Além da realidade nas Câmaras de Vereadores, o estudo mostra que as prefeituras terão uma cara branca e masculina: 70,3% dos eleitos (homens e mulheres) para as prefeituras são brancos. Os outros menos de 30% postos estão divididos entre pardos, pretos, indígenas e amarelos, com forte concentração (27,4%) no primeiro grupo. Destaca-se também o fato de que as pessoas negras são ainda menos representadas entre as mulheres do que entre os homens. Nas prefeituras, as negras são

---

o assassinato de mulheres brancas diminuiu 9,8% no mesmo período <<http://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/pesquisa/mapa-da-violencia-2015-homicidio-de-mulheres-no-brasil-flacsoopas-omsonu-mulheresspm-2015/>>. Já a pesquisa do Atlas da violência (2017) constatou que de 2005 a 2015 o índice de homicídios de mulheres negras entre 15 e 29 anos cresceu 22% e o de mulheres brancas diminuiu 7,4% (Índice de vulnerabilidade juvenil à violência, 2017, p. 40 <<http://unesdoc.unesco.org/images/0026/002606/260661por.pdf>>).

27,8% (178 em números absolutos) do total de mulheres. Já os homens negros são 29,2% (1.432 em números absolutos) do total de homens. Para além da interdição das mulheres em espaços de poder e decisão escolhidos por meio de eleições, o grande diagnóstico oferecido pelas novas informações do TSE é que a população negra é profundamente sub-representada.(CFEMEA, 2016).

Frente a essa estrutura não podemos deixar de lado a interseccionalidade<sup>21</sup>, conceito criado por Kimberle Crenshaw em 1989 – muito utilizado pelas feministas negras no continente, bem como por outras correntes - que nos mostra a necessidade de estudarmos e analisarmos as intersecções entre raça, gênero, classe e diferentes marcadores sociais, entendendo que não temos como escalar as opressões, pois são históricas e estruturantes da nossa sociedade e são igualmente danosas. Acreditar que o principal problema do Brasil, a título de exemplo, é apenas a opressão de classe e que superando a mesma todos os problemas estariam resolvidos é ingenuidade e na maioria das vezes estupidez. Existem grupos que são historicamente excluídos e marginalizados, são totalmente destituídos de poder e por meio de exploração sustentam esse sistema capitalista patriarcal e racista. Nesta base, por conta do encontro de opressões, estão as mulheres não brancas que sustentando toda essa estrutura são exploradas e destituídas de direitos sociais.

O racismo já é uma opressão estruturante, aliado ao machismo, coloca a mulher negra em uma situação de muito mais desvantagem. Não é à toa que a mulher negra é o grupo que mais sofre violação, que está na base da pirâmide social e que mais sofre o peso do capitalismo. Somos a maioria entre as empregadas domésticas, justamente por conta desse nosso ranço escravocrata. Se a mulher branca, por sofrer machismo, já está numa situação de desvantagem em relação ao homem branco, a mulher negra, aliada ao racismo, está numa situação muito pior. A Angela [Davis] fala que não dá para pensar nessas categorias isoladas porque raça informa classe e o racismo cria uma hierarquia de gênero, colocando a mulher negra numa situação muito maior de vulnerabilidade. **Djamilla Ribeiro em entrevista ao site VICE** (OLIVEIRA, 2016).

A não análise de gênero articulada à raça e classe esconde as opressões sofridas pelas mulheres não-brancas colonizadas que são alvos não só da racialização. As mesmas foram expostas a um sistema de poder que sexualizava e controlava – ainda controla – seus corpos, controlava também as

---

<sup>21</sup> Para consulta e melhor análise do termo ver (CRENSHAW, 1989). Disponível em: <<http://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1052&context=uclf>>

autoridades coletivas, o trabalho, a subjetividade/intersubjetividade e a produção do conhecimento (LUGONES, 2008). Ou seja, ser mulher no Brasil não é fácil, ser mulher e negra é ainda mais difícil, e quanto mais diferenças e distante do padrão eurocêntrico a pessoa estiver mais estigmas e opressões ela acumulará. Ser negra, periférica, lésbica ou trans, por exemplo, é ser invisível nos espaços de poder hegemônicos. Como disse Audre Lorde (1983) “não existe hierarquia entre opressões, elas nascem da mesma fonte e estrutura de poder” e todas devem ser combatidas por igual. Deixar de lado a categoria de gênero é fechar as possibilidades para avanços na superação das amarras coloniais, assim como deixar de lado a questão racial. É mais que necessário frisar que a matriz colonial que conforma o continente não irá acabar se os problemas econômicos forem superados, isso é uma enorme falácia e - mais uma vez se usará a palavra - estupidez e em muito beira a desonestidade. Enquanto muitas correntes de pensamento e movimentos sociais insistem que o principal problema a ser enfrentado na América Latina e no Caribe é a desestabilidade econômica e as desigualdades geradas pela mesma a colonialidade se perpetua e alimenta o sistema mundial capitalista precisa das assimetrias e desigualdades criadas aqui para fortalecer a relação de poder e a dominação do países centrais.

Para Maria Lugones a divisão sexual do trabalho também é marcada pela raça, bem como pela posição geográfica dos corpos, as mulheres nos países colonizados sofreram e sofrem mais como o sistema capitalista, pois desde o início foram expostas aos métodos mais pesados de exploração de mão-de-obra. Poderiam ter os piores trabalhos uma vez que não se encaixavam nas categorias sociais pré-estabelecidas - homem branco burguês heterossexual agente nos espaços públicos, mulher branca burguesa heterossexual frágil agente secundária nos espaços privados - restando a quem estivesse fora das mesmas a soma de diferentes opressões. Indo mais além das universalizações percebe-se que as mulheres de cor estão no limbo entre raça, gênero e classe, mas são invisibilizadas e desumanizadas pela lógica colonial de poder (GONZALEZ, 2011; LUGONES, 2008). Voltando a este ponto, podemos fazer alusão a uma entrevista que Lélia Gonzalez concedeu (GARCIA), na qual ela diz: " A mulher negra é objeto dos mais sérios

estereótipos na nossa sociedade, tem seus espaços predeterminados na subalternidade", ou seja não são invisibilizadas no sentido de não aparecerem, essa invisibilização se dá nos espaços de destaque, de importância e valor social. " Desnecessário dizer que, neste tipo de estrutura, onde tudo e todos tem um lugar determinado, não há espaço para a igualdade, principalmente para grupos étnicos diferentes [...]" (GONZALEZ, 2011, p. 15).

Por aí se vê que o barato é domesticar mesmo. E se a gente detém o olhar em determinados aspectos da chamada cultura brasileira a gente saca que em suas manifestações mais ou menos conscientes ela oculta, revelando, as marcas da africanidade que a constituem. (Como é que pode?) Seguindo por aí, a gente também pode apontar pro lugar da mulher negra nesse processo de formação cultural, assim como os diferentes modos de rejeição/integração de seu papel (GONZALEZ, 1984, p. 226).

Foram invisibilizadas, mas não destruídas por completo, uma vez que essas não humanas constituiriam a base que sustentaria e ainda sustenta toda a hierarquização do poder. Com isso as mulheres não brancas colonizadas passam por diferentes tipos de inferiorizações e controles, variando de acordo com a junção de diferentes categorias sociais.

A mulher negra tem sua exotividade [sexualidade] contemplada e celebrada no carnaval, mas no dia-a-dia deve retornar as suas origens a "mucama permitida" (GONZALEZ, 1984, p. 231), esse ponto traz de volta a discussão sobre o mito da democracia racial, que molda a consciência latino-americana, oculta e de modo sutil releva as relações de poder baseadas nos símbolos que deposita toda violência gerada pela hierarquização social nas mulheres não brancas distantes do padrão eurocentrico em todas as suas premissas e não apenas no que tange a aparência física (GONZALEZ, VIGOYA, 2008; HERNÁNDEZ, 2008).

### 3. REDES SOCIAIS E SEUS USOS ENQUANTO MECANISMO DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Estamos así frente a un doble y ambivalente movimiento: la globalización fragmenta y al mismo tiempo articula. Nunca como ahora las formas de conexiones entre redes, movimientos, luchas, espacios, se han potenciado a escala planetaria. Estamos en todas partes, conectadas electrónicamente, construyendo nuevos marcos interpretativos para la acción, que amplían los horizontes de transformación de los feminismos. Pero estas articulaciones no son espontáneas, sino más bien políticas y por lo mismo capaces de ser orientadas y perfiladas políticamente. Y es allí donde hay que incidir. (VARGAS, 2007).

O segundo capítulo traz questões sobre comunicação política e participação política e as redes sociais e seus principais usos como supostos mecanismos de ação/participação política, problematizando se de fato essas tecnologias potencializam o ativismo político.

#### 3.1 PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E COMUNICAÇÃO POLÍTICA

"Ciência do governo das nações" e "Arte de regular as relações de um Estado com outros Estados"<sup>22</sup>, essas são as duas primeiras definições de política no dicionário online Priberam da Língua Portuguesa, sendo mais pontuada como uma arte ao invés de conhecimento (CORTÉS, 2009, p. 12). Em uma definição que busca maior proximidade com a origem grega da palavra, Política é a arte de governar que objetiva atender as necessidades dos cidadãos e proporcionar o bem estar social (CABANELLAS, 1979 in CORTÉS, 2010). De maneira mais simplista e resumida, seria o modo de coordenar a sociedade visando alcançar o interesse de todos os cidadãos<sup>23</sup>. A política empregada pelo Estado enquanto organização social que possui autoridade (CABANELLAS, 1979 in CORTÉS, 2010), ou seja, concentra o poder nessa

<sup>22</sup> "política", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <https://www.priberam.pt/dlpo/pol%C3%ADtica> [consultado em 08-09-2018].

<sup>23</sup> Mas quem são esses cidadãos? As pessoas que usufruíam ou usufruem das ações e resultados políticos? Os beneficiários das políticas públicas, os indivíduos possuidores de direitos civis e políticos, todas as pessoas que vivem em um determinado Estado/Nação são de fato cidadãos, todas acessam a cidadania do mesmo modo? As que não gozam desse privilégio sabem disso?

conformação regula a sociedade por meio das leis, normas, diretrizes, etc. servindo ao interesse público.

Todas a nossas ações são condicionadas/vinculadas/relacionadas pela/a política - desde o início da vida escolar/educação, passando pela saúde, locomoção/transporte público, moradia, alimentação, etc. - vivemos em uma sociedade estruturada e regulada pela política e seus princípios. Por isso é essencial que participemos ativamente da mesma, caso contrário ela será *gestada* por indivíduos que apenas buscarão atender seus interesses e não os interesses coletivos.

Weber (2003) trata a política como atividade autônoma multidirecional e a identifica como Estado. Em sua obra “Ciência e política: duas vocações” destacam-se dois aspectos para o exercício da política – “Viver para a política ou viver da política” que são antagônicos: viver para política objetiva a justiça social da coletividade e viver da política é uma posição avassaladora do poder cujos interesses são exclusivamente financeiros. [...] O homem político é o que exerce a política com um fim específico de poder ou por anseios pessoais (CUNHA, 2014, p. 22).

Quando nascemos nos tornamos ou não cidadãos com direitos e deveres, nossa sociedade já está estruturada em um sistema de correspondência que dá base para o relacionamento social das pessoas entre si e dessas com o Estado, a participação e comunicação política nessa conformação social podem ser utilizadas como meios para garantir a cidadania, os direitos a ela atribuídos e impedir retrocessos. O acesso à informação juntamente com a possibilidade de maior participação tem influência nos arranjos e mudanças políticas<sup>24</sup> nos dias atuais.

Nesse sentido a rapidez com que a informação nos é enviada e de imediato podemos responder, reenviar e interagir com a mesma implica em uma nova organização social na nossa realidade e de acordo com Muniz

---

<sup>24</sup> Mudanças pontuais como, por exemplo, determinado candidato que 'muda' seu programa por pressão de algum segmento social ou projetos de leis também pontuais como o da Lei 11.124/2005: Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - O projeto que originou essa lei foi apresentado à Câmara Federal pelo Movimento Popular por Moradia, com mais de 1 milhão de assinaturas, no ano de 1992. Entre 1997 e 2001, foi aprovada de maneira unânime em todas as comissões da Câmara. Entretanto, ainda esperou até 2005 para ser sancionada. Com essa lei, foi criado um sistema de acesso da população de menor renda à terra urbanizada, procurando trazer uma resposta ao déficit habitacional do país (faltam hoje cerca de 7 milhões de moradias). Para isso, foi instituído um fundo, que pode ser acessado pelos três níveis de governo (federal, estadual e municipal) (POLITIZE!, 2017). Utiliza-se o termo pontual não para desqualificar tais mudanças, mas para frisar que muitas delas tem caráter específico e não alteram as estruturas sociais nem os modos tradicionais e viciados de 'se fazer política pública'.

Sodré (2002) comunicação também quer dizer sociedade, a comunicação relaciona, vincula. É conexão por meio desse turbilhão de informações constantes que circula no mundo dando base para uma quarta esfera existencial<sup>25</sup> e da integração do homem na sociedade, o *bios* midiático, no qual cada vez menos nos movimentamos em solos físicos e cada vez mais em solos informacionais. Vivemos em uma sociedade virtualizada gradativamente nos ligamos a máquinas e interagimos por meio delas e até mesmo com elas por meio da comunicação virtual, da internet que são decisivas e tem poder uma vez que afetam a consciência e os costumes.

Cortés (2009) pontua que comunicação e comunidade tem origem na mesma palavra grega "*(Koinoonía)*", e para alguns autores as comunidades são formadas "como el resultado de la formación primera de un sistema de emisión y recepción de códigos (el lenguaje)". Ou seja a linguagem está na base da sociedade, sendo está indispensável para a construção e desenvolvimento da mesma e isso é interessante devido ao modo como se chega a esse código e o retrato que faz do mundo que envolve dada sociedade, se correlacionando simbolicamente com ambiente em que é inserida quando incorpora significados arbitrários que estruturam o processo comunicacional (CORTÉS, 2009, p. 10).

Una aproximación menos etimológica acerca de la comunicación la presenta James Carey al señalar que es un "proceso simbólico mediante el cual se produce, mantiene, repara y transforma la realidad" (Mc Quail, 2000, p. 158). Esta definición es primordial, para entender que en esa construcción del entorno por medio de códigos, establece, tal como se señaló antes, "crear" significantes con significados determinados, es decir, toda "realidad" conocida debe ser relacionada con un código compartido por todos. [...] La comunicación se concibió en un principio como la búsqueda de todos los medios de persuasión que tenemos a nuestro alcance. Tal fue la definición que, a grandes rasgos, esbozó Aristóteles para referirse a una realidad en las interrelaciones humanas calificada por él como retórica y hoy en día denominada comunicación. En relación a ello, Aristóteles siempre dejó clara, su convicción de que el objetivo principal de la retórica (comunicación) era ciertamente afectar de manera intencional al receptor del misma. Es decir que para él, la naturaleza de lo que en aquel entonces era la retórica, tenía un fin ineludible e indiscutible: la persuasión (CORTÉS, 2009, p. 10-11).

Nesse sentido comunicação política surgiria da "intencionalidad persuasiva de los mensajes concebidos teniendo como meta una finalidad u

---

<sup>25</sup> A primeira esfera é a da "vida contemplativa", a segunda a da "vida política" e terceira a da "vida prazerosa, vida do corpo" (Aristóteles in SODRÉ, 2002, p. 25).

objetivo político o ideológico" (CORTÉS, 2009, p. 13). A política esta intimamente relacionada a busca de poder e as possibilidades de persuadir os cidadãos a agirem de acordo com as leis e as normas ditadas pelo Estado, isso se dá por meio de procedimentos e técnicas comunicacionais. A comunicação é um instrumento importantíssimo nos processos políticos e na política como um todo, o modo como as mensagens são criadas e propagadas pode impor determinados temas a sociedade, sua circulação, aceitação ou negação. Ter o poder para influenciar ou controlar os meios de comunicação é ter poder de controle social (CORTÉS, 2009), ou seja, poder sobre decisões políticas e influência na criação e implementação de políticas públicas que atenderão ou não o interesse coletivo promovendo mudanças sociais positivas ou negativas a depender das intenções dos agentes políticos envolvidos.

Hoje em dia ficamos sabendo em tempo real sobre notícias e fatos que ocorrem em diferentes parte do globo, essas notícias, relatos nos chegam por meio de diferentes canais - os mais tradicionais radio/tv e o mais recente e possibilitador dessa nova dinâmica, a internet. Essa nova realidade proporcionou avanços no campo da comunicação, o mesmo se virtualizou (SODRÉ, 2002; MORAIS, 2010; CUNHA, 2014; BUENO E SILVEIRA, 2016).

Esses avanços interconectados mudaram o cenário da comunicação social, estreitaram mais os espaços interacionais e o intercâmbio político, social, cultural, econômico e a socialização de conhecimentos nas diferentes áreas, no século XX, que foi marcado pela convergência das comunicações midiáticas e das telecomunicações, destacando se os satélites e computadores que trouxeram novas perspectivas para a comunicação em suas múltiplas aplicações, em escala mundial (CUNHA, 2014, p. 65-66).

A comunicação política que se origina e propaga por meio de iniciativas populares e circula através das redes sociais, é capaz de influenciar e controlar o que é divulgado pela mídia, oferecendo outros modos de educação do sujeito. Indo além da comunicação política tradicional empregadas e manipuladas no sistema partidário (CUNHA, 2014).

La comunicación adquiere naturaleza política en razón de su contenido, en cuanto este incorpora una intencionalidad y una serie de usos vinculados con: a) Obtención y ejercicio de poder público. b) Establecimiento de reglas de juego político. c) Atribución de recursos estatales y espacios de participación. **d) Realización cotidiana del interés público como hecho fundante de la comunidad políticamente organizada** (Gutiérrez, 2000 in CORTÉS, 2009, p. 13, grifo meu).



Comunicação é um campo múltiplo e complicado. As novas tecnologias de comunicação e informação são poderosas ferramentas que podem - também - ser usadas como ampliadoras da prática política. As pessoas têm maior acesso à informação, porém é necessário ter cuidado com a formação e educação política tendo em vista a manipulação hegemônica por meio das mídias, por isso para alguns autores a internet e suas ferramentas se configuram apenas como uma extensão das mídias tradicionais e seu poder de influência e controle das massas. Acredita-se aqui que sim ela pode ser usada como outro meio de controle social, entretanto como já destacado também pode ser usada - e é - como instrumento de participação política principalmente por pessoas marginalizadas e não ouvidas nos espaços tradicionais que tenham acesso à rede. A força da comunicação política que se origina e é fomentada nas redes sociais abre possibilidades para a "educação política do sujeito" podendo proporcionar assim um "melhor entendimento da participação democrática do cidadão na política, na realidade sociocultural dos sujeitos como atores" (CUNHA, 2014, p.16).

Buscando nas leituras sobre o debate de participação política fica evidente que o mesmo é antigo e muito extenso. De maneira simplificada e muito resumida podemos entender que a literatura<sup>26</sup> sobre o tema considerava ações relacionadas ao processo eleitoral como característica própria e única da participação política que tinha como objetivo influenciar a escolha e ação dos governantes, entretanto para os movimentos sociais isso ia além e era mais complexo.

Participação política poderia ser entendida como "um comportamento que influencia ou tenta influenciar a distribuição dos bens públicos" (BOOT E SELIGSON 1976 in BORBA, 2012), ou ainda "a ação de cidadãos comuns com o objetivo de influenciar alguns resultados políticos" (BRADY, 1999 in BORBA, 2012). Porém diante das mudanças ocorridas nas relações sociais deve-se ir além, a influência não deve ser entendida como

---

<sup>26</sup> De acordo com Borba (2012, p. 265): Milbrath (1965), Van Deth (2001), Huntington e Nelson (1976), Pasquino (2010), Teorell, Torcall & Montero (2007), Verba & Nie (1972), Boot e Seligson (1976) e Brady (1999). O autor pontua ainda que as definições desses autores acerca da participação política "estão situadas no âmbito da institucionalidade do modelo democrático representativo e, portanto, são congruentes com determinadas concepções da teoria democrática (em especial, aqui, a versão do elitismo competitivo)."

propósito da participação política, diferentes movimentos sociais pontuam e são o exemplo disso:

[...] a literatura de movimentos sociais tem exemplos variados para mostrar que, desde os anos 1960, assiste-se a uma ampliação significativa naquilo que poderíamos chamar de repertórios políticos, para além da simples tentativa de influenciar as decisões governamentais; além do mais, como mesmo chegam a reconhecer Verba e colaboradores, nem toda ação política está direcionada ao governo, podendo ser destinada a destinada a “alocações de valores para uma /sociedade” (VERBA & NIE, 1972, p. 2 in BORBA, 2012).

Entretanto essas tentativas de conceituar a participação por vezes tendia a generalizações ou limitações que com seus "indicadores empíricos" trabalhavam para chegar a uma verificação prática da participação política (BORBA, 2012; LAZZARI, 2016). Então desde autores que assinalavam a participação respondia estritamente as questões relacionadas ao processo eleitoral, passando por autores que chegavam em consenso a respeito de modalidades não convencionais <sup>27</sup> de participação política e não necessariamente ligadas ao governo e suas ações, debates sobre o caráter unidimensional ou multidimensional, se é um processo "*continuum*" ou de múltiplos níveis, entre outros que eram mais ou menos abrangentes em sua classificações, chegamos até a tipologia do *Political Action*<sup>28</sup> que já está ultrapassada, mas foi de grande valia e em muito contribui para os estudos que vieram depois (BORBA, 2012; LAZZARI, 2016), uma vez que abriu caminho para trabalhos como o de:

[...] Verba, Schlozman e Brady (1995)<sup>33</sup>. Tal trabalho incorpora a participação não convencional como modalidade de participação, mas também inclui modalidades não endereçadas ao “governo”. Exemplo são as formas “sociais” de participação, como o “voluntariado”. [...] A linha enfraquecida entre as esferas políticas e não políticas da sociedade moderna e o ressurgimento das abordagens tocquevilianas e comunitárias levaram a uma expansão da participação política, com atividades ‘civis’ como o voluntariado e o engajamento social. (VAN DETH, 2001, p. 6 in BORBA, 2012, p. 271).

---

<sup>27</sup> [...] atividades não convencionais, teríamos as relacionadas aos atos de protesto, as quais, numa escala de complexidade (e custos), são: assinar um abaixo-assinado, participar de manifestações legais, participar de boicotes, recusar-se a pagar aluguel ou impostos, ocupar edifícios ou fábricas, bloquear o tráfego com demonstrações de rua, participar de greves (BORBA, 2012, p. 271).

<sup>28</sup> Estudo sobre tipologia de participação política. O projeto *Political Acton* teve início em 1971, reunindo cientistas sociais em torno de um estudo que abrangeu a realidade de cinco países (Áustria, Inglaterra, Holanda, Estados Unidos e Alemanha Ocidental).

No decorrer os anos outros estudos foram se desenvolvendo e chegando a outras modalidades de participação como "ação direta" ou "participação associativa" ou "automobilização", bem como a outras metodologias e tipologias (BORBA, 2012; LAZZARI, 2016). Para esse trabalho uma das tipologias mais interessante é a desenvolvida por Teorell, Torcal e Montero (2007) que partem da análise de diferentes "modalidades de participação e ação políticas, divididas em atividades relacionadas ao voto, partidos, atividades de protesto e também o uso político da Internet" (BORBA, 2012, p. 276).

Sua proposta de tipologia toma como ponto de partida o diagnóstico de que os ativistas optam por determinadas modalidades de participação, de modo que "(...) atividades de cluster específicas formam uma dimensão distinta de participação política" (2007, p. 340). Para realizar a classificação, procedem de modo a organizar as modalidades de participação a partir de duas dimensões: o canal de expressão e o mecanismo de influência. O canal de expressão pode ser utilizado através do uso dos canais de representação (voto e a atividade partidária) ou extrarrepresentação (protesto e a "*consumer participator*"<sup>29</sup>). Uma modalidade mista de expressão seria o "contato político". Já o mecanismo de influência poderia se dar através de estratégias de "saída" (voto, a "*consumer participator*") e ou "voz"(atividade partidária, protesto e contato) (BORBA, 2012, p. 276).

Evidente que esse conceito ou tipologia de participação política tem suas limitações e não deve ser tomado como verdade única no que diz respeito a esse assunto vasto e inesgotável, o mesmo será considerado como possibilidade para uma boa análise e desenvolvimento deste trabalho, ressaltando que seu uso não será exclusivo ou específico.

### 3.2 REDES SOCIAIS COMO MECANISMO DE PARTICIPAÇÃO E COMUNICAÇÃO POLÍTICA

Para (Castells, 1999b, p. 427) "a sociedade em rede, como qualquer outra estrutura social, não deixa de ter contradições, conflitos sociais e desafios de formas alternativas de organização social". A "sociedade interativa" ou "sociedade em rede", assim caracterizada

---

<sup>29</sup> A incorporação do "*consumer participator*" como uma modalidade de participação política está relacionada às atividades de boicote ao consumo de determinados produtos, por razões de ordem ecológica ou social. Verificam-se também campanhas de estímulo a determinados hábitos alimentares e ao consumo de determinados tipos de produtos (p. ex. os alimentos orgânicos) (BORBA, 2012, p. 277).

por Castells (1999a), mostra a realidade social que pode delimitar fenômenos sociais, relacionados à área da ciência política, no sentido da aplicação social das mídias de comunicação e a veiculação da informação, para situar os impactos sociais, culturais, econômicos e avaliar o significado político, que permeia a análise do tipo e grau de organização, assim como as demandas, articulações, trajetórias históricas e experiências vivenciadas pelos cidadãos, na construção política da sociedade (CUNHA, 2014, p. 67).

As inovações tecnológicas no campo da comunicação e informação são muito importantes em escala mundial, todas as ferramentas e meios comunicacionais e/ou informacionais, dando destaque para internet e suas inúmeras possibilidades, mudaram e continuam mudando - literalmente e a todo momento - a sociedade global<sup>30</sup>. Como já destacado a todo momento e "em tempo real, a comunicação e a informação chegam independentemente das fronteiras geográficas, de norte a sul, de leste a oeste, com abrangência mundial"(CUNHA, 2014, p. 65). Os inúmeros e constantes avanços tecnológicos possibilitam "uma rede de acesso múltiplos" que resultam na integração cada vez maior do "mundo em redes globais de instrumentalidades", a comunicação feita por e nos computadores cria "comunidades virtuais" (CASTELLS, 1999a in CUNHA, 2014, p 68) (ANEXO B e C).

O surgimento da internet proporcionou diferentes mudanças no mundo atual e em seu início contou com entusiastas e céticos, de um lado os que acreditavam no seu potencial impulsionador para democracia - considerações, análises, resoluções e decisões públicas ocorreriam de forma mais simplificada, uma vez que dispensariam a interação física - sendo facilitada no espaço digital por meio da interação discursiva que transformou os modos comunicacionais. De outro lado estavam os céticos e desconfiados com os suposto potencial democratizante da rede mundial de computadores (MORAIS, 2010, p. 24), nessa as desigualdades do mundo não virtual seriam reproduzidas e intensificadas já que nem todos teriam acesso e o mesmo não se daria igualmente para todos, haveria controle sobre determinados conteúdos, etc. que passariam até mesmo um sensação de liberdade, mas

---

<sup>30</sup> Aqui se faz alusão a essa grande comunidade formada e conectada 24h por dia através da rede mundial de computadores, a internet. É muito importante pontuar aqui que assim como nas sociedades reais e Estado Nacionais, por exemplo, essa sociedade também é hierárquica, restritiva e heterogênea, desse modo conseqüentemente e propositalmente produz desigualdades (SODRÉ, 2002; MORAIS, 2010; CUNHA, 2014).

essa seria simulada (COMASSETO, 2003; WOLTON, 2007 in MORAIS, 2010, p. 24).

Os diferentes usos das tecnologias possibilitam outros modos de comunicação e também proporcionam um outro espaço de disputa política. Na internet, por exemplo, os movimentos sociais possuem maior capacidade de contestação e concorrência de e por poder. E como a política tem em sua essência a busca por poder "todo o processo de (trans)formação social é permeado pela dinâmica das relações de poder" (BRONSZTEIN E COSTA, 2016, p. 179-181). Essas relações estão sempre envoltas por conflitos resultantes dos diferentes interesses dos cidadãos que compõem determinada sociedade (SODRÉ, 2002; MORAIS, 2010; CUNHA, 2014; BRONSZTEIN E COSTA, 2016).

Toda essa discussão está situada no campo da comunicação e participação política que são estruturados por disputas de poder. Para Boudieu (2010 in CUNHA, 2014, p. 67) comunicação é um "campo social", no qual são desenvolvidas diferentes relações com diferentes dimensões como, por exemplo, a busca "por poder e violência simbólica". Esse processo de disputa é intrínseco e pertencente ao desenvolvimento do sistema de comunicação social. Nesse meio as mídias sociais se somam as diferentes possibilidades de manifestação r

esultando em uma concorrência entre as mídias tradicionais - e seus controladores - e os novos atores por maior capacidade de alcance e 'audiência' (BRONSZTEIN E COSTA, 2016, p. 181). O processo de comunicação política via redes sociais bate de frente e se posiciona contra a forma como a comunicação política tradicional é produzida.

Se a comunicação é envolvida por disputas de poder que conseqüentemente geram relações de enfrentamento na busca do mesmo também gera contrapoder que seria a habilidade social para enfrentar e reagir as relações desiguais de poder que estruturam a sociedade, isso faz parte da organização social e quando existe "poder (dominação)" inevitavelmente existe "contrapoder (resistência a dominação)" e essa relação de conflito se dá em todos os segmentos da sociedade (CASTELLS, 2007 in BRONSZTEIN E

COSTA, 2016, p. 182). Nesse sentido fica evidente a necessidade da veiculação das ações públicas nas mídias seja para prestação de contas, seja para consultas, informações e acompanhamentos, etc. justamente por ser um ambiente de poder e contrapoder, o processo informacional e comunicacional é dinâmico e como já vimos estruturado por relações conflitivas. O acesso mais popular a esses meios viabiliza a propagação e a publicização da informação em muito contribui para democracia e participação política popular (MORAIS, 2010; CUNHA, 2014; BRONSTEIN E COSTA, 2016).

O potencial democrático e participativo da internet tem limites, pois do mesmo modo que viabiliza a descentralização pode resultar em centralização de poder e outro ponto importante a ser destacado é que democracia vai além da comunicação eficiente e instituições acessíveis, precisa também dos cidadãos - que possuem um papel crucial - com "a motivação correta, o interesse e a disponibilidade [...] para engajar-se em debates" (MAIA, 2008 in MORAIS, 2010, p. 25-26) e assim desenvolver participação política de maneira mais plena possível e efetiva.

As redes sociais são geradas e fomentadas por diferentes preferências, negócios e ambições, como apontado anteriormente, essa dinâmica faz parte das interações sociais. As ações, buscas e reivindicações por notícias, esclarecimentos, conhecimentos, dados e participação política encontram nas redes sociais um caminho que deve ser utilizado com cautela e em certos pontos com desconfiança, mas sem sombra de dúvidas é potente e até mesmo atrevido dependendo de seus usos (CUNHA, 2014; BRONSTEIN E COSTA, 2016; BUENO E SILVEIRA, 2016).

Os conteúdos apresentados na internet sob diversas formas de expressão e linguagem vão desde a exposição pessoal, coletiva, à divulgação comercial, cultural, artística, educacional, política e à informação em diferentes áreas de conhecimento e interesse dos indivíduos. [...] As influências do avanço de mídias de redes sociais provocam transformações na sociedade, decorrentes da comunicação e da informação, gerando alterações nos padrões das relações sociopolíticas (CUNHA, 2014, p. 13-14).

As infinitas maneiras de se comunicar ligadas as constantes inovações tecnológicas quando relacionadas a mídia tradicional resultam em reestruturações de trocas de informação abrindo possibilidades para que

grupos ou até mesmo indivíduos produzam, reproduzam e disseminem conteúdos dos mais variados possíveis (BRONSZTEIN E COSTA, 2016, p. 182). As mídias digitais tem sim poder e capacidade de influência, porém não possuem - ainda - o mesmo poder da mídia tradicional e nem o seu alcance (ANEXO B e C). Se configuram sim como ferramentas, mas com capacidade reduzida (é mais fácil e prática) só que com limitações quanto sua real eficácia em promover mudanças sociais (CUNHA, 2014; BRONSZTEIN E COSTA, 2016). Entretanto servem como aporte para interações discursivas, pois possuem um alto potencial interativo. Possibilitando o "aumento de informação política e conhecimento público das matérias e questões políticas, talvez jamais a cidadania tenha estado tão bem fornida de insumos" (GOMES, 2008 in MORAIS, 2010, p. 26).

As redes sociais em sua pluralidade conferem certa autonomia para os movimentos sociais e até mesmo indivíduos participarem de modo mais ativo na sociedade utilizando as mesmas como instrumentos. Os movimentos sociais utilizam as tecnologias como outras ferramentas - não únicas e determinantes - em suas lutas e reivindicações, expandiu-se os espaços de confronto e atuação (CASTELLS, 2007 in BRONSZTEIN E COSTA, 2016). Esses movimentos, as mobilizações populares não são homogêneas e harmônicas e vão além da divergência e contestação, estão relacionados com a "(re)afirmação de identidades, o fortalecimento de instituições e a proposição de modelos alternativos de sociedade, que se tornam a razão de ser de muitos desses fenômenos de transformação social [...]" (BRONSZTEIN E COSTA, 2016, p. 184-185), a comunicação política midiaticizada é uma estratégia para alcançar alianças que possuam e gerem princípios coletivos dando mais força as atividades desses grupos (CUNHA, 2014).

Em nossa sociedade, o espaço público dos movimentos sociais é construído como um espaço híbrido entre as redes sociais da internet e o espaço urbano ocupado: conectando o ciberespaço com o espaço urbano numa interação implacável e constituindo, tecnológica e culturalmente, comunidades instantâneas de prática transformadora (CASTELLS, 2013 in OLIVEIRA 2017, p. 820-821).

Percebemos um aumento nos e dos movimentos sociais, protestos e manifestações de diferentes ideologias, muitas delas contra os

efeitos do capitalismo, aumento das desigualdades e injustiças sociais via utilização das mídias alternativas com a disseminação de conteúdos e ideias que enfrentam o atual estado das coisas (BRONSTEIN E COSTA, 2016, p. 184). Utilizam as redes sociais como instrumento de resistência, expressão e participação políticas, mostram sua capacidade quando são pautados - na maioria das vezes de maneira estereotipada e preconceituosa - na mídia tradicional.

[...] há anos debatem e lutam pela inserção de negros, mulheres e indígenas dentro dos meios de comunicação. Apesar disso, a imprensa ainda apresenta estereótipos. Assim, as mulheres negras e indígenas são as que mais sofrem com a discriminação na mídia nacional. [...]“A ausência de negras nas redações pode ser considerada como um retrato do preconceito e discriminação existente no Brasil, além da presença de estereótipos na televisão nacional” (SILVA, 2015 in SILVA, 2017, p. 33-34).

Aqui revelam-se as relações de poder na esfera comunicacional, com as novas mídias se pode negar a marginalização das mídias hegemônicas . Mas essas ainda possuem poder e controle sobre o que circula, como circula e com qual finalidade, o que não vai de encontro com seus interesses e sua capacidade é rotulado como "fora dos padrões". Já se tornaram prática - e necessidade - as mudanças nos modos de operacionalização das mídias tradicionais para conseguir alcançar e manter a audiência de pessoas que cada vez mais migram para o meio digital alternativo (JENKINS, 2009 in BRONSTEIN E COSTA).

A mídia tradicional sempre trabalhou para atender os interesses do Estado e/ou setores privados, as bases da comunicação de inúmeras sociedades se formaram assim - a população era caracterizada como números de audiência - por meio de conteúdos tendenciosos e parciais. A marginalização de certos grupos pelas mídias tradicionais não passa mais despercebida e resulta na perda de confiança e acaba por incitar o desejo e a necessidade de participação na construção/produção de informação, nessa disputa por poder se utiliza todos os meios possíveis de comunicação - novos ou antigos, com avanços tecnológicos ou não, etc. - para participar, se fazer presente e bem representado (CUNHA, 2014; BRONSTEIN E COSTA, 2016).



A informação circulada na comunicação política com seus significados e sentidos é fundamental para construção de cidadania. As transformações sociais resultam de mudanças políticas e para que ocorram mudanças na estrutura da sociedade se faz mais que necessário pressionar o Estado, os novos meios de participar mais ativamente da política contribuíram para capacidade social de exercer poder na esfera pública (HABERMAS, 2003 in CUNHA, 2014) que também tem reflexos na esfera privada.

Avanços tecnológicos, desenvolvimentos de inteligências individuais e coletivas, a maior e mais dinâmica disseminação de informações mudaram a política informacional<sup>31</sup>. A relevância política da internet no que tange a comunicação - velocidade e maior viabilidade de propagação - ocasionou o aumento no acesso à informação - que suscita possibilidades de igualdade social, entretanto é necessário ressaltar que ao mesmo tempo que pode ser utilizada como instrumento de resistência as mídias podem ser manipuladas - e são - e centralizadoras de poder. (SODRÉ, 2002; CUNHA, 2014; BRONSZTEIN E COSTA, 2016). As novas possibilidades de interação social resultantes desses processos e tecnologias informacionais existem e possuem capacidades transformadoras no que diz respeito a "comunicação política" e a "realidade sociopolítica", mas ocorrem em espaços privados e a entrada nos mesmos são condicionadas por quem os gerencia (CUNHA, 2014).

Redes sociais como bens simbólicos são formadas através do seu alto poder de propagar informação e por sua pluralidade de funções e utilizações, inclusive como ferramenta de participação política, uma vez que as mídias são usadas - de todas as formas possíveis - para obtenção de poder. A comunicação para o mesmo é mais que necessária, pois se forma por meio de símbolos e sentidos que lhe confirmam legitimidade (SODRÉ, 2002; CUNHA, 2014; BRONSZTEIN E COSTA, 2016). Inclui-se as tecnologias e todos seus avanços nas disputas por poder que recai sobre as relações na sociedade resultando em uma "política informacional" (CASTELLS, 1999b in CUNHA, 2014, p. 78).

---

<sup>31</sup> Utilização das diferentes tecnologias da informação - e cruzamento das mesmas - nas relações e disputas por poder no cenário político (CASTELLS, 1999b in CUNHA, 2014).

A "política informacional" contribui como instrumento de mobilização para grupos locais e globais e vinculado a partidos políticos, mas muitas vezes com seus apoios informacionais, tais como causas humanitárias. Os políticos encomendam a construção de "sites" para divulgarem seus conteúdos políticos. No entanto, qualquer cidadão pode dar funcionalidade a uma rede social eletrônica, não precisa ter conhecimento técnico de informática, bastam noções básicas, saber interagir com o computador e ter acesso à internet. [...] Ressalta ainda que a maioria dos cidadãos, a massa, pode ser excluída por dificuldade de acesso à educação informal, quanto aos conhecimentos da informática e aos meios interativos de informação eletrônica, ratificando o distanciamento de uma participação política, ameaçando o exercício da cidadania; e o monitoramento e controle que os meios de comunicação exercem sobre seus conteúdos, principalmente a televisão (CUNHA, 2014, p. 81).

A comunicação política abre espaço para uma relação - não harmoniosa e igualitária - mais estreita entre o poder político e os cidadãos, como já pontuado a relação Estado e mídia sempre foram envolvidas por disputas de poder e com o crescimento e evolução dos meios de comunicação empresas privadas lançaram mão no capital que dispunham para 'poder' controlar tais meios e colocá-los a seus interesses, seus operadores conseguiram "poder simbólico" suficiente para incluir sua pautas e controlar o Estado (CASTELLS, 1999B in CUNHA, 2014).

As mudanças que iam ocorrendo nos cenários político, econômico e social incidiram na mídia e sua relação com a política e com processos eleitorais - o monopólio da TV Globo que levou a eleição de Fernando Collor a opção 'direita' para o país - o progresso e evolução tecnológicas da TV levaram a Globo a atingir uma grande parte da sociedade brasileira, por exemplo, e seu "poder simbólico" de produzir consensos se fortaleceu (CUNHA, 2014; SODRÉ, 2002).

A internet enquanto rede mundial de computadores conforma "estruturas abertas capazes de expandir de forma ilimitada", possibilitando a interação social, "ou seja, desde que compartilhem os mesmos códigos de comunicação", essa rede reorganiza relações de poder por causa do seu alto dinamismo, tem muita influência sobre a economia, por exemplo, uma vez que promove a rápida circulação do capital financeiro (CASTELLS, 1999a in CUNHA, 2014, p. 84).

A internet se le ve como um veículo de formación individual, estímulo de la participación cívica, instrumento de medición de la opinión

pública, canal de facilitación del acceso de los ciudadanos a los funcionarios de la Administración, plataforma de foros públicos, mecanismos de simplificación del procedimiento de inscripción de los votantes, e incluso factor de estímulo del propio voto (DAVIS, 2000 in MORAIS, 2010, p 28).

Comunicação somada as tecnologias da informação tem capacidade de alcance global, a TV ainda é mais popularizada e o acesso à internet não é universalizado, entretanto essa já tem capacidade de influenciar aquela, bem como possui maior capacidade mobilizadora nesse "novo sistema de comunicação" (CUNHA, 2014, p. 88).

Para Levy (1993), as formas de comunicação, como palavras, som, imagem, criam "redes" mentais nos receptores, que vão se agregando e dando sentidos inter-relacionados, identificados como hipertexto. O hipertexto são conexões informativas que se agregam e sofrem constantes modificações a partir de novas interpretações (LEVY, 1993 in CUNHA, 2014, p. 84).

A identidade do sujeito se forma no convívio social e suas interações são instigadas por diálogos e argumentações permeados pela comunicação (HABERMAS, 2003 in CUNHA, 2014). As identidades sociais são frutos das relações de poder, por isso não são naturais muito menos estáticas, sendo assim Castells (1999b in CUNHA, 2014) pontua três construções identitárias: a legitimadora, constituídas através de instituições dominantes que por meio de sua capacidade financeira e de influência lançam mão na autoridade para legitimar seu controle dessa conformação social, a sociedade civil; a identidade de resistência, construída através dos sujeitos controlados na sociedade civil que tomando ciência da subjugação se opõem ao sistema formando grupos de resistência; e a identidade de projeto que se dá a partir dos bens culturais disponíveis, visando uma mudança estrutural na sociedade.

Através das redes sociais percebo que as mulheres negras podem resistir "e destronar o domínio cultural e a liderança (= hegemonia) de suas classes dominantes com uma visão alternativa coerente e convincente a respeito de como a sociedade poderia organizar-se" (DOWNING, 2004, in BRONSZTEIN E COSTA, 2016, p. 183). Não significa dizer que essas mulheres tem poder para mudar toda a realidade social e que as mídias utilizadas são o pote de ouro no fim do arco íris - são possibilidades que estão condicionadas a uma enorme variedade de fatores - isso vai muito de encontro do que Lélia Gonzalez dizia sobre a construção de modelos alternativos de

sociedade<sup>32</sup>, são processos e batalhas diárias, construções coletivas conforme nossa realidade e recursos que possuímos.

A "autoeducação assistemática" se desenvolve por meio das "experiências motivacionais da vida que capacita o sujeito para participar, intervir" (CUNHA, 2014, p. 96) no seu meio social, "a construção simbólica da realidade social pode ser feita através" de uma pluralidade de conhecimentos que viabilizam a cidadania (BOURDIEU, 2010 in CUNHA, 2014, p. 96). Nesse processo as mídias sociais são apropriadas como ferramentas que geram capacidade de comunicação e participação política (CUNHA, 2014; BRONSZTEIN E COSTA, 2016). Adequar as mídias e seus usos aos interesses de determinado coletivo é um modo de habilitar, capacitar e instruir para lutas, embates e superação dos problemas que as oprime e subjuga.

"A comunicação política como revolução simbólica nas redes sociais interativas pode ser construída com a participação política crítica, universos autônomos para criação, recriação de informação" (CUNHA, 2014, p. 86), uma vez que: "Comunicação é uma fonte fundamental tanto de poder e dominação como também de contrapoder e mudança social" (BRONSZTEIN E COSTA, 2016, p. 182).

---

<sup>32</sup> Esses pensamentos também vão de encontro com os do *Buen Vivir* que se constitui enquanto modelo alternativo ao desenvolvimento capitalista, este: "possui elementos axiológicos suficientes para repensar o modo individualista e direcionado ao mercado que é, em certa medida, ênfase geral do desenvolvimento hegemônico. Em conformidade com Cunnigham (2010) pontuamos que o *Buen Vivir* é um conceito alternativo ao desenvolvimento que incorpora a cosmovisão indígena e pode ser nomeado de distintas maneiras em diversos textos e autores, tais como: *Suma Qamanã* (Aymara), *Sumak Ñandereco* (Guarani), *Sumak Kawsay* (Quechua), *Vivir Bien* (Bolívia). Apesar dos distintos nomes e significações, todos convergem (respeitando a diversidade e complexidade de cada região) no sentido de uma alternativa face ao desenvolvimento capitalista" (CONSTANTE, 2018, p. 69). "**Buen Vivir – Vivir Bien** viene de las palabras indígenas Sumak Kawsay (en quechua) – Suma Qamaña (en aymara), que significan vida en plenitud, en armonía y equilibrio con la naturaleza y en comunidad, por lo que también se le llama el Buen Convivir. El pensamiento ancestral del Buen Vivir, es un viejo-nuevo paradigma, que propone una vida en equilibrio, con relaciones armoniosas entre las personas, la comunidad, la sociedad y la madre tierra a la que pertenecemos. En tiempos de múltiples crisis globales, el Buen Vivir viene del pensamiento de los pueblos andinos y amazónicos, como propuesta alternativa al sistema actual basado en la explotación de la naturaleza y de los seres humanos. La situación de crisis económica y la paulatina pérdida de derechos de las personas y comunidades, pone en evidencia la urgente necesidad de cambiar el modelo vigente" (SALAZAR, 2017).

E as redes sociais são utilizadas como estratégia política, como um meio de "representação social" (ALMEIDA, 2016) de mulheres negras enquanto grupo coletivo plural e diverso, nessas redes com seu potencial e dinamismo interativo se produz e preserva conhecimentos que foram e são gerados por meio das vivências, ações, experiências, percepções, sentimentos, etc. dessas mulheres, suas ancestrais e ancestralidade, formando assim suas realidades de maneira coletiva e compartilhável. Esse conhecimento que é produzido coletiva e socialmente - origina-se no cotidiano e nas interações sociais - é desconsiderado, inferiorizado e categorizado como senso comum (ALMEIDA, 2016).

Essas mulheres produzem saberes comunitários imersos e instigados por diferentes ideias, relações e espaços e são elaborados de forma constante e dinâmica. Esses saberes nos servem para entender a realidade e nos auxiliam em todo o processo educacional (ALMEIDA, 2016) formal ou informal e isso é muito importante no que tange a comunicação - e também participação - política social, uma vez que determinam elementos e significados que viabilizam o compartilhamento de conhecimento, os mesmos tem alta capacidade de influenciar nossos pensamentos e ações de modo instrutivo ou preventivo (ALMEIDA, 2016). Ou seja a movimentação e os infinitos conteúdos que as mulheres negras produzem podem informar e formar politicamente sobre a realidade social, os diferentes tipos de conhecimentos que produzem, a forma como se comunicam - via redes sociais, mas não só pelas mesmas - são desenvolvidas através de suas inúmeras necessidades. A interação social é um campo rico e importante para o aprendizado (ALMEIDA, 2016) e, como já destacado, o aumento das possibilidades no que se refere a comunicação e os infinitos avanços tecnológicos levam as interações sociais via mídias sociais a outro patamar, no qual as trocas e aprendizagem ganham fôlego e força (MORAIS, 2010; CUNHA, 2014; BRONSZTEIN E COSTA, 2016).

As mulheres negras vêm atuando no sentido de não apenas mudar a lógica de representação dos meios de comunicação de massa, como também de capacitar suas lideranças para o trato com as novas tecnologias de informação, pois a falta de poder dos grupos historicamente marginalizados para controlar e construir sua própria representação possibilita a crescente veiculação de estereótipos e distorções pelas mídias, eletrônicas ou impressas. (CARNEIRO, 2003, p.10).

## 4 RESISTINDO E SE POSICIONANDO POLITICAMENTE NAS REDES SOCIAIS

[...] o ciberativismo é uma tática individual on-line para dar visibilidade a questão coletivas. [...] negras mulheres vêm atuando taticamente no online, para se redefinir no campo social enquanto identidade de resistência e de projeto, e, além disso, podemos notar que há uma atuação muito forte fora do ambiente on-line -uma convocação coletiva partindo do ambiente on-line para o off-line, e vice-versa [...] é importante notar que algumas destas negras mulheres estão, portanto, fazendo mais que ciberativismo, estão agindo sob a tecnopolítica que é, resumidamente, a ação estratégica coletiva organizada que parte das redes para as ruas [...] (SEIXAS, 2018, p. 31-32).

Neste capítulo busca-se evidenciar como as afro-latino-americanas estão utilizando as redes sociais enquanto ferramentas para o desenvolvimento de suas práticas políticas, bem como em suas vivências coletivas e individuais e qual o real alcance, limites e questões vivenciadas pelas ativistas negras.

Lembremos de todo o sofrimento advindo da racialização e sexualização dos corpos de mulheres negras, assim como todos os negros arrancados do continente africano e trazidos para o Brasil e de como nunca se contentaram com a naturalização da subjugação e dominação resultantes do colonialismo, isso pode ser comprovado com uma rápida pesquisa sobre Zumbi dos Palmares (1630-1695), Revolta dos Malés (1835), a Cabanada (1832-1835) ou ainda pesquisar por Tereza de Benguela, Dandara dos Palmares, Maria Filipa, Mãe Meninha do Gantois, Lélia Gonzales, dentre outras, mulheres que se rebelaram contra o sistema que estava sendo imposto. As mesmas por meio da auto-afirmação, das resistências no dia-a-dia e das lutas mudaram suas trajetórias e histórias abrindo cada vez mais o caminho para que outras mulheres tivessem as mesmas oportunidades e assim trabalhar por uma revolução social de fato. Nos dias atuais, utilizando a força de suas ancestralidades, as afrolatinas e as não brancas ressignificam suas histórias como sujeitos políticos ativos na transformação social por meio da produção de conhecimento e desconstrução de estereótipos.

O racismo sofrido por mulheres negras cria mecanismos de paralisação que por meio do auto-ódio - e talvez uma auto-repressão – consiste em um dos impedimentos para que as mesmas possam ultrapassar as barreiras sociais impostas pelo sistema colonial que permanecem até hoje. Entretanto, algumas mulheres, e esse número vêm aumentando atualmente – graças, mas não só, a criação de espaços alternativos na internet – conseguem romper tais barreiras através da auto-afirmação e a partir de sua negritude assumem um compromisso com elas mesmas e começam a remover o auto-ódio chegando ao amor próprio e o desejo de lutar e acabar com os obstáculos que lhes foram impostos.

Outro elemento de peso é o fato das mulheres negras possuírem uma construção de feminino diferente das mulheres brancas, já chegaram ao Brasil na condição de escravizadas, no pós-abolição seguiram exercendo profissões relacionadas aos cuidados domésticos e chefiando suas famílias como ainda acontece nos dias atuais. Tiveram que ser fortes vivendo sobre o estigma de que aguentam tudo o tempo todo, principalmente frente ao Estado negligente e falho que gera e reproduz opressões. As mulheres negras foram construídas para estar em um lugar de submissão e subalternidade e a partir do momento que tomam consciência das opressões que sofrem buscam lutar contra as mesmas, mas isso incomoda e muito, uma vez que num sistema posto e com lugares marcados como podem ousar sair do seu lugar de subserviência e querer falar de igual para igual?

#### 4.1 POTÊNCIA DAS MULHERES NEGRAS EM REDES

[...] as nuances tecnológicas da militância possuem um potencial formativo relevante, que auxilia no fortalecimento da consciência negra de muita gente, especialmente de jovens que a partir dessas informações podem dar um salto no seu empoderamento político. Para nós, isso é muito. É muito mais efetivo impulsionar ativismos negros nas redes sociais, do que esvaziar as potencialidades da negritude através de discursos de deslegitimação. Escrevam, produzam, compartilhem informação, enegreçam os espaços, todos eles, inclusive o digital. **Viralizem negritude!** (BUENO E SILVEIRA, 2016, grifo das autoras).

Sendo apagadas, silenciadas e desconsideradas nos espaços hegemônicos as mulheres negras enfrentem diferentes obstáculos para falar, estudar, trabalhar, viver, existir. Com o desenvolvimento das tecnologias da informação novos espaços de debates e diálogos políticos se desenvolveram, as novas mídias comunicacionais, as redes sociais possibilitaram interações e trocas entre diferentes mulheres, de diferentes lugares que acabam se conectando por vivências e experiências comuns.

As mídias e espaços alternativos criados por mulheres negras as colocam em destaque e trabalham por criar uma rede de ajuda e suporte para elas, bem como para outros grupos de pessoas marginalizadas. Discutem sobre a negritude e a apropriação do conceito de raça para ressignificar as pessoas negras fora do continente africano e sua resistência em uma terra que não é considerada sua. Dialogam sobre ancestralidade, cultura, símbolos, religiões, estética, representatividade/proporcionalidade, economia, saúde, moradia, entre outros temas importantes à sociedade como um todo.

A partilha dessas vivências e informações aumenta potencialmente a capilaridade das articulações da negritude tanto no território brasileiro quanto internacionalmente, exemplo disso são as ações para a libertação de Rafael Braga<sup>33</sup>, que atingiu contornos internacionais através da convocação de coletivos, movimentos sociais e organizações populares fora do Brasil. O alinhamento das ações no campo do ativismo digital com as ações de rua potencializam as agendas de lutas do movimento negro internacionalmente. (BUENO E SILVEIRA, 2016).

Essas mídias contam com verdadeiras aulas, com linguagens e metodologias mais simples<sup>34</sup> e de fácil entendimento, ainda que estejam tratando de temas complexos, como racismo, sexismo, opressão de classe, divisão sexual/racial do trabalho, etc. Por meio de todo esse conteúdo produzido por militantes e/ou ativistas, em sua maioria do feminismo negro, temos acesso à um conhecimento diversificado e poderoso que estimula o pensamento e a contestação do padrão social vigente, pois se baseia na experiência ancestral e presente da população negra, tendo como suporte

---

<sup>33</sup> Campanha pela libertação do Preso Político Rafael Braga <<https://www.liberdadepararafael.meurio.org.br/>>.

<sup>34</sup> Não menos inteligente e relevante... no sentido de uma linguagem mais acessível e sem termos rebuscados e de difícil compreensão utilizados pela maioria dos produtores de conhecimento no mundo acadêmico.



estudos e pesquisas de intelectuais negras e negros, contemplando não só o conhecimento teórico-acadêmico.

Toda essa produção de conhecimento que a muito vem sendo construída, mas invisibilizada pelas mídias hegemônicas são difundidas pelas ativistas que se recusaram e se recusam a aceitar as famosas frases “Não leio autores negros porque não tem”; “Não prestigio diretores e atores negros porque não estão presentes nos filmes ou peças.”; “Ah, mas nem sabia que existia tal autora era negra, não vejo cor!”; “Convidamos a(o) palestrante por sua capacidade intelectual apenas, fazer o que se não existe negra(o)s nessa área”.

Uma iniciativa bastante interessante que desmonta essa fala e mostra os vícios sociais da branquitude é o Catálogo Intelectuais Negras Visíveis: “Você pode substituir mulheres negras como objeto de estudo por mulheres negras contando a sua própria história” que contou com as interações via mídias sociais como um dos seus espaços de desenvolvimento.

Partindo da máxima do Grupo – “muitas, fortes e visíveis”, da valorização das escritas de si, do ativismo virtual, da horizontalidade entre saberes acadêmicos, escolares e ativistas e dos limites de tempo e espaço que a publicação de uma obra pressupõe, coube à equipe de pesquisa, formada pelas Intelectuais Negras Amanda Sanches, Conceição Seixas, Janete Ribeiro e Núbia de Oliveira, sob a coordenação de Giovana Xavier, selecionar de dez a vinte profissionais nos seguintes campos de atuação: Academia e Pesquisa, Afroempreendedorismo, Artes Visuais, Artes - Cinema, Dança, Música, Teatro e TV, Coletivos de Mulheres Negras, Comunicação e Mídias, Direitos Humanos, Educação Básica, Intelectualidade Pública, Literatura, Música, Saúde. [...] nossos encontros foram fundamentais para transformar escolhas individuais em decisões coletivas assim como para nos fortalecer com vistas à continuidade de um trabalho que estará sempre começando por sermos muitas, fortes e visíveis (Nota). Esse catálogo consegue reunir a potência de mulheres das mais diferentes áreas e saberes entendendo intelectualidade como um saber. Um saber que não é hierarquizado, ao contrário, como saberes que nos compõem e ensinam a pensar resistências. É um verdadeiro chamado ao nosso protagonismo e reconfiguração do mundo a partir de outras epistemologias. É um combate ao epistemicídio sistemático que aniquila nossa cultura, intelectualidade e fazeres políticos (RIBEIRO in XAVIER, 2017).

Insatisfeitas com suas representações as militantes negras mais uma vez foram à luta criando, por exemplo, o site *Blogueiras Negras*:

[...] com estórias de vida e campos de interesse diversos; reunidas em torno das questões da negritude, do feminismo e da produção de conteúdo. Sujeitas de nossa própria estória e de nossa própria escrita, ferramenta de luta e resistência. Viemos contar nossas estórias, exercício que nos é continuamente negado numa sociedade estruturalmente discriminatória e desigual. [...] Fazemos de nossa escrita ferramenta de combate ao racismo, sexismo, lesbofobia, transfobia, homofobia e gordofobia. Porém, também pretendemos ser uma comunidade; um espaço de acolhimento, empoderamento e visibilidade voltados para a mulher negra e afrodescendente. Acreditamos que a troca de vivências e opiniões em função da negritude partilhada não é apenas desejável, mas um objetivo comum. Queremos celebrar quem somos, quem fomos e quem seremos. Charô Nunes [...] O Blogueiras Negras é construído por uma comunidade de mulheres comprometidas com gênero e raça. Este grupo reuniu-se e institucionalizou em um site ([blogueirasnegras.org/](http://blogueirasnegras.org/)), que reúne e estimula a produção para veículos de comunicação independentes produzidos por e para mulheres negras. Estamos trabalhando com histórias de vida e interesses diversos; juntando esforços em torno de questões da negritude, do feminismo e da produção de conteúdo (BLOGUEIRAS NEGRAS, [s.d.]).

Também podemos citar o Afroflix:

[...] uma plataforma que disponibiliza conteúdos audiovisuais online com uma condição: aqui no AFROFLIX você encontra produções que possuem pelo menos uma área de atuação técnica/artística assinada por uma pessoa negra. São filmes, séries, web séries, programas diversos, vlogs e clipes que são produzidos OU escritos OU dirigidos OU protagonizados por pessoas negras (AFROFLIX, [s.d.]).

Esses sites somados a diferentes iniciativas virtuais como: Leasterisco.com, Menina Congo, Meninas Black Power, Preta&Gorda, Pretas Candangas, Comunicadoras Negras, Mamaterra, Cultne, Aqui eu me vejo, DePretas por Gabi Oliveira, Soul Vaidosa, Não sou obrigada, Ta bom pra você?, Geledés Instituto da Mulher Negra, Negritude Afrolatina, Leia Mulheres Negras, Odara Instituto da Mulher Negra, Pelo Bueno, Afrofemininas, etc. nos mostram como as mulheres negras, sempre silenciadas e desacreditadas, estão dando visibilidade e voz a seus assuntos e vidas, assumindo o protagonismo de suas histórias.

Afrofemininas es una comunidad en línea para las mujeres afrodescendientes/negras. Animamos a las mujeres a que a través de la opinión, la literatura, la poesía y el periodismo, entablar un diálogo sincero y constructivo sobre la belleza y la complejidad de la mujer negra. Aspiramos a educar, inspirar y entretener. No es indispensable que sea una mujer negra para escribir en Afrofemininas, siempre que lo que escriba sea de interés para nuestro colectivo. Para Afrofemininas es un orgullo dar voz a las mujeres negras de habla hispana a través de Internet y los medios. Celebramos su espíritu creativo y damos la bienvenida a sus conocimientos en temas de hoy, noticias de actualidad, asuntos sobre las relaciones personales, laborales, el

racismo, la afroconcienciación y la cultura. [...] Las líneas de acción son: 1- Afrofeminismo; 2- Infancia y nuevas generaciones e 3- Promoción de la empresa y la cultura afro. - (¿Quiénes Somos?, AFROFÉMINAS).

Por meio das redes sociais as negras também estimulam o comércio, a criatividade, o empreendedorismo, o desenvolvimento sócio-econômico e trocas entre si, tentando minimamente superar a lógica exploradora do capital, bem como boicotar as empresas que não criam produtos visando a diversidade étnica do país. Como exemplos temos a Xongani Moda Afro, a Feira Preta, a InfoPreta, a Eparrei, o Projeto Negras do Brasil, a Dresscoração, o Mercado Negra, entre muitas outras páginas, blogs e sites que buscam de uma forma mais generalizada:

Promover o desenvolvimento sócio-cultural da comunidade negra no país, através do fomento ao empreendedorismo e fortalecimento de artistas e micro-empresendedores afro-brasileiros ou que atuam com o mercado étnico. – (Missão, FEIRA PRETA, 2016).

Em toda essa produção de conhecimento e informação, que forma de verdade, há uma divulgação, resgate, respeito e incentivo a cultura afro. “Na situação da diáspora, as identidades se tornam múltiplas” (HALL, 2003. p. 27) o debate e interações abertas se faz necessário e é justamente por meio das mídias negras livres que trocas de informações e o diálogo com a sociedade ocorre de forma mais suave<sup>35</sup>, ainda que com restrições. Através de fóruns, seminários e exposições nesses espaços podemos falar, escutar e aprender sobre nossa ancestralidade e história.

[...] só podemos conhecer o passado, a memória, o inconsciente através de seus efeitos, isto é, quando este é trazido para dentro da linguagem e de lá embarcamos numa (interminável) viagem. Diante da “floresta de signos” (Baudelaire), nos encontramos sempre na encruzilhada, com nossas histórias e memórias (“reliquias secularizadas”, como Benjamin, o colecionador, as descreve) ao mesmo tempo em que esquadrihamos a constelação cheia de tensão que se estende diante de nós, buscando a linguagem, o estilo, que vai dominar o movimento e dar-lhe forma. Talvez seja mais uma questão de buscar estar em casa aqui, no único momento e contexto que temos...(CHAMBERLAIN in HALL, 2003. p. 27-28).

O processo de [re]tomada de controle sobre sua história ameaça todo o projeto de dominação colonial, racista, patriarcal e explorador que se pretendia inatingível e perpétuo (SEGATO, 2007). Do movimento e

---

<sup>35</sup> Aqui me refiro aos obstáculos que as mulheres enfrentam para acessar os espaços de poder na sociedade, nas mídias sociais eles existem só que operam de forma mais branda.

ativismo nas redes à afirmação enquanto sujeitos políticos com fala e vozes próprias as mulheres negras pontuam cada vez mais os termos “raça” e “negra” como posicionamento político, o que antes era e ainda é usado para segregar e fragilizar passa a ser utilizado como instrumento e por vezes arma de resistência. Isso fica evidente ao lermos os textos ou seguirmos os perfis pessoais de mulheres como Bondo’Yachila, Joice Berth, Juliana Borges, Leidys Emilsen Mena Valderrama, Djamilla Ribeiro, Stephanie Ribeiro, Miriam Alves, Joyce Fernandes, Isadora de Assis, Gabriela Moura, Winnie Bueno, Sueide Kintê, Shirley Campbell Barr, Leticia Sánchez Garris, Antoinette Torres Soler, etc.

[...] nos últimos tempos nós temos conseguido (sobretudo, graças à internet) que uma multiplicidade de vozes passe a se expressar, alcancem alguma ressonância e visibilidade na esfera pública. Isso impacta, inclusive, formadores de opinião hegemônicos (...) nunca tivemos um ativismo tão vibrante e tão capaz de vocalização como neste momento, sobretudo das mulheres negras. Esse conjunto diverso de gente negra em movimento é algo que me faz ter esperança na resistência (Sueli Carneiro in FERNANDES, 2018).

Como já mencionado a internet, as mídias digitais, a redes sociais, etc. não são um pote de ouro, ou seja, não são a resposta para todas as mazelas sociais e não proporcionarão "nenhuma mudança estrutural nas vidas da negritude", o racimachismo não acaba ai, por exemplo, entretanto proporcionam "mecanismos para a elaboração de estratégias sociais que furem os bloqueios gerenciados pelas estruturas de poder hegemônico"(BUENO E SILVEIRA, 2016).

"O exercício de contar a sua história ainda tem sido um desafio para a população negra e da diáspora africana, tendo em vista que todo o processo histórico contribuiu (OLIVEIRA, 2017, p. 810)" com o silenciamento, marginalização e alienação, como já citado anteriormente. Nesse novo cenário de reivindicação e resistência as mulheres negras também sofrem com a deslegitimação e desconsideração de suas ações e do que produzem em tais espaços, a tal "militância virtual" é questionada sobre sua "eficácia e legitimidade" (BUENO E SILVEIRA, 2016), "ciberativismo" está distante da realidade, os "textão" do face são feitos no conforto do lar e separados da realidade social que abordam, entre outras inúmeras críticas, muitas vezes

vazias, que objetivam desvalorizar essa movimentação e mobilização dessas mulheres nas redes.

Muitas dessas críticas são feitas por pessoas que desconsideram, por exemplo, a realidade de muitas mulheres negras que não possuem tempo e/ou saúde mental/física (BUENO E SILVEIRA, 2016) e/ou recursos para participarem das atividades de militância para além do espaço virtual. Desconsideram também o fato de que a circulação mais intensa de informação e a utilização dessas redes como ferramenta pode auxiliar no processo de tomada de consciência racial e no entendimento de como funcionam as diferentes opressões e assim passar a se mobilizar e enfrentar as mesmas tanto nos espaços virtuais como nos espaços não virtuais.

E fica muito 'claro' como mulheres negras incomodam o padrão social vigente quando nesse processo de ressignificação do termo negra, de reivindicar "o papel de protagonista da sua própria história" (OLIVEIRA, 2017, p. 821) falam, escrevem, produzem conhecimento, enfurecendo e provocando a branquitude, uma vez que essa "está demasiado acostumada com a ideia de falar e, jamais, de ouvir" (BUENO, 2017). Os perfis de mulheres negras constantemente sofrem ataques racistas, são hackeados e/ou penalizados por alguma postagem indevida, isso mostra um pouco do que foi abordado no capítulo anterior sobre a cautela que se deve ter com esses espaços que são desenvolvidos de acordo com os interesses de quem os cria e gerencia.

O grande monopólio de informações pessoais dadas gratuitamente por nós as redes sociais tem feito emergir o debate sobre até que ponto podemos confiar nos algoritmos (o que é aqui entendido como os passos necessários para a realização de tarefas, aos quais, no ambiente on-line, são programados por profissionais da área de Tecnologia da Informação) da rede, visto o grande vazamento de informações, a fortuna ganhada em cima disto e a constante reprodução de estereótipos nas tecnologias, pois os algoritmos herdam preconceitos presentes nos programadores que os desenvolvem. Exemplificando como as tecnologias tem reforçado preconceitos, temos o caso do Google que identificou pessoas negras como gorilas em 2015, o algoritmo do Facebook que mostrava casas somente a pessoas brancas e os recentes casos de bloqueios que usuárias negras da mesma rede têm sofrido pelos algoritmos da rede entenderem que o conteúdo elaborado pelas mesmas fere os padrões de uso da rede (SEIXAS, 2018, p.33).

Querem que a militância negra saia das redes sociais, que as mulheres negras desocupem esse espaço, que suas atividades ocorram em seus

'espaços' sociais e de preferência nem existam. Falar sobre racismo incomoda e o incômodo é muito maior quando as falas são de mulheres negras, as raivosas e briguentas 'mimizentas' que colocam racismo em tudo. Porque é isso, na nossa conformação social racismo é culpa dos negros: "O principal racista é o negro"; "O racismo está na sua cabeça"; "Racismo está na cabeça de quem vê"; "Ai agora tudo é racismo?!", com isso buscam desqualificar o debate sobre racismo para manter e seguir perpetuando privilégios.

Quando a mídia noticia um caso de racismo como se fosse mera "polêmica", o que ela está colocando, nas entrelinhas, é que o debate não é útil. Por definição, polêmica é algo que gera controvérsia, debate. Por senso comum, o termo comumente é referente a contestações coléricas pouco racionais. Ou seja, os debates sobre racismo seriam, nestes casos, contraproducentes. É essa a imagem que a mídia faz de quem debate raça: violento, reclamão, chato, procura pelo em ovo (MOURA, 2017).

A mídia é racista, enquanto espaço de poder, disputas por poder e relações hierárquicas com grande importância na sociedade, representa e reproduz, na verdade é o reflexo de seus administradores e gestores em sua maioria homens brancos e riquíssimos que trabalham para perpetuar as desigualdades sociais. As mídias sociais são reflexos dessa organização social desigual e opressora e é por isso que a palavra resistência vem no título do trabalho, pois as mulheres negras usam as redes como força, defesa, oposição e ataque à todas as formas de opressões, nesses espaços encontraram brechas para existirem. Sobreviverem nesse sistema se alimenta do genocídio da população negra.

Os ataques racistas e discursos de ódio que as negras e a população negra sofrem nas redes - e não só nelas - são expostos, informados, denunciados, compartilhados, retuitados e propagados pelo 'ciberuniverso' e sempre existem tentativas para que esses casos não caiam no esquecimento com as campanhas sobre o assunto com as atualizações e andamentos do processo, quando há. A evidenciação desses casos são realizados por páginas e perfis de militantes negras e negros.

As mobilizações online dão base para projetos e coletivos maravilhosos que sempre tendem a sair do espaço virtual: Opará Saberes, Marcha das Mulheres Negras, Marcha do Empoderamento Crespo, etc. Muitas lutas, batalhas e enfrentamentos ocorreram e diversas mulheres negras construíram o caminho que seguimos trilhando hoje, mulheres - a maioria

infelizmente - que não subiram para nos puxar, mas nos impulsionaram e nos impulsionam.

Essas mulheres plantaram sementes e as condições para que as mulheres negras hoje possam (re)existir nesses espaços e ainda que tenham que disputar suas narrativas com a norma que é imposta conseguem tencionar e causar desestabilizações nesse sistema (RIBEIRO in XAVIER, 2017).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho objetivou mostrar a interação e articulação das mulheres negras nas redes sociais e seus usos enquanto uma estratégia a mais para participação, comunicação e reivindicação políticas. Por meio dessas mídias e seus avanços constantes as conexões são cada vez mais rápidas, atingem cada vez mais pessoas em diferentes partes do globo e em muitos são utilizadas por minorias políticas para comunicação social política, nesses espaços as diferentes opressões são expostas, denunciadas e combatidas, existe toda uma movimentação para se cobrar do Estado políticas públicas e ações efetivas para superação desses problemas sociais.

A população negra que possui acesso à internet e a utiliza como um meio de ativismo político - pontuando aqui que não o único, porém importante - evidencia o racismo estrutural que os aflige diariamente, bem como as diferentes opressões que vão se articulando no encontro de marcadores sociais que coloca a maioria das mulheres negras e não brancas na base da pirâmide social. Nesses espaços muitas vezes as mulheres negras conseguem falar mais abertamente sobre sua situação, vivências e enfrentamentos o que não acontece em outros espaços, nos quais de modo violento são epistemicamente silenciadas e apagadas.

No início do trabalho abordamos os feminismos latino americanos e os feminismos negros presentes no nosso continente e suas vastas pluralidades, a proximidade e distanciamentos dos mesmos. Os movimentos *decoloniais* buscam superar toda a(s) colonialidade(s) que nos cerca e rege nossas vidas, entretanto acabam por reproduzir as lógicas e estereótipos desse sistemas opressor dividindo e minimizando o que não consideram importantes, como a causa das mulheres ou o racismo, invisibilizando assim, por exemplo, mulheres negras e tantas outras pessoas que não se encaixam apenas na opressão de classe. Com isso os feminismos desenvolvidos aqui se mobilizam para colocar essas questões no centro do debate e dar visibilidade aos diferentes cruzamentos de opressões sociais e assim como nos feminismos negros e principalmente o interseccional pontuar a importância disso para superar a lógica colonial, a reprodução de opressões e



o aumento das desigualdades. Ficar batendo na tecla da classe e não fazer nada a respeito do racismo, por exemplo, impede que se pense em outros modelos de sociedade, uma real integração dos povos latino-americanos e um bem viver das diferenças. A universalização das lutas, assim como a das identidades apaga e desumaniza uma grande parte da população.

No momento seguinte falamos sobre as redes sociais e suas possibilidades enquanto mecanismos e/ou instrumentos de comunicação e participação políticas. Com seus avanços constantes e infinitos as mídias comunicacionais atingem patamares antes inimagináveis proporcionando a interação instantânea de diferentes pessoas no mundo. Sendo seres políticos nossa comunicação por excelência já seria considerada política, uma vez que ela nos vincula e relaciona, nos 'conecta' a nossa realidade existencial e essa hoje está cada vez mais virtualizada, gerando grande influência nas nossas vidas e costumes, tem capacidade de influir em nossas consciências coletivas e individuais. Dai a importância da comunicação no que diz respeito à Política, como mensagens e símbolos são gerados e disseminados podem determinar - e muitas vezes determina - a reação e recepção social a eles, com isso fica evidente que ter capacidade de controlar as mídias comunicacionais de massa - ou não - é ter poder de controle social.

A partir disso pontuamos que a comunicação política feita por sujeitos via redes sociais vai além da comunicação política tradicional manipulada e desenvolvida em torno do sistema partidário para atender o interesse de empresários. Nesse campo cercado por disputas de poder esses avanços tecnológicos proporcionam um maior acesso à informação e maiores possibilidades de participação política ainda que manipulações e restrições das mídias tradicionais respiguem nesses espaços, a internet também gera manipulação e controle que atendem interesses de quem está desenvolvendo determinada página ou site, por exemplo. E é justamente por isso que a participação política nas redes é utilizada por mulheres negras e pela população negra com cautela e como mais uma ferramenta estratégica de comunicação e participação política. Nesses espaços e com todas suas possibilidades de produção, reprodução e propagação de mensagens e informações pessoais, coletivos e movimentos que não tinham espaços na

mídia hegemônica - ou eram apresentados de maneira estereotipada - se expressam sobre os mais variados temas e situações cotidianas. Nesses espaços as mulheres negras produzem, preservam e compartilham conhecimentos e saberes que vai dando forma a outras possibilidades para suas existências.

Na sequência tratamos da resistência e posicionamento político das mulheres negras nas redes sociais com seu ativismo, militância e potência que isso gera nas realidades e coletividades das mesmas. Toda a produção de conhecimento e saberes que a muito vem sendo construídos por elas e seus coletivos informa e forma politicamente sobre suas realidades sociais.

Na atual conjuntura política da América Latina, mais especificamente a fragilidade dos estados nacionais e das políticas afirmativas empreendidas pelos mesmos, em relação às mulheres negras percebemos que:

[...] es el propio Estado nacional moderno el resultado de la colonialidad en América Latina, quien ha cumplido el papel de unificador, con un intento de homogenización imponiendo el padrón de ciudadanía universal y ha instaurado identidades globalizadas y ha ocultado las autonomías. (BOMBÓN POZO, 2017, p. 49).

Las mujeres negras han recibido la peor parte en esta lucha desigual que han emprendido; la sociedad las margina, las condena a la pobreza extrema, las desplaza, las maltrata de todas las formas posible, y sin embargo las mujeres negras resisten, y asumen el gran reto de luchar sin garantías contra esa misma sociedad que las despojó de sus derechos colectivos e individuales (VALDERRAMA, [s.d.]).

Relegando assim as mulheres negras e mulheres não brancas a base da pirâmide social, já que as mesmas estão muito distante do padrão de cidadão colonial, nem mesmo nos espaços de movimentos e organizações sociais - hegemônicos e de maior expressividade é claro - somos respeitadas e/ou ouvidas, nos tratam como as que vão rachar a mobilização e não o sistema, as rancorosas barraqueiras, ou simplesmente pautas secundárias que devem ser tratadas em espaços 'específicos'.

Nesse sistema que nos desumaniza e violentamente trabalha por apagar nossa existência buscamos nas redes sociais virtuais participar e nos comunicarmos politicamente, essas mídias se configuram como uma

estratégia para superarmos nossas ausências nos espaços de poder. Nos fazemos representar assumindo nossas narrativas, dando o devido destaque as que vieram antes de nós e tiveram seus saberes desconsiderados e invisibilizados, essas mulheres muito nos ensinaram e seguem ensinado. Unindo esses saberes, nossa ancestralidade e tudo que vem sendo produzido em muito contribui para nossa formação política, para nossa resistência a nossa realidade social e para pensarmos e desenvolvermos outras realidades.

Todas estas condiciones de desventajas sociales se convierten en el motor de la lucha de las mujeres negras día a día, palmo a palmo, y ese mismo sistema por el que las mujeres negras luchan ha insertado a la lista de control y dominación contra ellas, la violencia como herramienta eficaz para impedir la reconfiguración social que las mujeres negras buscan (VALDERRAMA, [s.d.]).

As mídias sociais não são a solução para todos os problemas e desigualdades sociais, entretanto no uso de mulheres negras auxiliam em processos de tomadas de consciência, reflexões e geram certas tensões no sistema colonial-capitalista-racista-patriarcal-heterossexual. Esse processo em que reivindicamos o protagonismo de nossa história e falamos em primeira pessoa bate de frente e "desestabiliza a norma hegemônica e o saber pautado na lógica eurocentrica" (RIBEIRO in Xavier, 2017, p. 10). As mulheres negras na América Latina e Caribe buscam com cada vez mais anseios superar a lógica colonial, há um resgate dos saberes ancestrais e a construção de outras epistemologias que nos dão oportunidades para "extrapolar os postulados de resistências [...] **fornecendo "ferramentas de reexistências, promove outras possibilidades de existir. E de existir a partir de nós"** (RIBEIRO in Xavier, 2017, p. 10 grifo meu).

## REFERÊNCIAS

- AFROFÉMINAS. **¿Quiénes Somos?** Disponível em: <<https://afrofeminas.com/acerca-de/>>. Acesso em: 29 nov. 2016.
- AFROFLIX. **Sobre | AFROFLIX.** Disponível em: <<https://www.afroflix.com.br/sobre-o-site/>>. Acesso em: 29 nov. 2016.
- AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO. **Dossiê Violência contra as mulheres.** São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/violencias/feminicidio/>>. Acesso: 8 jun. 2018.
- ALCÂNTRA, Débora Menezes. Quando a norma será termos corações largos? Alguns desafios para a quarta onda dos feminismos latino-americanos. In: 10º ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA (ABCP) “CIÊNCIA POLÍTICA E A POLÍTICA: MEMÓRIA E FUTURO”, 2016, Belo Horizonte.
- Almeida, Gabriel Swahili Sales de. **DA POLÍTICA PÚBLICA À PRÁTICA PEDAGÓGICA: USOS E SENTIDOS DA INTERDISCIPLINARIDADE NOS BI DA UFBA SALVADOR.** 179 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.
- BAIRROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. In: MIÑOSO, Yuderkys Espinosa; CORREAL, Diana Gómez; MUÑOZ, Karina Ochoa. **Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala.** 1ª ed. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014. p. 181-187.
- BARROSO, Jose M. (2014). Feminismo decolonial: una ruptura con la visión hegemónica eurocéntrica, racista y burguesa. Entrevista con Yuderkys Espinosa Miñoso. **Iberoamérica Social: revista-red de estudios sociales (III)**, pp. 22 - 33. Disponível em: <<http://iberoamericasocial.com/feminismo-decolonial-una-ruptura-con-la-vision-hegemonica-eurocentrica-racista-yburguesa>>. Acesso em: 30 nov. 2016.

BIDASECA, Karina. "Mujeres blancas buscando salvar a Mujeres color café": desigualdad, colonialismo jurídico y feminismo postcolonial. **Andamios**, México, v. 8, n. 17, p. 61-89, septiembre diciembre 2009.

BOMBÓN POZO, Karen Johanna. **La alianza política de las articulaciones de mujeres populares en América Latina, una mirada a los procesos de integración de los pueblos Latinoamericanos**. 158 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina., Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina, Universidade Federal da Integração Latino-americana. Instituto Latinoamericano de Economia, Sociedade e Política, Foz do Iguaçu, 2017.

BLOGUEIRAS NEGRAS. **Quem somos**. Disponível em: <<http://blogueirasnegras.org/quem-somos/>>. Acesso em: 29 nov. 2016.

BORBA, Julian. Participação Política: uma revisão dos modelos de classificação. **Revista Sociedade e Estado**, v. 27, n. 2, p. 263-288, Maio/Agosto 2012.

BORGES, Juliana. **Necropolítica na metrópole: extermínio de corpos, especulação de territórios**. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2017/06/01/necropolitica-na-metropole-extermínio-de-corpos-especulacao-de-territorios/>>. Acesso em: 28 jul. 2017.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Governo. **Índice de vulnerabilidade juvenil à violência 2017: desigualdade racial, municípios com mais de 100 mil habitantes / Secretaria de Governo da Presidência da República, Secretaria Nacional de Juventude e Fórum Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017. 87 p.

BRONSZTEIN, Karla Patriota; COSTA, Débora Silva. Os Novos Evangélicos: comunicação e poder na cultura da convergência. **Revista C&S**, v. 38, n. 1, p. 177-200, jan./abr. 2016.

BUENO, Winnie; SILVEIRA, Aline. **O ativismo negro no mundo virtual**. Reflexões sobre uma nova forma de militância negra. Disponível em: <<https://medium.com/@winniebueno/o-ativismo-negro-no-mundo-virtual-f7e0d1d024b2>>. Acesso em: 23 de set. 2017.

BUENO, Winnie. **Admitam : vocês não querem ouvir as mulheres negras.** Disponível em: < <https://medium.com/@winniebueno/admitam-voc%C3%AAs-n%C3%A3o-querem-ouvir-as-mulheres-negras-6f496f8f7374>>. Acesso em: 23 de set. 2017.

CASTILLO, Rosalva Aída Hernández. De Feminismos y Poscolonialismos: Reflexiones desde el Sur del Río Bravo. In CASTILLO, Rosalva Aída Hernández; NAVAZ , Liliana Suárez (coord.). **Descolonizando el Feminismo: Teorías y Prácticas desde los Márgenes.** España: Cátedra, 2008. p. 68-110.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: **Racismos contemporâneos.** Organização, Ashoka Empreendedores Sociais e Takano Cidadania. Rio de Janeiro: Takano Ed, 2003.

CFEMEA. **Mulheres negras são grupo social com menor representatividade no legislativo municipal.** Disponível em: <<http://www.cfemea.org.br/index.php/alerta-feminista/4610-mulheres-negras-sao-grupo-social-com-menor-representatividade-no-legislativo-municipal>>. Acesso em: 29 nov. 2016.

CORTÉS, Reinaldo. La Comunicación Política. Apuntes para una aproximación teórica. In CORTÉS, Reinaldo. **La comunicación política como forma moderna de dominación: del discurso retórico al discurso icónico.** Edição. San Cristóbal: Colección de Textos de la Comunicación, 2009. p. 9-34.

CRENSHAW, K. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex : A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine , Feminist Theory and Antiracist Politics. **The University of Chicago Legal Forum**, v. 1989, n. 1, 1989.

CONSTANTE, Paula de Sousa. **O Buen Vivir e a construção de uma alternativa ao desenvolvimento: olhares sobre a Bolívia,** 121 f. Dissertação (Mestrado) Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina, Instituto Latino Americano de Economia, Sociedade e Política, Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Foz do Iguaçu - PR, 2018.

CUNHA, Vanildes Vieira da. **COMUNICAÇÃO POLÍTICA MEDIADA POR REDES SOCIAIS INTERATIVAS: EDUCAÇÃO POLÍTICA DO SUJEITO NA SOCIEDADE PÓS-MODERNA.** 201 f. Tese (Doutorado) Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração, Departamento de Ciência

Política, Relações Internacionais e Segurança, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa 2014.

CURIEL, Ochy. El régimen heterosexual y la nación. Aportes del lesbianismo feminista a la Antropología. In: BIDASECA, Karina A.; LABA, Vanesa V.

**Feminismos y poscolonialidad:** Descolonizando el feminismo desde y en América Latina. 2ª ed. Buenos Aires: Ediciones Godot Argentina, 2011. p. 49-94.

CURIEL, Ochy. Hacia la construcción de un feminismo descolonizado. In: MIÑOSO, Yuderkys Espinosa; CORREAL, Diana Gómez; MUÑOZ, Karina Ochoa. **Tejiendo de otro modo:** Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala. 1ª ed. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014. p. 325-334.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. **Ch'ixinakax utxiwa** : una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores. Buenos Aires: Tinta Limón, 2010. 79p.

FEIRA PRETA. **Feira Cultural Preta**. Disponível em: <[https://www.facebook.com/pg/feiraculturalpreta/about/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/pg/feiraculturalpreta/about/?ref=page_internal)>. Acesso em: 30 nov. 2016.

FERNANDES, Cris. **Como nasce um podcast**. Disponível em: <<http://blogueirasnegras.org/2018/09/14/como-nasce-um-podcast/>>. Acesso em: 24 set. 2018.

GARCIA, Marli. **CULTNE DOC- Lélia Gonzalez**. 2010. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=o9vOVjNDZA8>>. Acesso em 25 jul. 2017.

GARCÍA, Emma Delfina Chirix. Subjetividad y racismo: la mirada de las/los otros y sus efectos. In: MIÑOSO, Yuderkys Espinosa; CORREAL, Diana Gómez; MUÑOZ, Karina Ochoa. **Tejiendo de otro modo:** Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala. 1ª ed. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014. p. 211-222.

GONZÁLEZ, Carmen Cecilia Vásquez. **MIGRACIÓN, SUBJETIVIDAD Y RAZA**. [s.d]. Disponível em:

<[https://idus.us.es/xmlui/bitstream/handle/11441/40912/Pages%20from%20Investigacion\\_Genero\\_12-1509-2188-3.pdf?sequence=1](https://idus.us.es/xmlui/bitstream/handle/11441/40912/Pages%20from%20Investigacion_Genero_12-1509-2188-3.pdf?sequence=1)>. Acesso em 20 nov. 2017.

GONZALES, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. In: **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984, p. 223-244, 2011.

GONZALEZ, Lélia. Por uma feminismo Afro-latino-Americano. **Caderno de Formação Política do Círculo Palmarino**, n. 1, p. 12-20.

GOMÉZ, Alicia Gil. Editorial. **Revista Digital con la A**. Número 24 – Feminismo Decolonial. Coordenado por Nathalia Jaramillo. 2013.

HALL, Stuart. **Da Diáspora Identidades e Mediações Culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HERNÁNDEZ, Franklin. Racismo, homofobia y sexismo: reflexiones teóricas y políticas sobre interseccionalidad. **Raza, etnicidad y sexualidades: ciudadanía y multiculturalismo en América Latina**, Cali, p. 485-512, 2008.

JARAMILLO, Nathalia. Análisis y Pensamiento. El feminismo decolonial: una breve introducción. **Revista Digital con la A**. Número 24 – Feminismo Decolonial. Coordenado por Nathalia Jaramillo. 2013.

LAZZARI, Eduardo. “Resenha de: RIBEIRO, Ednaldo; BORBA, Julian. Participação Política na América Latina”. **Leviathan – Cadernos de Pesquisa Política**, n. 12, pp.164-175, 2016.

LEÓN, Irene. **I Encuentro de Mujeres Negras Latinoamericanas y del Caribe**. Disponível em: < <https://www.alainet.org/es/active/1001>>. Acesso em: 20 de set. 2017.

LORDE, Audre. As ferramentas do mestre nunca vão dismantelar a casa-grande. Tradução de Tatiana Nascimento revisada em fevereiro de 2012, do artigo *The Master’s Tools Will Never Dismantle the Master’s House*, in: Lorde, Audre. *Sister outsider: essays and speeches*. New York: The Crossing Press Feminist Series, 1984. p. 110-113.



LORDE, Audre. **Não existe hierarquia de opressão**. Disponível em: <<https://rizoma.milharal.org/2013/03/03/nao-existe-hierarquia-de-opressao-por-audre-lorde/>>. Acesso em: 29 nov. 2016.

LORDE, Audre. “Os usos da raiva: Mulheres respondendo ao racismo”. Apresentação principal na conferência da Associação Nacional de Estudos de Mulheres, em Storrs, Connecticut. 1981. (*Tradução feita por mulher não-branca, lésbica e feminista radical. A tradutora preferiu não se identificar*).

LUGONES, Maria. Colonialidad y género. **Tabula Rasa**, n. 9, p. 73–101, 2008.

LUGONES, María, “Hacia un feminismo descolonial” en La manzana de la discordia, Vol. 2, nº 6, julio-diciembre, 2011, p. 110.

MARTÍN , Rocío Medina. Mujeres Saharauis, Colonialidad del Género y Nacionalismos: un acercamiento a partir de los feminismos decoloniales. **Relaciones Internacionales**. Madri, n. 27, p. 13-34, outubro 2014.

MARTINS, Paulo Henrique. **La decolonialidad de América Latina y la heterotopía de una comunidad de destino solidaria**. Buenos Aires: Fundación CICCUS; Estudios Sociológicos Editora, 2012. 159p.

MENDOZA, Breny. La epistemología del sur, la colonialidad del género y el feminismo latinoamericano. In: MIÑOSO, Yuderkys Espinosa; CORREAL, Diana Gómez; MUÑOZ, Karina Ochoa. **Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala**. 1ª ed. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014. p. 91-103.

MIÑOSO, Yuderkys Espinosa. Etnocentrismo y colonialidad en los feminismos latinoamericanos: complicidades y consolidación de las hegemonías feministas en el espacio transnacional. **Revista Venezolana de Estudios de la Mujer**, v. 14, n. 33, p. 37-54, Julio/Diciembre 2009.

MORAIS. Kátia S. **Mídias Sociais e a Participação Política em Ambiente Digital no Brasil: estudos de caso no governo federal**. 157 f. Dissertação (Mestrado) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração, Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

MOURA, Gabriela. **Não tenha medo de pronunciar a palavra: RACISMO.** Disponível em: < [https://medium.com/@metaforica\\_gabi/n%C3%A3o-tenha-medo-de-pronunciar-a-palavra-racismo-254fa8233af4](https://medium.com/@metaforica_gabi/n%C3%A3o-tenha-medo-de-pronunciar-a-palavra-racismo-254fa8233af4)>. Acesso em: 24 set. 2018.

OLIVEIRA, Ana Flávia. **Djamila Ribeiro , a voz da consciência negra feminina no Brasil.** Disponível em: <[http://www.vice.com/pt\\_br/read/entrevista-djamila-ribeiro-2016](http://www.vice.com/pt_br/read/entrevista-djamila-ribeiro-2016)>. Acesso em: 30 nov. 2016.

PAREDES, Julieta. **Hilando Fino desde el Feminismo Comunitario.** Disponible en: < <http://mujeresdelmundobabel.org/files/2013/11/Julietta-Paredes-HilandoFino> >. Disponível em: 17 set 2018.

POLITIZE! **4 Projetos de iniciativa popular que viraram leis.** Disponível em: <<http://www.politize.com.br/4-projetos-de-iniciativa-popular-que-viraram-leis/>>. Acesso em: 04 de set. 2017.

QUIJANO, Aníbal, “Colonialidad y Modernidad/racionalidad”, en Perú Indígena, vol. 13, nº 29, 1992, ps. 11-20.

RIBEIRO, Djamila. **A categoria do Outro: o olhar de Beauvoir e Grada Kilomba sobre ser mulher.** Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2016/04/07/categoria-do-outro-o-olhar-de-beauvoir-e-grada-kilomba-sobre-ser-mulher/>> Acesso em: 14 de Junho de 2016.

SALAZAR , Adriana Rodríguez. **Buen Vivir.** Disponível em: < <http://filosofiadelbuenvivir.com/buen-vivir/>>. Acesso em: 20 de set. 2017.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001. v. 27.

SEGATO, Rita Laura. Introducción. In: La nación y sus otros. **Raza, etnicidad y diversidad religiosa en tiempos de políticas de la identidad.** Buenos Aires: Promoteo Libros, 2007. p. 15–36.

SEGATO, Rita Laura. **La escritura en el cuerpo de las mujeres asesinadas en Ciudad Juárez Territorio, soberanía y crímenes de segundo estado**. 1ª. Ed. - Buenos Aires: Tinta Limón, 2013.

SEIXAS, Gabriela. **NEGRAS MULHERES ESTILHAÇANDO MÁSCARAS: Análise das práticas de (re)existência e ativismo no processo de mobilização social a partir do Facebook**. Porto Alegre: **Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS**, trabalho de conclusão de curso, 2018.

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do Espelho: Uma Teoria da Comunicação Linear e em Rede**. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 2002.

VALDERRAMA, Leidys Emilsen Mena. **El conflicto (capital) colombiano se ha ensañado con las mujeres negras**. Disponível em: <[https://afrofeminas.com/2015/09/22/el-conflicto-capital-colombiano-se-ha-ensañado-con-las-mujeres-negras/#\\_ftn1](https://afrofeminas.com/2015/09/22/el-conflicto-capital-colombiano-se-ha-ensañado-con-las-mujeres-negras/#_ftn1)>. Acesso em: 25 set. 2018.

VARGAS, Virginia. Las nuevas dinámicas feministas en el nuevo milenio. **Miguel León Portilla**, p. 1-11, mzo. 2007. 2006.

VIGOYA, Mara. La sexualización de la raza y la racialización de la sexualidad en el contexto latinoamericano actual. In CAREAGA, **Gloria. Memorias del 1er. Encuentro Latinoamericano y del Caribe. La sexualidad frente a la sociedad**. México, D.F., 2008.  
<<http://www.ilef.com.mx/memorias%20sexualidad.%20lilia%20monroy.pdf>>.

XAVIER, Giovana (Org.). **Catálogo Intelectuais Negras Visíveis** [livro eletrônico]. – Rio de Janeiro: Malê, 2017. Disponível em: <[https://docs.wixstatic.com/ugd/43be3f\\_5d6c82f981ac4d6a9e8393c2608e93af.pdf](https://docs.wixstatic.com/ugd/43be3f_5d6c82f981ac4d6a9e8393c2608e93af.pdf)>. Acesso em: 24 set. 2018.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Análisis de sistemas – mundo. Una introducción**. México, D. F.: Siglo Veintiuno Editores, 2005. 85p.

WALSH, Catherine. **Interculturalidad, Estado y Sociedad. Luchas (de)coloniales de nuestra época**. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar, Editora Abya-Yala, 2009.

**ANEXOS**

**ANEXO A – PRIMER DE ENCUENTRO MUJERES NEGRAS  
LATINOAMERICANAS Y CARIBEÑAS REALIZADO EN REPÚBLICA  
DOMINICANA EL AÑO 1992 - CONTRA LA DISCRIMINACIÓN Y EL  
RACISMO**

*Irene León*

Como una respuesta alternativa a las "celebraciones del Quinto Centenario", entre el 19 y el 25 de julio de 1992, en Santo Domingo (República Dominicana), tuvo lugar el "Primer Encuentro de Mujeres Negras Latinoamericanas y del Caribe", con la participación de 300 representantes de 32 países. Durante el evento se interpeló a la sociedad que durante quinientos años ha asimilado y reproducido el racismo y el sexismo, manteniendo relaciones de desigualdad entre las diferentes etnias y géneros; pero también al movimiento negro y demás organizaciones sociales y políticas de la región para que hagan suyas las reivindicaciones de las mujeres negras y les reconozcan el espacio que les corresponde en los diversos niveles de las organizaciones. Asimismo, desafió al movimiento feminista y de mujeres para que incluya la cuestión étnica a sus análisis y propuestas políticas. En la reunión se destacó, igualmente, que la imbricación histórica entre la desvalorización de este grupo étnico y la discriminación de género ha invisibilizado la presencia y los aportes de las mujeres negras a la sociedad, devaluando así sus raíces y cultura. Se denunció que por la estructura clasista predominante en la región -que también tiene una dimensión étnica- las mujeres negras enfrentan sólidas limitaciones en el acceso a la educación, su participación en el proceso productivo está determinada por estereotipados roles marginales, y en el ámbito laboral las mujeres negras son las peor remuneradas. Las ideologías racista y sexista constituyen el armazón que sostiene las instituciones, que define la forma y el contenido de las políticas públicas, educativas, sanitarias, agrarias, culturales, etc. Las políticas demográficas internacionales, por ejemplo, aducen que la superpoblación es la causa principal de la pobreza y que por tanto hay que reducir la población en los sectores menos "aptos" para el desarrollo. Los medios de comunicación vehiculan imágenes estereotipadas de las mujeres negras, y el arte dominante refuerza esta visión asociando a las mujeres de este grupo social a papeles casi exclusivamente serviles o sexuales,

expusieron las asistentes al Encuentro. En este contexto, los procesos de afirmación de la identidad cultural y nacional se complejizan por la interiorización de los valores discriminatorios, por lo que se puso énfasis en la necesidad de priorizar la creación de espacios reales y simbólicos que, desde una perspectiva de género, permitan una expresión positiva de la cultura afro-latina y afro-caribeña, como lo fueron los espacios artísticos y literarios que demostraron durante el Encuentro los altos niveles de creatividad de estas mujeres. Conscientes del largo alcance del proceso emprendido durante este primer acercamiento regional a su realidad, las delegadas de los 32 países presentes en el Encuentro crearon la "Red de Mujeres Afro-latinas y Afro-caribeñas", que tiene como principal objetivo articular estrategias regionales de lucha contra la discriminación específica que viven, como también incidir con propuestas de cambio en los diversos estamentos de la sociedad. A continuación presentamos una síntesis de los ejes articuladores de la Red y de algunos de los talleres de trabajo que hicieron parte de una agenda que incluyó análisis subregionales y nacionales, políticas de desarrollo, arte, literatura, opción sexual, espiritualidad, poder, etc.

Red de Mujeres Afrolatinas y Afrocaribeñas Esta Red estará constituida por un comité nacional representativo de cada país, y por seis comités subregionales: Caribe hispano, Caribe angloparlante, Caribe francoparlante, Centroamérica, Sudamérica, y Afro-latinas/caribeñas residentes en otros países del mundo. Los objetivos son:

- Trabajar conjuntamente para mejorar las condiciones de vida de las mujeres negras;
- Combatir las ideas negativas (prejuicios y estereotipos) que se vehiculan sobre la mujer negra;
- Denunciar todo tipo de discriminación contra las mujeres negras;
- Promover la participación de las mujeres negras en los diferentes espacios políticos y decisionales.
- Trabajar la problemática del racismo desde una perspectiva de género;
- Promover la comunicación, intercambio de experiencias, solidaridad y destreza con otras organizaciones;
- Luchar contra todo tipo de discriminación.
- Apoyar la lucha de las mujeres haitianas por mejores condiciones sociales y por la solución de su crisis política;
- Apoyar la lucha de la mujer dominicana de ascendencia haitiana por mejores condiciones sociales, legales y económicas.

Las estrategias propuestas:

- Realizar reuniones y encuentros periódicos a nivel nacional, subregional y regional;
- Promover una ley de antidiscriminación en todos los

países del continente; - Divulgar las conclusiones del I Encuentro de Mujeres Negras y llevarlas hacia otras organizaciones para que incluya esta problemática en sus agendas; - Promover investigaciones sobre la problemática de las mujeres negras y sobre la cultura afro-latina y afro-caribeña en todos sus aspectos; - Gestionar recursos económicos - Realizar marchas, conferencias, peticiones, cabildos, coloquios y conmemoraciones; - Conmemorar el 25 de julio de cada año como el día internacional de las mujeres afro-latino/caribeñas; - Promover la inserción de la problemática de las mujeres negras en el movimiento feminista y de mujeres, y en todas las organizaciones afines.

I Encuentro de Mujeres Negras Conclusiones y Propuestas Partiendo de problemas relativos a la supervivencia, las mujeres negras de la región han comenzado a organizarse para frenar los diversos niveles de discriminación (étnico, de clase y de género). Tales experiencias organizativas han permitido el desarrollo de concepciones valorizantes de la negritud, como también la afirmación de la libertad de género; se ha desencadenado un verdadero proceso de afirmación de la identidad. Este primer encuentro ha permitido la confluencia de mujeres de distintas procedencias sociales y políticas, que han expresado los matices de esas diversidades para permitir la emergencia de propuestas comunes.

El Racismo En América Latina existe desde hace veinte años un movimiento feminista cada día más fuerte, al interior de este, por haber abierto sus espacios a la participación de las mujeres negras, desde 1981 el tema étnico hace parte de su agenda. Es pues desde el movimiento feminista que las mujeres negras han comenzado a reflexionar sobre la problemática género/etnia, y es en ese espacio que surge la idea de crear el Primer Encuentro y la Red. Contrariamente a las organizaciones antirracistas, políticas y otras que tardan en considerar la situación específica de las mujeres negras, el movimiento feminista ha abierto espacios significativos que han permitido develar una situación que permaneció negada durante siglos, pero aunque teóricamente haya quedado establecido que la negritud es una problemática socio-político y no biológico, la visión género/etnia no ha permeado aún en todas las esferas del movimiento y difiere de un país a otro. Reconocer el pluralismo del movimiento no significa negar el trabajo que nos queda por hacer. En el Encuentro Feminista Latinoamericano y del Caribe (Argentina 90) se añadió a

última hora el "olvidado" espacio para la problemática género/etnia. A nivel privado, hay compañeras que continúan teniendo "empleadas domésticas negras" estableciendo una relación semejante a la de cualquier patrona común. En los diversos movimientos y organizaciones sociales los prejuicios raciales están muy arraigados, al interior de estos las mujeres negras viven problemas de clase, género y etnia, el racismo multiplica los esfuerzos personales que ellas deben desplegar para participar políticamente. Se piensa que los negros no son capaces de liderar o de asumir responsabilidades, lo que obliga a las militantes a mantenerse vigilantes para que los prejuicios vehiculados no despierten aquellos interiorizados durante una vida de discriminaciones. La identidad étnica La identidad comprende todos los bienes materiales y no materiales (valores) que caracterizan a una etnia determinada, por ello la identidad étnica puede adquirir una ponderación valorativa que priorice ciertos bienes y desvalorice otros, como ha sucedido con la identidad étnica negra. Se ha afirmado durante siglos que la identidad étnica negra no tiene ningún valor, que la población negra es inferior, que la negritud no tiene proyecciones hacia el futuro, que es incompleta y hay que mejorarla, etc., por ello las mujeres negras han vivido divididas entre lo que quieren ser y lo que tienen que ser para sobrevivir. La supervivencia de la negritud en todos estos siglos ha sido asegurada por la educación ofrecida por las mujeres, que desde la familia han constituido los principales pilares de resistencia a la aculturación, aunque la versión sexista sólo transmita la imagen de la mujer negra alienada por lo "blanco". La negritud debe asumirse como una globalidad, no como una moda, las mujeres negras deben difundirla en todos sus campos de acción, en particular en el movimiento popular, para que también desde este se impulsen campañas educativas y de sensibilización contra el racismo y por la igualdad. Asimismo, hay que incidir en los partidos políticos para que estos una vez en el poder promulguen leyes y modificaciones a la situación discriminatoria. La educación La educación juega un papel protagónico en la formación de la persona. Si se la asocia con la escaloridad para las mujeres negras ésta se convierte en algo que se quisiera obtener. En el sistema escolar el racismo y el sexismo están omnipresentes, ya sea para discriminar, excluir o segregar. La necesidad de incluir metodologías y filosofías provenientes de la cultura negra en el currículum educativo constituye una prioridad. Violencia contra mujeres



negras A más de las diversas expresiones de la violencia de género, la violencia étnica y clasista aumentan la gama de agresiones que afectan a las mujeres negras. Así por ejemplo, el prejuicio que presenta a las mujeres negras como objetos sexuales las convierte en presas fáciles para el abuso. Tan sólo en Jamaica, Panamá, Brasil y Puerto Rico existen centros especializados que atienden a mujeres víctimas de violencia que, desgraciadamente, por la magnitud del problema no son suficientes. Se hacen necesarias campañas de información educativas que sensibilicen a las mujeres de su derecho a vivir sin agresiones, sobre las prácticas negativas de esterilización masiva, sobre la maternidad voluntaria, sobre el exterminio de niñas/os pobres en las calles de Brasil, etc. Se necesitan también estudios especializados que exploren el impacto de la esclavitud o la discriminación racial en la autodefinición de las mujeres, que provean datos sobre esta problemática a nivel nacional y global.

**La sexualidad** Se abogó porque se reivindicó el derecho a la sexualidad disociándolo del estereotipo que pretende que las mujeres negras son objetos sexuales, separándola también de la posibilidad reproductiva -que debe ser planificada y deseada-. Se asocia muy fácilmente sexualidad a "maldad" o prostitución, por lo que se hace necesario un trabajo informativo que incluya informaciones sobre la genitalidad, la reproducción, el placer, etc. La libre opción sexual

Se subrayó la necesidad de que el movimiento de mujeres negras incluya a todas las mujeres sin discriminación de ningún tipo. En este sentido se quiere, desde un inicio, reflexionar sobre la heterosexualidad obligada y sobre la falta de condiciones para que las mujeres negras ejerzan la libre opción sexual sin arriesgar que a las discriminaciones de género, de clase y étnicas aumente la discriminación homofóbica. Se subrayó que el sexismo y la homofobia hacen que ninguna mujer tenga la oportunidad de plantearse su opción; se presume que todas las mujeres son heterosexuales y ello se convierte en norma y obligación. Las religiones (colonizadoras) han contribuido a la afirmación de prejuicios discriminatorios contra la homosexualidad. Para prevenir una discriminación que se ha repetido en muchos espacios sociales y políticos, se propuso que, más allá de establecer el diálogo entre las mujeres de todas las opciones sexuales, se priorice en incluir entre las recomendaciones constitutivas de la Red, propuestas que garanticen la participación de mujeres lesbianas a nivel local y regional. Las Mujeres Negras

en Centroamérica La presencia negra en los siete países que conforman Centroamérica es muy significativa. Las expresiones culturales provenientes de esta etnia hacen parte de la identidad colectiva, no obstante, no se reconoce el origen de estos aportes y el racismo es omnipresente. Las organizaciones de mujeres negras son nuevas, aún frágiles, y las reflexiones sobre su discriminación específica están recién despuntando. Panamá Históricamente, la población negra de Panamá se ha conformado por tres grandes migraciones. La primera se produjo a raíz de la colonización española que luego del brutal desarraigo de Africa, impuso la cultura hispánica, borrando su lengua y gran parte de sus valores y sus costumbres. La segunda migración, proveniente de las Antillas, se produjo en el siglo XIX, con el establecimiento de plantaciones bananeras por los colonizadores británicos que querían comunicarse en inglés. En el mismo siglo se realizó la otra fase migratoria, a raíz de la construcción del ferrocarril transoceánico, y finalmente, a comienzos del siglo XX, para la construcción del canal interoceánico. Este proceso ha caracterizado y diferenciado culturalmente a la comunidad negra panameña, aunque coincide en registrar los más altos grados de pobreza del país. Dada la ausencia de datos estadísticos, en Panamá se hace necesario recurrir a las reminencias y expresiones culturales que persisten en el país para reconstruir la historia de las mujeres. Pretendiendo la inexistencia de relaciones de discriminación, se ha querido negar la realidad de las mujeres negras, de allí la necesidad de recuperar la memoria histórica desde una perspectiva propia. A partir de la colonización se ha utilizado a las mujeres negras como mano de obra barata, tanto para la servidumbre como para las plantaciones. También como "mamás de leche" de los hijos de sus amos y como maestras. La discriminación y la explotación sistemática de las mujeres negras es un elemento explicativo de la negación de la identidad negra y de la asimilación a los valores de los grupos dominantes. No obstante, en los últimos 20 años se ha dado un proceso de afirmación étnica y las mujeres negras han tomado un papel protagónico en diversos niveles de la vida pública y en la actividad político-partidista. Las mujeres negras viven, por lo general, en los suburbios en condiciones infrahumanas, tienen poco acceso a los servicios públicos, al empleo y a los bienes. La discriminación y la auto-discriminación se viven y se expresan de manera cotidiana en todos los ámbitos. En el sector comercial, financiero y de

servicios se excluye la participación laboral de mujeres negras, la "señorita con buena presencia" señalado en los clasificados excluye a las postulantes negras consideradas como maleantes y "cochinas". Las prioridades expresadas por las panameñas son: propulsar organizaciones específicas de lucha contra el racismo y la discriminación de género, y reforzar por varios medios la identidad étnica y de género. Costa Rica A pesar de que en Costa Rica la población en general tiene mejores condiciones de vida en relación con la de países vecinos, las mujeres negras viven en condiciones de subsistencia mínima y, aunque pueden en principio acceder a los mismos niveles educacionales y laborales que el resto de la población, la discriminación encubierta hace que no puedan acceder a niveles educacionales superiores ni a puestos públicos. Las mujeres negras participan en diversas organizaciones que priorizan la identidad étnica respecto de la identidad de género. En los últimos años están emergiendo organizaciones de mujeres negras que quieren conjugar estas dos dimensiones de su realidad.

Honduras En Honduras el 48.3% de la población de mujeres negras no han completado la primaria, hay altos índices de desempleo y subempleo, los niveles de participación política (formal) son débiles. Pese a todo esto, las mujeres negras tienen un alto sentido de su identidad étnica y cultural, el garífuna es hablado por la mayoría y existen organizaciones con más de 15 años de vida en el área rural como también en Tegucigalpa. Desde 1991 funciona un comité femenino al interior de OFRANEH (Tegucigalpa), que tiene entre sus objetivos revalorizar la contribución histórica de las mujeres negras al desarrollo del país. Las mujeres negras en el Caribe hispanoparlante

La transición al modernismo capitalista ha acarreado un gran desplazamiento poblacional; de manera particular la inmigración ilegal inter-subregión y hacia el primer mundo, que afecta principalmente a la población negra debido a su situación de desventaja socio-económica y educativa (altos índices de desempleo y sub-empleo; limitado acceso a la educación, etc). El principal punto en común que caracteriza a las mujeres de esta sub-región es la doble subordinación (étnica y de género), el resto de relaciones sociales están marcadas por el grado de inserción de cada país en el desarrollo capitalista. De un país a otro, la discriminación que viven las mujeres negras adquiere matices muy singulares. Las mujeres de esta sub-región consideran prioritario rescatar y recrear la negritud, insertarla en la historia y en el futuro, para lo que se hace

necesario el fortalecimiento organizacional y el desarrollo de un trabajo dirigido a la base. Puerto Rico La mayoría de la población negra (trigeños, jabaos, mulatos y grifos) enfrenta una situación de desventaja económica, subsiste con ayudas del gobierno y/o con la economía paralela y subterránea. Se considera que en Puerto Rico las condiciones de vida (educación, trabajo, participación política) son proporcionales al tono de la piel. La identidad étnica se vehicula a nivel individual, las organizaciones feministas no se han apropiado aún del tema étnico y no existe aún ninguna organización específica. República Dominicana La situación socioeconómica de las mujeres negras dominicanas es crítica, tanto en el área rural como en la urbana la remuneración es inferior a la de otros grupos sociales. El sistema educativo es racista y sexista, y la participación política es mínima. El recientemente creado "Movimiento por la Identidad de la Mujer Negra", anfitrión del Encuentro, articula las problemáticas étnica, de género y de clase, proponiendo el delineamiento de estrategias que busquen la reformulación de la identidad étnica en el país y en la región. Las mujeres haitianas en los bateyes dominicanos Las condiciones de vida en los bateyes son infrahumanas. Carecen de electricidad, agua, servicios sanitarios, etc., las viviendas obvian cualquier requisito humano o sanitario, su deterioro es total, no obstante las autoridades cobran un alto porcentaje del ingreso, las mujeres no tienen acceso independiente a ningún tipo de vivienda. El acceso a la educación es casi nulo; no existen escuelas ni recursos para solventarlas, los bateyes se encuentran muy distantes entre sí como también de los centros urbanos. Las mujeres y los niños de los bateyes no tienen acceso a ningún tipo de servicio de salud; cuando una mujer dominico-haitiana acude a un hospital es maltratada, y aunque llegue primera se la atiende al final, en esa espera muchas mujeres mueren o ven morir a sus hijos en los hospitales. A pesar de pertenecer al grupo social más numeroso, las mujeres de los bateyes no tienen ni derechos, ni ciudadanía. Cuando luego de largas luchas obtienen un documento de identidad, las autoridades lo invalidan o destruyen señalando que son documentos para dominicanos. No se les permite transitar libremente en su propio territorio, los vehículos son registrados para ver si van haitianos "de contrabando". Muchas mujeres son deportadas en condiciones infrahumanas, arrancadas de sus familias y de su contexto. "Por ser de origen africano (de lo que estamos orgullosas) nosotras hemos sufrido todas las

consecuencias del colonialismo que dura desde hace quinientos años, porque aquí (Rep. Dominicana) negro es sinónimo de haitiano. Ser haitiana pesa más que ser negra. Nosotras sentimos que nada ha cambiado con la abolición de la esclavitud". "En estos quinientos años queremos pedir y exigir que se nos respete como personas humanas, con derechos, que se nos tome en cuenta; que cambie totalmente el sistema de esclavitud imperante" Para ello solicitan se forme una Red de Solidaridad y comités de apoyo a su causa en los distintos países. Las mujeres negras en el Caribe francoparlante El principal problema común subrayado por estas mujeres tiene que ver con la identidad étnica. Hace 5 siglos se impuso el modelo blanco y las mujeres de origen africano comenzaron a auto-despreciarse y, a pesar de constituir la mayoría de la población, en estos países se peyoriza lo negro. Haití Para las mujeres haitianas es de vital importancia subrayar las graves consecuencias económicas, sociales, políticas y culturales provocadas por los 500 años de colonización. Hace cinco siglos vivían los Arawaks en las Bahamas y Antillas Mayores, los Caribes en el este del Caribe, los lucayanos en las Bahamas, los borenquinos en Puerto Rico, los tainos en Cuba, Española y Jamaica, de los cuales en 20 años los españoles no dejaron ni huella. Entre las armas empleadas para sojuzgar a pueblos enteros está el arma racial, que justifica en el color de la piel todo tipo de vejaciones. Otra de las armas utilizadas es la religión. Sustentándose en el chantaje los españoles llegaron hasta a imponer sus ritos y creencias: el Dios defensor de los blancos listo a castigar las desobediencias de los esclavos. En Haití, Primera Nación Negra Libre de América (siglo XVII) se fueron los blancos pero dejaron el racismo a más de los problemas políticos y económicos. Se abolió la esclavitud, pero los nuevos acumuladores o herederos de los bienes de los colonizadores también son blancos que continúan considerándose superiores a las otras culturas. En Haití la mayoría de la población es negra, pero la mayoría de los que poseen los medios de producción (y que explotan a los demás) tienen la piel clara y por ese lado mantienen su control en el poder político aunque no estén físicamente presentes. Las mujeres haitianas aprendieron desde hace cinco siglos a desvalorizarse y admirar lo europeo, las mujeres que se aferran a su identidad negra son marginadas, como lo son aquellas que afirman sus ideas, aunque estas difieran de las de sus compañeras. Las instituciones refuerzan

comportamientos étnicos alienantes valorando o desvalorando a los individuos según los rasgos étnicos, por ello a las mujeres se les obliga desde niñas a tratar de ser lo más occidentales posible (blanquearse la piel, alisar el cabello, etc.) adoptando comportamientos europeos. En este contexto las haitianas se pronuncian contra todo tipo de discriminación (clase, etnia, género, etc), subrayando la necesidad de crear espacios unitarios para luchar contra todos los imperialismos culturales, de manera de lograr cambios personales y globales. Martinica La población negra es mayoritaria en Martinica. Siendo una colonia francesa, este país establece para la isla prioridades que no coinciden con los intereses y las necesidades del pueblo. Se aparenta un alto nivel de vida pero la realidad demuestra lo contrario, la mayoría de la población vive en la miseria, el desempleo, esperando la asistencia de Francia. Aunque se pretenda que la escolarización es de 100%, diversos problemas estructurales hacen que los/as jóvenes deserten antes de llegar a obtener un título. Los valores culturales predominantes son los europeos, las mujeres martiniqueñas enfrentan las diferentes expresiones de machismo (europeo y negro), el incesto es tan frecuente como lo son las agresiones y violaciones sexuales. En el ámbito laboral, las mujeres enfrentan duras condiciones de trabajo, las obreras agrícolas, empleadas domésticas, trabajadoras del sector turístico, etc. están organizando gremios que buscan la obtención de mejoras laborales. Las mujeres de Martinica sostienen que su liberación pasa por el camino de la lucha de todo el pueblo para derrocar la dominación colonial. Las principales reivindicaciones son: respeto, igualdad, seguridad, eliminación de los abusos sexuales y las discriminaciones en el trabajo. Las mujeres negras en el Caribe angloparlante Aquí, a pesar del aparente equilibrio inter-étnico, la discriminación social tiene un gran componente racista que se expresa principalmente en el acceso a la propiedad. Las mujeres de origen africano en edad productiva enfrentan las más altas tasas de desempleo y el sistema educativo -que no ha cambiado desde la independencia- no garantiza una educación equitativa. Para las mujeres del caribe angloparlante el currículum debería incluir la filosofía de pensadores/as negros como Marcus Garvey, Chatoyer James y Walter Rodney, así como las enseñanzas de Una Marson, Nanny, Isaiah Morton, Cleopatra White, Antonio Maceo, Anacaona, Louise Bennett, Toussaint L'Ouverture, Pedro Albizu Campos. En este sentido, se

sitúa entre las prioridades el pedido para que los gobiernos tomen medidas educativas inmediatas para incluir en el currículum las contribuciones de la civilización africana a la historia de la humanidad. Las mujeres negras en Sudamérica En general, las mujeres negras de Sudamérica viven en una situación de pobreza y precariedad, y en muchos casos no tienen garantizados los derechos de ciudadanía ni de seguridad social. El acceso a la educación es limitado por las condiciones socio-económicas, mientras en el campo laboral se sitúan mayoritariamente en el área de prestación de servicios, trabajo doméstico y en varias actividades consideradas como parte del trabajo informal y descalificado. Existen altos grados de violencia y represión dirigida hacia ésta población por parte de los gobiernos y los aparatos represivos de los estados. A pesar de que la sociedad sudamericana oculta y niega la realidad que vive la población negra, ésta mantiene su cultura y resiste a la alienación de su historia; las mujeres negras de Sudamérica enfrentan tres niveles de opresión: la pobreza, la negritud y el género. Colombia Colombia es un país multi-étnico, la población negra es de 20% y se concentra mayoritariamente en el litoral pacífico donde constituye el 92% de la población. También subsisten 80 grupos indígenas que en distintas regiones interactúan con comunidades negras, particularmente en el litoral pacífico donde han compartido ancestralmente un territorio y han desarrollado estrategias de adaptación al ecosistema pluvial de ésta región. Además por razones socio-económicas han habido migraciones significativas hacia las concentraciones urbanas como Bogotá, Medellín, Barranquilla y Cali. Históricamente, la llegada de los españoles marcada por la exterminación de los indígenas y la traída de africanos en calidad de esclavos, sienta la base de una sociedad racializada donde las relaciones económicas, culturales e interpersonales se fundamentan en el color de la piel, pero aún así Colombia no se reconoce como una sociedad racista. En el proceso histórico de este país, la comunidad negra ha contribuido a la construcción nacional, sin embargo se mantiene la invisibilidad étnica y política de este grupo social. La historia colombiana está marcada por siglos de negociación, exclusión y marginamiento de distintos grupos sociales y étnicos. Durante la década de los 80, la violencia generalizada tuvo impacto en toda la población y particularmente en los sectores más vulnerables. Para la población negra a esto se suma la falta de empleo, de educación, de servicios de salud, las

constantes violaciones de los derechos humanos, etc. La Coordinadora Nacional de Comunidades Negras ha impulsado, en el marco de la concertación para la Nueva Constitución, la inclusión del Artículo No. 55 sobre los derechos de las Comunidades Negras y Ribereñas de la Costa Pacífica a su territorialidad. Para las mujeres negras de Colombia es necesario incluir a las reivindicaciones sobre la territorialidad consideraciones sobre el medio ambiente para el desarrollo de la vida. La tierra es considerada por ellas como una madre usurpada y maltratada por la propiedad privada y por la explotación desconsiderada de sus recursos. Por ello, la cuestión de la territorialidad constituye una reivindicación prioritaria a la que se suman otras reivindicaciones que tienen que ver con la humanización de la vida.

**Uruguay** En Uruguay la comunidad negra constituye el 4% de la población, y se concentra sobre todo en la capital y en las fronteras; los niveles educacionales son bajos y 75% de la inserción laboral se produce en el servicio doméstico. Sólo el 8% de la población negra es parte de la clase media, el 92% se sitúa en las esferas más desposeídas de la sociedad. La participación social y política de las mujeres negras es escasa, las preocupaciones específicas nacen de alguna participación en el movimiento feminista. Fundamentalmente, las reivindicaciones son: una mejor inserción educativa y laboral, la revalorización de la identidad y la cultura, y la incorporación de la reflexión sobre el racismo en los movimientos poblacional y feminista.

**Venezuela** En Venezuela la población negra es de aproximativamente el 10% y se concentra al Oeste-Litoral Central y al Este del país. Desde el punto de vista socio-económico la población negra tiene una situación similar a la de los otros países de la región: se concentra en las clases desposeídas y tiene menor acceso a la educación, la salud, la vivienda, la alimentación, y por supuesto a las instancias del poder. La Unión de Mujeres Negras de Venezuela viene develando desde hace tres años la discriminación específica que enfrentan, y coordina un trabajo de sensibilización hacia las mujeres negras y hacia todos los sectores de la población a nivel nacional y a nivel internacional, quiere incorporar entre las prioridades actuales el debate sobre el problema del racismo.

**Perú** En Perú las diferencias sociales y étnicas son muy marcadas. A pesar de que la multietnicidad constituye uno de los principales elementos constitutivos de la sociedad, no se reconoce su diversidad. Además en Perú se ha polarizado lo



rural/indígena y lo urbano/Lima; casi 50% de la población del país vive en Lima, en donde se han concentrado la mayoría de actividades políticas, sociales y productivas. La población negra se concentra en la zona costera, al norte y sur de Lima y en general en los sectores más pobres del país. La crisis ha provocado la migración de algunos campesinos que se dedican al comercio informal y habitan en los lugares periféricos de la ciudad (pueblos jóvenes). Por la ubicación en la estructura clasista del país, las mujeres negras se identifican ante todo de lado de los pobres. La gran carga de racismo y la segregación son parte del cotidiano en la lucha por la supervivencia. En ese contexto, la interiorización de valores racistas y machistas es fuerte, el rompimiento con el grupo étnico es considerado como un paso previo a la promoción social. Uno de los más fuertes indicios de racismo es la idea que pretende "que no hay racismo en el Perú", en circunstancias sociales en las que ni siquiera las organizaciones específicas han sido posibles.

Brasil La población negra brasileña se concentra sobre todo en el norte, nordeste y sudeste del país. Brasil es considerado como el país de la diversidad cultural pero 5% de blancos tienen el control político y económico. Esta minoría en el poder vehicula la idea de que la pobreza es una cuestión socio-cultural y no el resultado de su gestión del poder. La existencia de la "democracia racial" deslegitima cualquier alusión al racismo. No obstante, el 56.4% de las mujeres negras urbanas están subempleadas (trabajos domésticos, ambulantes, etc.), tan solo 11% de ellas alcanzan a la educación secundaria. El racismo como ideología dominante determina un comportamiento de sumisión y negación de la identidad étnica. Desde la década de los 80 surge un movimiento de mujeres negras con carácter nacional y autónomo que sitúa su estrategia en las reivindicaciones étnicas, de clase y de género. Han realizado dos encuentros nacionales y ahora buscan divulgar sus propuestas en el movimiento negro y otras organizaciones populares. Entre las reivindicaciones están: la democratización del sistema educativo introduciendo estudios sobre las culturas negra e indígena, de manera que se demuestre el carácter pluriracial y multicultural del país. Denuncian, igualmente, la esterilización masiva, el exterminio de niños y adolescentes. Buscan el acceso de las mujeres negras a trabajos calificados, cargos públicos y de representatividad política. \* Este documento es parte de

"Afroamericanos: Buscando raíces, afirmando identidad", serie Aportes para el Debate No. 4.

## **ANEXO B – MAIS DE 4 BILHÕES DE PESSOAS TERÃO ACESSO À INTERNET MÓVEL ATÉ O FIM DE 2017, DIZ RELATÓRIO DA ONU**

As assinaturas de banda larga móvel devem atingir 4,3 bilhões globalmente até o fim de 2017, após um crescimento anual de 20% desde 2012, de acordo com novo relatório divulgado na segunda-feira (31) pela União Internacional de Telecomunicações (UIT). “O relatório mostra que importantes passos estão sendo dados para a expansão do acesso à Internet por meio da crescente disponibilidade das redes de banda larga”, disse o secretário-geral da UIT, Houlin Zhao, em comunicado de imprensa. De acordo com o relatório, 48% da população mundial já usa Internet. Entre as pessoas de 15 a 24 anos, essa proporção é de 71%. Segundo Zhao, a conectividade digital cumpre um papel fundamental para melhorar as condições de vida das populações, abrindo portas a conhecimento, oportunidades financeiras e de emprego sem precedentes a bilhões de pessoas no mundo todo. O relatório também mostrou que, dos 830 milhões de jovens online no mundo, 320 milhões (ou 39%) provêm da China e da Índia.

### **Juventude à frente do uso da Internet**

Nos países menos desenvolvidos, 35% dos indivíduos que utilizam a Internet são jovens entre 15 e 24 anos, comparados a 13% nos países desenvolvidos e 23% globalmente. Em países desenvolvidos, 94% dos jovens utilizam a Internet, enquanto nos países em desenvolvimento o percentual é de 67% e de apenas 30% nos países menos desenvolvidos. Segundo o relatório, as assinaturas de Internet móvel aumentaram mais de 20% no mundo a cada ano desde 2012. Nesse período, os países mais pobres registraram o maior crescimento das assinaturas de banda larga móvel. No entanto, o número de assinaturas para cada 100 habitantes nestes países continuou sendo o mais baixo (23). De 2012 a 2017, o número de conexões de banda larga fixa aumentou 9% ao ano. O número de assinaturas de conexões de banda larga de alta velocidade também aumentou, fato que está relacionado ao aumento de

conexões de fibra ótica. Tal aumento pode ser atribuído à China, responsável por 80% das assinaturas de conexões de banda larga fixa de 10 megas ou mais nos países em desenvolvimento. O preço das conexões de Internet móvel como percentual do PIB per capita caiu pela metade entre 2013 e 2016. A Internet móvel é mais barata que a banda larga fixa na maior parte dos países em desenvolvimento.

### **Acesso por gênero**

Apesar de a desigualdade de gênero em relação ao uso de Internet ter diminuído na maior parte das regiões desde 2013, a proporção de usuários homens se mantém maior do que a proporção de usuárias em dois terços dos países. Em 2017, a taxa global de acesso à Internet por homens é de 50,9%, em comparação a 44,9% por mulheres. No entanto, o número de usuárias de Internet nas Américas é maior do que o percentual de homens. O relatório mostrou também que as Tecnologias de Informação e Comunicação (conhecidas como TICs) continuam cumprindo um papel fundamental para alcançar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Segundo o diretor do Escritório de Desenvolvimento de Telecomunicação do UIT, Brahim Sanou, as TICs continuam sendo ferramentas facilitadoras para o desenvolvimento econômico e social, construindo pontes digitais e promovendo uma economia digital inclusiva. A Conferência Mundial do Desenvolvimento das Telecomunicações 2017, com o tema “TICs para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável”, será realizada em Buenos Aires, na Argentina, de 9 a 20 de outubro.

(Publicado em 02/08/2017: <<https://nacoesunidas.org/mais-de-4-bilhoes-de-pessoas-terao-acesso-a-internet-movel-ate-o-fim-de-2017-diz-relatorio-da-onu/>>)

**ANEXO C – PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS  
CONTÍNUA (PNAD) TIC 2016: 94,2% DAS PESSOAS QUE UTILIZARAM A  
INTERNET O FIZERAM PARA TROCAR MENSAGENS**

Entre as pessoas com 10 anos ou mais de idade que acessaram a Internet no período de referência da pesquisa, 94,2% o fizeram para trocar mensagens de texto, voz ou imagens por aplicativos diferentes de e-mail. Assistir a vídeos, programas, séries e filmes foi a motivação de 76,4% desse contingente, seguido por conversar por chamada de voz ou vídeo (73,3%) e enviar ou receber e-mail (69,3%). Entre os usuários da Internet com 10 anos ou mais de idade, 94,6% se conectaram via celular. Entre as pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas, 75% utilizaram a Internet, enquanto pouco mais da metade (52,4%) das não ocupadas a acessaram. Das 63,4 milhões de pessoas com 10 anos ou mais de idade que não utilizaram a Internet, 37,8% não sabiam usar e 37,6% alegaram falta de interesse, enquanto 14,3% não acessaram por considerar o serviço caro. Na população de 10 anos ou mais de idade, 22,9% (41,1 milhões) não tinham celular para uso pessoal pelos seguintes motivos: consideravam caro o preço do equipamento (25,9%), falta interesse (22,1%), usavam o celular de outra pessoa (20,6%) e não sabiam usar (19,6%). O celular estava presente em 92,6% dos 69,3 milhões de domicílios. Em 48,1 milhões de residências havia utilização da Internet, que representavam 69,3% dos domicílios. Em 97,2% dos domicílios em que havia acesso à Internet, o celular foi utilizado para esse fim. Esse foi o equipamento de acesso mais usado nos domicílios. Em 38,6% das residências, o celular foi o único equipamento usado para acessar a Internet. Em segundo, vinha o computador: ele foi o único meio de acesso em apenas 2,3% das residências com Internet, embora estivesse presente em mais da metade (57,8%) desses domicílios. Nos domicílios em que não havia utilização da Internet, os motivos alegados para não a usar foram: falta de interesse (34,8%), serviço de acesso era caro (29,6%) e nenhum morador sabia usar (20,7%), serviço de acesso não estava disponível na área (8,1%), equipamento necessário era caro (3,5%) e outro motivo (3,3%). Do total de 69,3 milhões de domicílios, a televisão estava presente em 67,4 milhões (97,2%), num total de 102,6 milhões de aparelhos. Destes, 63,4% eram de tela fina e 36,6%, de tubo. Entre os domicílios com televisão, 48,2 milhões (71,5%) tinham conversor para receber o sinal digital de

TV aberta. Em 10,3% (6,9 milhões) dos domicílios com televisão não havia aparelho com conversor, não recebiam sinal por antena parabólica e nem tinham serviço de televisão por assinatura. Nos domicílios com televisão sem acesso ao serviço por assinatura, mais da metade (55,5%) não o tinham por considerá-lo caro.

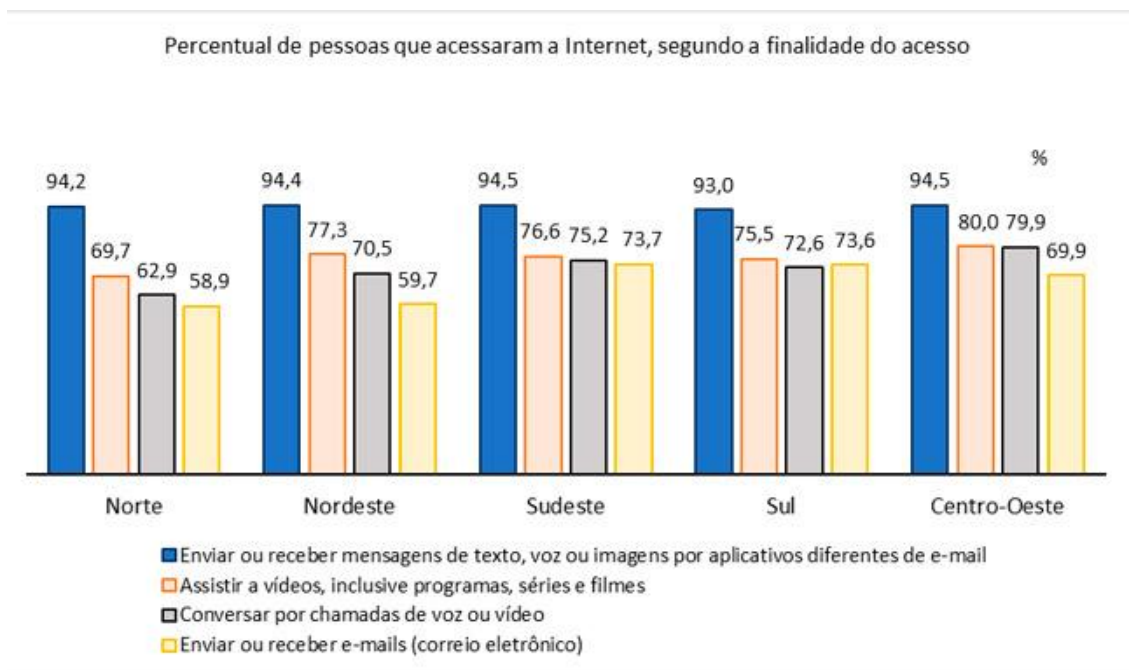
[...]

### **Banda larga foi utilizada por quase todos (99,6%) que acessaram a Internet**

A banda larga, fixa ou móvel, foi utilizada por 99,6% da população de 10 anos ou mais de idade, enquanto apenas 0,9% acessaram por conexão discada. A banda larga fixa foi usada por 81,0% dessas pessoas e a móvel, por 76,9%. Dos acessos únicos, 21,5% fizeram apenas por banda larga fixa e 17,4% somente por banda larga móvel. O Norte teve o menor percentual de pessoas que se conectaram à Internet por banda larga fixa (63,3%), porém teve a maior proporção de acessos via banda larga móvel (85,1%). No Nordeste, a relação foi inversa: 65,1% acessaram via banda larga móvel e 81,4% via banda larga fixa. Nas demais grandes regiões, o acesso por banda larga móvel foi de 75,6% no Sul, 80,6% no Sudeste e 82,9% no Centro-Oeste. Para a conexão via banda larga fixa, os percentuais foram os seguintes: Centro-Oeste (81,7%), Sul (81,9%), e Sudeste (82,9%).

### **Cerca de 95% das pessoas utilizaram a Internet para trocar mensagens**

Entre as finalidades, 94,2% das pessoas com 10 anos ou mais de idade que acessaram a Internet o fizeram para enviar ou receber mensagens de texto, voz ou imagens por aplicativos diferentes de e-mail. Assistir a vídeos, programas, séries e filmes foi a motivação de 76,4% desse contingente, seguido por conversar por chamada de voz ou vídeo (73,3%) e enviar ou receber e-mail (69,3%).



Fonte: Agência IBEGE Notícias - Editoria: Estatísticas Sociais. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/20073-pnad-continua-tic-2016-94-2-das-pessoas-que-utilizaram-a-internet-o-fizeram-para-trocar-mensagens>>.

### **No Nordeste, 40% das pessoas que não utilizaram a Internet alegaram não saber acessá-la**

Das 63,4 milhões de pessoas com 10 anos ou mais que não utilizaram a Internet, 37,8% não sabiam usar e 37,6% alegaram falta de interesse, enquanto 14,3% não acessaram por considerar o serviço caro. Os demais motivos (indisponibilidade do serviço, equipamento eletrônico considerado caro e outro motivo) ficaram abaixo de 6%. Entre as pessoas que não utilizaram a Internet, o Nordeste apresentou o maior percentual (40,0%) daquelas que não sabiam usá-la. Entre as pessoas sem instrução com 10 anos ou mais, 60,7% não sabiam utilizar e 24,4% não tinham interesse em acessar a Internet. Para aqueles com ensino superior completo, 20,9% não sabiam utilizar a Internet e 59,3% não tinham interesse.

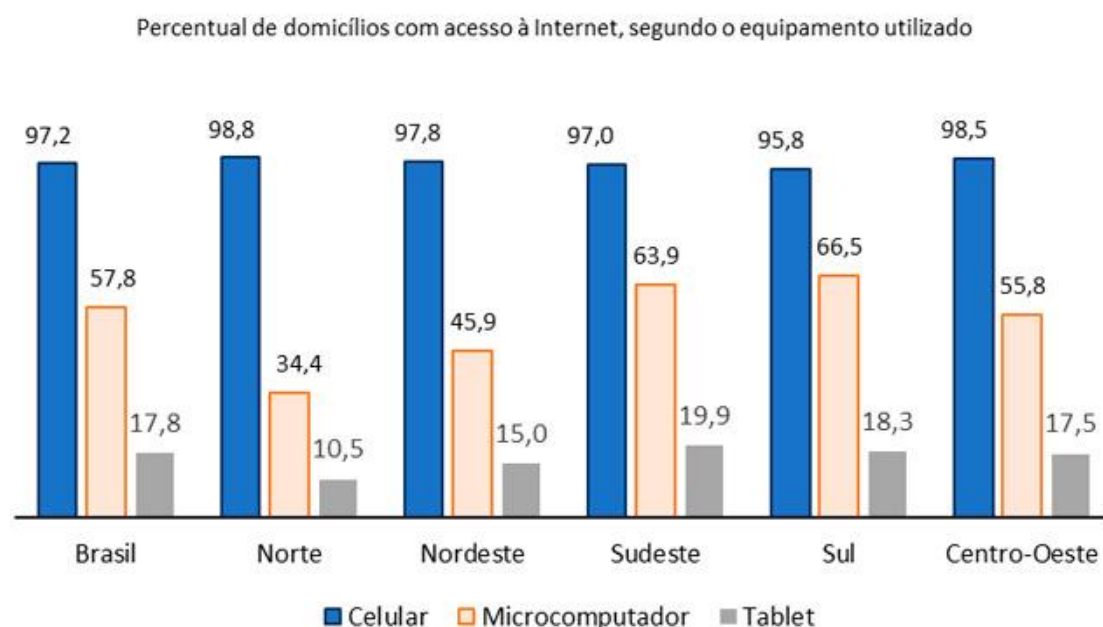
### **Cerca de 70% dos domicílios tinham acesso à Internet**

A Internet foi utilizada em 69,3% dos domicílios. O acesso à Rede estava presente na maioria dos domicílios em todas as grandes regiões: 76,7% no

Sudeste, 74,7% no Centro-Oeste, 71,3% no Sul, 62,4% no Norte e 56,6% no Nordeste.

Nos domicílios em que não se usava a Internet, os principais motivos foram: falta de interesse (34,8%), serviço era caro (29,6%) e nenhum morador sabia usar (20,7%). Entre as residências que não utilizaram a Internet, a não disponibilidade do acesso à Internet abrangeu 8,1% e o custo do equipamento, 3,5%.

Regionalmente, o principal motivo para não uso da Internet foi a falta de interesse, exceto no Nordeste, onde ficou atrás de o serviço de acesso ser caro (34,8%). No Norte, o segundo motivo foi a não disponibilidade de acesso à Rede na área (24,4%), percentual mais elevado que nas outras grandes regiões, em que variaram de 9,8% (Centro-Oeste) a 4,2% (Sudeste). Com exceção do Norte, a falta de quem soubesse usar a Internet foi a terceira razão mais citada, variando de 20,3% (Sudeste) a 22,5% (Centro-Oeste).



Fonte: Agência IBEGE Notícias - Editoria: Estatísticas Sociais. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/20073-pnad-continua-tic-2016-94-2-das-pessoas-que-utilizaram-a-internet-o-fizeram-para-trocar-mensagens>>.



### **Celular era o meio de acesso à Internet mais usado nos domicílios**

O equipamento mais usado para acessar à Internet no domicílio foi o celular (97,2%), presente em 46,7 milhões de domicílios, sendo o único meio utilizado para esse fim em 38,6% das residências com acesso. O computador ficou em segundo lugar e foi o único meio de acesso em apenas 2,3% das residências com Internet, embora presente em mais da metade (57,8%) desses domicílios. Enquanto isso, o *tablet* ficou na terceira posição (17,8%), seguido pela televisão (11,7%) e outros equipamentos (1,3%). Nas grandes regiões, o uso do celular para acessar à Internet variou de 95,8% (Sul) a 98,8% (Norte) dos domicílios com acesso à Rede. Entre os domicílios com Internet, o uso do computador para acessar à Rede variou de 34,4% (Norte) a 66,5% (Sul). Em relação ao *tablet*, esse indicador variou de 10,5% (Norte) a 19,9% (Sudeste), enquanto para a televisão ele ficou de 4,8% (Norte) a 14,4% (Sul).

### **Banda larga foi utilizada por quase todos os domicílios (99,7%) com Internet**

A conexão por banda larga era usada em quase todos os domicílios com Internet (99,7%), enquanto o acesso discado era utilizado em somente 0,6% das residências. Em relação ao tipo de banda larga, a móvel (3G ou 4G) estava em 77,3% dos domicílios com Internet, enquanto a fixa, em 21,4%. A primeira era a única utilizada em 26,7% das residências e a segunda, em 21,2%. No Norte, a conexão por banda larga móvel (88,2%) foi quase o dobro da fixa (44,9%), a maior diferença entre as grandes regiões. A banda larga fixa somente superou a móvel no Sul (75,3% contra 74,0%) e Nordeste (69,6% contra 68,3%). Em quase metade (49,1%) dos domicílios com Internet havia os dois tipos de banda larga. A utilização de ambos os tipos foi mais baixa no Norte (33,5%) e no Nordeste (38,2%), e abrangeu pelo menos a metade dos domicílios nas demais grandes regiões.

### **Aproximadamente 3/4 da população com 10 anos ou mais tinham celular**

Da população de 10 anos ou mais, 77,1% tinham celular para uso pessoal. O indicador variou de 65,1% (Norte) a 84,6% (Centro-Oeste). A proporção de homens que tinham celular para uso pessoal (75,9%) foi menor que a das mulheres (78,2%). Essa diferença foi notada nas Regiões Norte (62,3% contra 67,8%), Nordeste (65,5% contra 71,6%) e Centro-Oeste (83,6% contra 85,6%), mas quase imperceptível nas demais. Entre os usuários de celular, 78,9% acessavam a Internet por meio do aparelho. O percentual dos usuários de celular para uso pessoal foi mais baixo no grupo etário de 10 a 13 anos (39,8%), subiu no de 14 a 17 anos (70,0%) e alcançou os maiores níveis nos de 25 a 34 anos (88,6%) e de 35 a 39 anos (88,2%), passando a cair nos seguintes até atingir 60,9%, entre os idosos (60 anos ou mais). No grupo mulheres de 10 a 13 anos de idade, o percentual das que tinham celular para uso pessoal (42,9%) foi maior que o dos homens (36,9%). Com o aumento da idade, as diferenças foram diminuindo até haver inversão de posições no grupo de 60 anos ou mais, quando o masculino (62,3%) superou o feminino (59,8%). Entre a população de não estudantes, a parcela que tinha celular para uso pessoal alcançou 79,5%, superando a dos estudantes (68,0%). No entanto, os alunos da rede pública alcançaram patamar bem mais baixo (59,4%) que os da privada (90,3%). O percentual de pessoas que tinham celular para uso pessoal cresceu de acordo com o nível de instrução. Esse indicador variou entre 43,6% (sem instrução) e 97,5% (superior completo). De acordo com a situação de ocupação da população de 14 anos ou mais, os ocupados tiveram maior percentual dos que tinham celular para uso pessoal (88,9%) em relação aos não ocupados (69,1%). Entre as pessoas ocupadas que tinham celular para uso pessoal, o percentual das que tinham acesso à Internet pelo aparelho foi mais alta (83,2%) que entre as não ocupadas (71,1%). Em relação à posição na ocupação, os trabalhadores familiares auxiliares tiveram o menor percentual de pessoas com celular para uso pessoal (64,3%), inferior ao dos trabalhadores por conta própria (83,2%), empregados (91,3%) e empregadores (96,6%).

**O preço foi o principal motivo para 25,9% das pessoas com 10 anos ou mais de idade não terem celular**

Entre a população de 10 anos ou mais, 22,9% não tinham celular para uso pessoal. Entre os motivos para não possuir o aparelho destacaram-se: preço do equipamento (25,9%), falta de interesse (22,1%), usava o celular de outra pessoa (20,6%) e não sabia usar (19,6%). Regionalmente, o principal motivo mais indicado variou do custo do aparelho (Norte e Nordeste), usava celular de outra pessoa (Sul e Centro-Oeste) e falta de interesse (Sudeste). No Norte, 12,5% disseram que o serviço não estava disponível nos locais que costumam frequentar, que não chegou a 5% nas demais grandes regiões.

### **Quase metade (45,3%) dos domicílios tinham microcomputador**

Do total de domicílios (69,3 milhões), 45,3% tinham microcomputador. Os menores percentuais foram no Norte (28,1%) e no Nordeste (29,9%), enquanto os maiores foram no Centro-Oeste (47,4%), Sudeste (54,2%) e Sul (53,5%). Quanto à presença de *tablet*, este equipamento existia em 15,1% dos domicílios, com o maior percentual no Sudeste (18,2%), e o menor no Norte (9,3%).

### **Havia celular em 92,6% dos domicílios, enquanto o telefone fixo em 33,6%**

Em apenas 5,4% dos domicílios não havia qualquer tipo de telefone. Essa ausência foi mais alta nos domicílios do Norte (10,7%) e Nordeste (10,0%), seguidos pelo Sudeste (3,2%), Sul (3,0%) e Centro-Oeste (2,4%). Havia celular em 92,6% dos domicílios. Nas grandes regiões, o percentual de domicílios com o aparelho variou entre 88,7%, no Norte, e 96,8%, no Centro-Oeste. O telefone fixo estava presente em cerca de um terço dos domicílios (33,6%), sendo o maior percentual no Sudeste (49,1%) e no Norte, o menor (11,5%). Somente 2,0% dos domicílios tinham apenas telefone fixo, enquanto 60,9% tinham apenas celular. No Norte, este indicador ficou em 77,8%, e 47,7% no Sudeste.

### **A televisão estava presente em 97,2% dos domicílios**

Do total de 69,3 milhões de domicílios, somente 2,8% não dispunham de televisão. O Norte apresentou o maior percentual de domicílios nessa situação (6,3%), seguido por Nordeste (3,8%) e Centro-Oeste (3,1%). Nas duas outras

grandes regiões, esse percentual ficou abaixo do nacional (2,8%). As televisões de tubo catódico deixaram de ser fabricadas no país, mas ainda estavam presentes em 46,2% dos domicílios, variando de 41,1% no Sudeste a 54,3% no Nordeste. O percentual de domicílios com televisão de tela fina (LED, LCD ou plasma) foi de 66,8%. O percentual mais alto foi no Sudeste (73,8%) e o mais baixo, no Nordeste (54,2%). Nos 67,3 milhões de domicílios com televisão, existiam 102,6 milhões de aparelhos, sendo 63,4% de tela fina e 36,6% de tubo. No país, 13,0% dos domicílios com televisão tinham aparelhos dos dois tipos (tubo e tela fina). Esse percentual foi mais elevado no Sul (18,9%), seguido pelo Sudeste (14,9%), variando de 8,5% a 9,7% nas demais. Nos domicílios com televisão, a parcela em que havia somente televisão de tela fina suplantou a daqueles que tinham somente televisão de tubo em todas as grandes regiões, exceto na Nordeste, em que os resultados foram praticamente iguais (45,7% e 45,8%, respectivamente).

### **Mais de 48 milhões de domicílios tinham televisão com conversor para receber o sinal digital de TV aberta**

A pesquisa mostrou que havia televisão com conversor (integrado ou adaptado) para receber o sinal digital de televisão aberta, ainda que não o estivesse captando, em 48,2 milhões de domicílios (71,5% dos domicílios com televisão). No Nordeste, esse indicador ficou em 59,1% e, no Norte, em 62,7%. Os resultados ficaram em torno de 75% no Sul e Centro-Oeste, e alcançaram 78,6% no Sudeste. Dos 67,4 milhões de domicílios com televisão, aqueles que tinham aparelho com conversor que já estava recebendo o sinal digital de televisão aberta representavam 57,3%. Entre as grandes regiões, o maior resultado foi no Sudeste (66,1%), seguido por Centro-Oeste (61,8%), Sul (58,9%), Norte (46,3%) e Nordeste (43,3%). Nos domicílios em que só havia televisão de tela fina, 92,7% tinham esse aparelho com conversor. Onde somente existia televisão de tubo, 29,3% dos domicílios tinham esse aparelho com conversor. Os domicílios com televisão sem conversor para receber o sinal digital de televisão aberta que não recebiam sinal de televisão por antena parabólica e nem tinham serviço de televisão por assinatura eram 6,9 milhões, que representavam 10,3% dos domicílios com televisão. O percentual de

domicílios sem nenhuma das três condições que possibilitam o acesso ao sinal digital de televisão aberta, no total de domicílios com televisão, foi maior no Norte (14,9%) e Nordeste (13,1%). [...]

(10/04/2018 Agência IBEGE Notícias - Editoria: Estatísticas Sociais. Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/20073-pnad-continua-tic-2016-94-2-das-pessoas-que-utilizaram-a-internet-o-fizeram-para-trocar-mensagens>).